

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

RAQUEL VIRGINIA LOPES

**EDUCAÇÃO E NEGRITUDE NO BRASIL DOS ANOS 1930**  
Primeiras aproximações com a Frente Negra Brasileira (1931-1937)

UBERLÂNDIA

2024

RAQUEL VIRGINIA LOPES

**EDUCAÇÃO E NEGRITUDE NO BRASIL DOS ANOS 1930**

Primeiras aproximações com a Frente Negra Brasileira (1931-1937)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para obtenção do título de mestra em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Humberto Aparecido de Oliveira Guido.

UBERLÂNDIA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

---

L864e      Lopes, Raquel Virginia, 1990-  
2024      Educação e negritude no Brasil dos anos 1930 [recurso eletrônico] :  
primeiras aproximações com a Frente Negra Brasileira (1931-1937) /  
Raquel Virginia Lopes. - 2024.

Orientador: Humberto Aparecido de Oliveira Guido.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,  
Programa de Pós-graduação em Educação.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2024.5102>

Inclui bibliografia.

Inclui ilustrações.

1. Educação. I. Guido, Humberto Aparecido de Oliveira, 1963-,  
(Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-  
graduação em Educação. III. Título.

---

CDU: 37

André Carlos Francisco  
Bibliotecário Documentalista - CRB-6/3408



## UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação  
Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1G, Sala 156 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902  
Telefone: (34) 3239-4212 - www.ppged.faced.ufu.br - ppged@faced.ufu.br



### ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Educação				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico, 17/2024/877, PPGED				
Data:	Quatorze de março de dois mil e vinte e quatro	Hora de início:	14:10	Hora de encerramento:	16:55
Matrícula do Discente:	12212EDU037				
Nome do Discente:	RAQUEL VIRGINIA LOPES				
Título do Trabalho:	"Educação e negritude no Brasil dos anos 1930: primeiras aproximações com a Frente Negra Brasileira (1931-1937)"				
Área de concentração:	Educação				
Linha de pesquisa:	História e Historiografia da Educação				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	"A crise do humanismo e as novas ontologias mediadas pelas tecnologias do ciberespaço. Um estudo do conceito de inumano na filosofia e na literatura do século XX"				

Reuniu-se, através da sala virtual RNP (<https://conferenciaweb.rnp.br/webconf/ensino-remoto-humberto-guido>), da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Educação, assim composta: Professores Doutores: Maria Batista Lima - UFS; Raquel Discini de Campos - UFU e Humberto Aparecido de Oliveira Guido - UFU, orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Humberto Aparecido de Oliveira Guido, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovada.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Humberto Aparecido de Oliveira Guido, Professor(a) do Magistério Superior**, em 14/03/2024, às 17:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Raquel Discini de Campos, Professor(a) do Magistério Superior**, em 08/04/2024, às 13:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Batista Lima, Usuário Externo**, em 10/05/2024, às 18:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://www.sei.ufu.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5247736** e o código CRC **E74E310B**.

## AGRADECIMENTOS

Nesses anos de mestrado, de muito estudo e esforço, gostaria de agradecer a todas as pessoas que me acompanharam e foram fundamentais para a realização deste sonho.

Agradeço a todos os professores. Ao orientador da pesquisa, professor Humberto Aparecido de Oliveira Guido. Aos professores que me ajudaram na construção da dissertação, sempre com paciência e dedicação, motivando-me a seguir em frente, e que prontamente atenderam sempre que os procurei: Raquel Discini de Campos, Mário Borges Netto, Cristiane Coppe de Oliveira, Ivete Batista da Silva Almeida, Alan Alves Brito e Maria Batista Lima. Obrigada pelas indicações bibliográficas, orientações e compreensão. Aprendi muito com vocês.

Agradeço a minha família pelo apoio incondicional. Em especial, minha mãe, Maria Pimenta Lopes, por sua força e incentivo. Minha irmã, Isabel Maria Lopes, por seguirmos sempre juntas, nesse projeto de irmãs, colegas no mestrado da Universidade Federal de Uberlândia.

Contudo, a minha fé não me permite deixar de agradecer a Deus e Nossa Senhora, por estarem sempre comigo me guiando no caminho certo. Obrigada por me darem a força necessária para jamais desistir. Sem essa força ancestral e divina, nenhuma conquista seria possível.

Muito obrigada!

## RESUMO

A presente pesquisa de mestrado localiza-se na linha de pesquisa História e Historiografia da Educação, do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Trata-se de um estudo acerca da maior e mais importante organização negra que se projetou no cenário nacional após a Abolição da Escravatura, a entidade Frente Negra Brasileira. O associativismo e o periodismo foram importantes estratégias de organização e mobilização da população negra em São Paulo nas décadas iniciais do século XX. Tomamos como objeto a associação político-social Frente Negra Brasileira e seu jornal, *A Voz da Raça*, também como fonte de pesquisa. Além disso, postulamos como objetivo entender, através da análise do jornal, como a Frente Negra Brasileira contribuiu e incentivou a população negra, nos anos iniciais de 1930, a estudar e a dar o devido valor às suas diversas ações. Com recorte cronológico que engloba o período de 1931 a 1937. Tal período se justifica em razão de a Frente Negra Brasileira ter sua duração como Movimento Negro no contexto definido na década de 30. Delimitando esse recorte e objeto, o historiador tem papel fundamental na construção da história que não seja generalista e excludente, podendo utilizar-se da imprensa como caminho para entender o processo histórico-educacional. Fizemos, então, inicialmente um percurso histórico bibliográfico, caracterizando as questões da negritude, buscando fazer a interface com a educação. Utilizamos, também, como procedimento metodológico a Análise de Conteúdo-Análise Categorical, proposta por Bardin (1977). Sendo analisada frequência simples, a quantidade de aparições representadas por números. Utilizando como unidade de registro o tema “Educação não formal”. Partimos das concepções teóricas encontradas nas pesquisas sobre a Frente Negra Brasileira, Movimento Negro Educador, história por meio dos periódicos, fonte jornalística utilizada na linha de pesquisa História e Historiografia da Educação e práticas pedagógicas não formais. Tal qual proposto por Domingues (2004, 2006, 2008, 2016, 2019); Gomes (2017); Luca (2023); Araújo (2002); Campos (2012); Carvalho (2004) e Libâneo (2012). Desse modo, é importante destacar que ao ampliar o campo de pesquisa da História da Educação para além das análises da educação formal, constituindo como uma problematização da própria sociedade, torna-se possível elucidar como determinados grupos constroem e compartilham seus modos de se educar. Por fim, vimos que a escrita da História é um processo complexo e rigoroso que articula passado, presente e futuro. Compreendemos que a Frente Negra Brasileira utilizou o jornal *A Voz da Raça* como uma forma de se expressar, criando uma interlocução com a população negra. Sendo fundamental para criar, através da imprensa, narrativas de enfrentamento ao racismo e, sobretudo, uma estratégia política de reivindicação de direitos e inclusão. Dessa forma, esse jornal foi um considerável vetor de articulação das ações educacionais estratégicas que incentivou, discutiu, problematizou e tratou a questão da educação. Primordial para dar a essa população possibilidades e ideais para se organizar, bem como criar um ambiente político-social.

**Palavras-chave:** História da Educação; Movimento Negro; Associativismo; Imprensa.

## ABSTRACT

The present master's research is situated within the research line of History and Historiography of Education, within the Graduate Program in Education at the Federal University of Uberlândia (UFU). It is a study concerning the largest and most important black organization that emerged on the national scene after the abolition of slavery, the Brazilian Black Front entity. Associativism and journalism were important strategies for the organization and mobilization of the black population in São Paulo in the early decades of the 20th century. Our object of study is the political-social association Brazilian Black Front and its newspaper, *A Voz da Raça*, also serving as a research source. Furthermore, our objective is to understand, through the analysis of the newspaper, how the Brazilian Black Front contributed to and encouraged the black population, in the early years of the 1930s, to study and give due value to its various actions. This study's chronological scope spans the period from 1931 to 1937. This period is justified due to the Brazilian Black Front's duration as a Black Movement in the context defined in the 1930s. By delimiting this scope and object, the historian plays a fundamental role in constructing a history that is not generalist and exclusionary, being able to use the press as a means to understand the historical-educational process. Initially, we conducted a bibliographical historical journey, characterizing issues of blackness, seeking to interface with education. Our methodological procedure included Content Analysis-Categorical Analysis, proposed by Bardin (1977). Simple frequency analysis was employed, measuring the number of appearances represented by numbers, using "Non-formal Education" as the unit of analysis. We based our theoretical conceptions on research on the Brazilian Black Front, Black Educator Movement, history through periodicals, journalistic sources used in the line of research History and Historiography of Education, and non-formal pedagogical practices, as proposed by Domingues (2004, 2006, 2008, 2016, 2019); Gomes (2017); Luca (2023); Araújo (2002); Campos (2012); Carvalho (2004), and Libâneo (2012). Thus, it is important to highlight that by expanding the research field of the History of Education beyond formal education analyses, constituting it as a problematization of society itself, it becomes possible to elucidate how certain groups construct and share their ways of educating themselves. Finally, we observed that the writing of history is a complex and rigorous process that articulates past, present, and future. We understand that the Brazilian Black Front used the newspaper *A Voz da Raça* as a means of expression, creating a dialogue with the black population. It was essential in creating, through the press, narratives of confronting racism and, above all, a political strategy for claiming rights and inclusion. Thus, this newspaper was a significant vector for the articulation of strategic educational actions that encouraged, discussed, problematized, and addressed the issue of education. It was essential in providing this population with possibilities and ideals for organizing itself, as well as creating a political and social environment.

**Keywords:** History of Education; Black Movement; Associativism; Press.

## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA 1</b> - Escola da Frente Negra Brasileira.....	81
<b>FIGURA 2</b> - Praça da Sé por volta de 1930, local onde a Frente Negra foi criada.....	92
<b>FIGURA 3</b> - Rua Liberdade. Nesta rua, na Casa Portugal, ficava a sede da Frente Negra Brasileira.....	92
<b>FIGURA 4</b> - Palestra na Frente Negra Brasileira: Aniversário de Fundação. Em pé, lendo está Arlindo Veiga dos Santos, o primeiro presidente da organização.....	93
<b>FIGURA 5</b> - Aniversário de Fundação.....	93
<b>FIGURA 6</b> - Palestra na Frente Negra Brasileira. O segundo presidente da organização, Justiano Costa, que encontra-se em pé lendo. A mesa coberta pela bandeira Brasileira tem também a bandeira da Frente Negra.....	94
<b>FIGURA 7</b> - Almoço da Frente Negra. Os de uniforme branco são os componentes da banda frentenegrina.....	94
<b>FIGURA 8</b> - Banda Musical da delegação da Frente Negra Brasileira.....	95
<b>FIGURA 9</b> - Grupo das Rosas Negras, comissão feminina da Frente Negra que organizava as famosas festas. No meio, sem a faixa, está a presidente do grupo, Benedita Costa. Todas de branco, usam luvas e têm uma rosa preta no peito.....	95
<b>FIGURA 10</b> - Visita das crianças frentenegrinas ao Museu do Ipiranga.....	96
<b>FIGURA 11</b> - Carteira de Identificação da Frente Negra, assinada pelo presidente Justiano Costa.....	96
<b>FIGURA 12</b> - Carta a Arthur Ramos informando sobre a realização de Congresso Cultural sobre assuntos relativos aos negros e convidando-o a pronunciar na conferência do aniversário da Frente Negra Brasileira.....	97
<b>FIGURA 13</b> - A Voz da Raça. Edição nº 01, de 18 mar. 1933.....	98
<b>FIGURA 14</b> - A Voz da Raça. Edição nº 01, de 18 mar. 1933.....	99

## LISTA DE QUADROS

<b>QUADRO 1</b> - Cronologia da Frente Negra Brasileira.....	62
<b>QUADRO 2</b> - Meses de circulação do jornal “A Voz da Raça” .....	78

## LISTA DE TABELAS

<b>TABELA 1</b> - Número de ocorrências vinculados a categoria sobre Instrução .....	81
<b>TABELA 2</b> - Número de ocorrências vinculados sobre Artes e Ofícios .....	84
<b>TABELA 3</b> - Número de ocorrências vinculados a categoria sobre Cultura .....	85

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**AIB** Ação Integralista Brasileira

**ANL** Aliança Nacional Libertadora

**FNB** Frente Negra Brasileira

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>CAPÍTULO 1: O NEGRO NO BRASIL</b> .....	21
1.1 África de muitas sociedades, estados e a escravidão africana .....	21
1.2 África e africanos no tráfico atlântico .....	26
1.3 O fim do tráfico transatlântico e a escravidão no Brasil .....	31
1.4 A resistência negra no regime escravista.....	37
1.5 O fim da escravidão e o Pós-abolição.....	44
1.6 A resistência negra: das revoltas ao Movimento Negro.....	47
1.7 A produção cultural e artística dos negros no Brasil .....	50
<b>CAPÍTULO 2: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO NEGRO NO BRASIL E OUTRAS HISTÓRIAS</b> .....	55
2.1 Educação e escravidão no Brasil .....	55
2.2 História da Frente Negra Brasileira .....	61
2.3 Envolvimento político.....	68
<b>CAPÍTULO 3: IMPRIMINDO IDEIAS: FRENTE NEGRA BRASILEIRA, JORNAL <i>A VOZ DA RAÇA</i> E A MISSÃO DE EDUCAR</b> .....	72
3.1 Algumas considerações sobre Imprensa e a História da Educação .....	72
3.2 Imprensa Negra: o jornal oficial da Frente Negra Brasileira .....	75
3.3 Ações educacionais da Frente Negra Brasileira no jornal <i>A Voz da Raça</i> .....	79
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	88
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	90
<b>ANEXOS</b> .....	94
Anexo A - Arquivo fotográfico sobre a frente negra brasileira .....	94
Anexo B - Capa do jornal oficial da Frente Negra Brasileira “A Voz da Raça” .....	100
Anexo C - Aspectos gráficos do cabeçalho do jornal “A Voz da Raça” .....	101

## INTRODUÇÃO

O Movimento Negro é educador porque gera conhecimento novo, que não só alimenta as lutas e constitui novos atores políticos, como contribui para que a sociedade em geral se dote de outros conhecimentos que a enriqueçam no seu conjunto (Gomes, 2017, p. 10).

A presente dissertação tem por temática as questões da negritude interface com a educação, com ênfase no Movimento Negro privilegiando a Frente Negra Brasileira. Uma entidade extremamente representativa dos desejos e aspirações da população negra da década de 30. Composta por vários departamentos, além de promover a educação, visava também a integração dos negros na vida social, política e cultural.

A relação Movimento Negro, educação e saberes nos convoca a trilhar um caminho epistemológico desafiador. Por outro lado, oferece-nos elementos para aproximarmos razão, sentimentos, conflitos, práticas, lutas sociais e produção do conhecimento.

A trajetória deste estudo está conectada com minha origem e minha relação com a comunidade quilombola onde nasci. Quilombo chamado Corte, situado na área rural do município de Varjão de Minas, noroeste do estado de Minas Gerais. A escola, desde de muito cedo, foi-me apresentada como um valor para a comunidade negra. Ao longo dos anos fui percebendo que ler e escrever, conforme a normativa do mundo burguês, é prática do letramento e um instrumento de poder. O conhecimento científico, para a população negra quilombola, torna-se a possibilidade de preservação da cultura e a mobilização do projeto de sociedade que defendemos.

Nesse sentido, o conhecimento amplo da nossa origem, do nosso passado, fortalece-nos. É isso o que nos orienta. Ensinando a valorizar, respeitar e defender a história e memória que nos orgulham de sermos quem realmente somos.

Passado, presente e futuro se embaralham nesse produto peculiar. Cumpre apropriar-se de tais características não como uma vulnerabilidade das fontes, mas como um traço de sua identidade (Campos, 2012, p. 66).

Importante salientar o quanto nossa identidade, bem como nossas vivências influenciam na escrita historiográfica, despertando também nosso interesse e curiosidade. Não se tratando somente de um interesse acadêmico, mas da ordem intuitiva. A sensibilidade sobre a história do negro foi se transformando uma problemática sentida, em algo elaborado, através das bibliografias e fontes consultadas.

Como afirma Prost (2020, p. 89), o historiador estabelece com seu objeto uma relação íntima, pela qual se afirma, progressivamente, sua própria identidade. Ao debruçar sobre vida e morte dos homens do passado, ele trabalha também sobre sua própria vida e morte. O deslocamento de sua curiosidade, à medida que avança a idade e, também, a história de uma identidade pessoal, eis o que faz todo interesse atribuído.

No decorrer da construção da pesquisa, meses se passaram. Através das disciplinas cursadas no mestrado, apontamentos de caminhos e indicações bibliográficas feitas pelos professores, aos poucos fomos percebendo a preciosidade que tínhamos nas mãos. Precisamos, muitas vezes, de “recuo”, para não corrermos o risco de ter uma escrita generalista e de fazer colocações simplicistas sobre o tema estudado. Foi preciso tempo para construir mediações menos subjetivas entre minha identidade como mulher negra e a história que escrevemos.

A paixão pelo objeto acaba por obececar. Por exirmirmo-nos de confessar a vontade de proceder o ajuste de contas ou de corrigir erros, corremos o risco de construir fatos sem o devido cuidado:

Evitemos cair no extremo se o historiador encontra-se envolvido pessoalmente com a história que escreve, isso não significa que ele deva abordar seu trabalho com simples opinião subjetiva, impulso de seu temperamento e reflexo de um inconsciente super lotado. É preciso ter racionalidade ou então correr o risco de confessar uma incorrigível igenuidade (Prost, 2020, p. 92).

Nesse sentido, participamos ativamente dessa construção, movidos pelo interesse no tema proposto. Levados, também, pela curiosidade em relação às diversas opiniões e uma imensa vontade de aprender, o que pode ser observado nos capítulos da dissertação. Com isso, pretendemos contribuir de alguma forma para o avanço do esclarecimento das questões ora em discussão.

Então, por onde começar? Aprendendo todos os dias a pensar como uma historiadores da Educação. Sabendo como o passado tem sido investigado e por quais meios. Participando desse instigante desafio que é escrever história. Entendendo, principalmente, que a escrita é um ato criador que envolve a escolha de caminhos e estratégias.

A história aprende-se como a marcenaria: por um aprendizado na oficina. Ao fazer história é que alguém se torna historiador (Prost, 2020, p. 134).

Luca (2023) destaca que nunca é tarde demais para lembrar que não há uma receita pronta a ser aplicada e que os esquemas, por mais abrangentes que sejam, têm utilidade muito limitada, como se percebe ao folhear sua fonte. A partir desse ponto a aventura é sua.

As experiências no campo da pesquisa em História da Educação possibilitaram descortinar um novo mundo, mais rico em detalhes e mais dinâmico nas relações sociais, principalmente se seguirmos a trajetória educacional brasileira, em suas especificidades regionais e locais. Desse modo, cabe ao historiador promover uma aglutinação dos fatos que ele localiza na construção de uma história menos excludente. Nessa perspectiva, percebemos que a imprensa se transformou em objeto de referência para apreensão e compreensão do processo histórico-educacional (Carvalho; Araújo; Neto, 2002).

Foi seguindo esse caminho que se originou a dissertação: de início, a estratégia de revisão bibliográfica feita através de uma leitura cuidadosa e atenta, onde a Frente Negra Brasileira foi encontrada e, por consequência, o seu jornal oficial *A Voz da Raça*. Desde a retirada forçada da África até o associativismo e a organização da imprensa negra.

Descobrimos, então, que a década de 1930, o período escolhido para o recorte, foi fértil para estudos historiográficos e para a história da educação da população negra em particular. Nas pesquisas sobre a escolarização, a Frente Negra Brasileira, fundada em 1931, com suas diversas iniciativas educacionais, mostra-se exitosa.

De acordo com Domingues (2019), a Frente Negra Brasileira possuía cunho educacional, esportivo, religioso, cultural, sindical e político. Essa entidade contribuiu na luta diária pela sobrevivência, fortalecendo identidades e escolhas individuais e coletivas.

As questões norteadoras que permeiam essa discussão são: [1] no tempo da escravidão houve protagonismo dos negros? [2] Para onde foram os negros escravizados depois da Abolição da Escravatura? [3] Quais lutas, reivindicações, projetos e alianças mobilizaram a população negra nas primeiras décadas do século XX? [4] A Imprensa Negra pode exercer um papel educador? [5] O jornal *A Voz da Raça* mostra e incentiva a população negra a frequentar as escolas da Frente Negra Brasileira e a valorizar a educação proposta por essa associação? [6] Existiu uma proposta educacional desenvolvida pela Frente Negra Brasileira para a população negra evidenciada nas páginas do jornal *A Voz da Raça*?

A pesquisa histórica consiste em formular uma questão para desencadear a busca de fatos que possam contribuir para lhe fornecer uma resposta, resulta no fato de que todas as histórias são, ao mesmo tempo, uma história da história, eis porque em cada época a história deve ser escrita em novas perspectivas.

Após o primeiro contato com o jornal *A Voz da Raça*, fomos conduzidos por uma leitura prazerosa. O encaminhamento da pesquisa não poderia ser outro que não o uso do jornal como objeto e fonte de pesquisa.

Segundo Carvalho (2007, p. 47), a análise de jornais contribui para a compreensão do processo de expansão da educação, concepções educacionais, usos políticos e lutas individuais ou coletivas

A pesquisa periódica vem sendo (re) visitada por pesquisadores pelo fato de, na maioria das vezes, estamos diante de reflexões muito próximas dos acontecimentos. A análise da imprensa permite o contato com discursos situados tanto no âmbito macro do sistema, como na esfera micro das experiências humanas. É o lugar onde a regulação coletiva se faz permanente, pois seus organizadores e produtores procuram equilibrar o que ela quer veicular para o leitor conhecer, atendendo ao mesmo tempo, aos interesses e expectativas do consumidor.

Campos (2012, p. 60) mostra que, ao comermos a realizar a crítica interna e externa da fonte, problematizamos o nosso próprio movimento de transformação de um periódico em fonte.

Assim sendo, Carvalho (2007, p. 48) destaca que jornais e revistas podem contribuir para estudos reflexivos sobre a trajetória da educação, pois através deles manifestam-se, de um modo ou de outro, os problemas educacionais, revelam-se as múltiplas faces do processo educativo e compreendem-se as dimensões sociais da educação, ultrapassando uma mera descrição de ideias das reformas, dos programas e das práticas educativas.

Nessa linha de argumentação, Araujo (2002, p. 59) afirma que a imprensa tem se constituído como uma importante fonte no campo da história da educação. Não se trata somente da imprensa denominada educacional, mas de investigações em jornais e revistas que não têm o cunho educacional. Tal modalidade de fonte tem contribuído para ampliar a pesquisa histórico educacional, dando-lhe contornos e vitalidade. Tornar um jornal como fonte implica em ampliar os horizontes para além da educação escolar ou da instituição escolar.

Há que se considerar, nesse momento, o tratamento metodológico a ser utilizado. Trata-se de uma pesquisa qualitativa do tipo documental aliada à revisão bibliográfica de acordo com tema estudado. O jornal da Imprensa Negra Paulista analisado, *A Voz da Raça* soma 66 títulos, produzidos entre os anos de 1933 a 1937. O recorte temporal da dissertação, de 1931 a 1937, justifica-se devido à duração da Frente Negra Brasileira compreender esse período.

O percurso de análise das informações obtidas através da leitura do jornal seguiu quatro passos, a saber: preparação, codificação, categorização e análise dos resultados. Recorremos à técnica de análise de conteúdo: temática por frequência de aparecimento, proposto por Bardin (1977).

Para Bardin (1977, p. 45), a análise documental pode ser definida como uma operação ou um conjunto de operações, visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar a sua consulta e referência. Como tratamento da informação contida nos documentos acumulados, a análise documental tem por objetivo dar forma conveniente e representar de outro modo essa informação, por intermédio de procedimentos de transformação.

O tema poderia estar contido nos noticiários, comentários, anúncios e propagandas, de cada um dos 66 exemplares do jornal que, nesse caso, constituíram-se nas unidades de contexto utilizadas para coletar os códigos de análise. Tendo definido as unidades do contexto e os códigos de análise, o próximo passo foi o de estabelecer as dimensões através das quais os códigos seriam considerados, ou seja, definir as categorias de análise. Essas categorias foram determinadas tanto pelas interrogações que surgiram em função das colocações teóricas que nortearam a pesquisa, como pelo próprio material.

Sobre o procedimento de coleta de dados no jornal, num primeiro momento, localizou-se a coleção do jornal a *A Voz da Raça*. Disponível no Acervo Digital da Imprensa Negra Paulista da Universidade de São Paulo.

O fato de essas fontes estarem organizadas e arquivadas nos revelam que foram dignas de memória. Como afirma Le Goff (2003), são documentos/monumentos resultantes do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro, voluntária ou involuntariamente, determinada imagem de si própria.

Realizamos, sequencialmente, uma leitura exploratória, registrando em caderno informações gerais sobre o jornal, a saber: editor, redator, local de publicação, periodicidade, data de publicação e outros dados importantes. Definimos os códigos e, através destes, as categorias de análise. Posteriormente, foi efetuado um breve resumo de cada artigo, sob a categoria em que ele mais se enquadrava. Registramos a data e a página, procedimento usado para voltar ao original sempre que necessário. Somente após o resumo de todos os códigos identificados dentro das respectivas categorias é que efetivamos propriamente a análise do material.

São as seguintes categorias sob as quais os códigos de análise foram classificados, respectivamente: Instrução (Curso de Alfabetização, Curso de Formação Social, Escolas, Eventos Educacionais, Aulas particulares e Bibliotecas). Artes e Ofícios (Curso de Pintura e Curso de Costura). Cultura (Música, Esporte, Festivais: Litero Dramático e Musical, Palestras e Livros publicados pelos fretenegrinos).

A fonte jornalística está ligada à História da Educação à medida que se considerem as práticas educacionais também para além da escola. Nesse sentido, Libâneo (2012) afirma que enquanto se encara a educação formal feita dentro de uma instituição escolar, com objetivos educativos explicitados, há outras duas que se aprendem: a educação não formal e a informal.

Este texto caracteriza-se como uma pesquisa historiográfica, com ênfase em práticas pedagógicas não formais. De acordo com Campos (2012), as pesquisas que utilizam de jornais para falar sobre a história da educação trabalham, na verdade, com um conceito de educação mais abrangente do que o da educação escolar.

Dessa maneira, o presente estudo está estruturado de acordo com a seguinte organização: No Capítulo 1, intitulado *O negro no Brasil*, traçamos o panorama da história do negro no Brasil, considerando-o ator político, tanto no tempo da escravidão quanto no tempo da luta por liberdade e visibilidade, seja na condição de escravo, de liberto e, suspostamente, de livre, depois da Abolição da Escravatura. Apresentamos discussões elaboradas por alguns autores ligados à história da África e da diáspora forçada dos escravos no Brasil, bem como os movimentos de resistência durante o período escravista. Focalizamos exemplos de resistência negra após a abolição, destacando-as no sentido de refletir sobre o processo de luta do povo negro e desmistificar a ideia de que, após a assinatura da Lei Áurea, a situação dos negros tornou-se harmoniosa e estável. Destacaremos alguns aspectos da produção cultural, musical e artística do negro no Brasil. O maior desafio é condensar nestas páginas perspectivas históricas que extrapolam as fronteiras nacionais. A organização do primeiro capítulo priorizou determinados temas, episódios, personagens relevantes para a história dos negros e negras. Estamos cientes de que contaremos aqui apenas uma versão possível.

No Capítulo 2, intitulado *História da Educação do negro no Brasil e outras histórias*, apresentamos a história da educação do negro do Brasil e, simultaneamente, a resistência diante das situações de exclusão. Com ênfase nas ações educacionais que lograram êxito graças às suas iniciativas, como as escolas criadas pelo Movimento Negro. Destacando a história da Frente Negra Brasileira.

Finalmente, o Capítulo 3, intitulado *Imprimindo Ideias: Frente Negra Brasileira, jornal "A Voz da Raça" e a missão de educar*, versamos especificamente sobre uma incursão no jornal *A Voz da Raça*. Por meio de sua leitura procuramos identificar as especificidades relativas ao campo educacional. Esse capítulo aborda também a imprensa e a História da Educação.

O material sobre a Frente Negra Brasileira é extremamente rico e permite leituras mais abrangentes sobre suas ações educacionais. No entanto, a escolha da dimensão da análise se deu de acordo com o período de elaboração do texto. Diante disso, o objetivo do presente estudo foi analisar, através do jornal *A Voz da Raça*, como a Frente Negra Brasileira contribuiu e incentivou a população negra nos anos iniciais de 1930 a estudar e a dar o devido valor as suas diversas ações.

As primeiras aproximações com a Frente Negra Brasileira, como já foi dito, proporcionou-nos acesso a uma riqueza de fontes. Por vez, o formalismo da dissertação impede a inserção de todas essas fontes no corpo do trabalho escrito. O que nos exigiu outra estratégia para levar ao leitor o conhecimento das fontes. Por esse motivo comparecem em anexo. Consideramos esse acervo documental muito importante pois, além de ser fonte de pesquisa, poderá contribuir para o desenvolvimento de outros estudos. Ao que tudo indica, revela-nos a diversidade de atividades que a associação desenvolveu dentro de sua forma complexa de organização.

Cumprir dizer que a FNB, através do seu jornal oficial, articulou uma rede de comunicação que evidencia os valores morais daqueles que a lideraram, bem como buscou influenciar as mentes da população negra. Colaborando para que esse segmento pudesse manter viva a luta e a resistência herdadas de seus descendentes, que de maneira forçada foram retirados da África.

## CAPÍTULO 1: O NEGRO NO BRASIL

O passado é, por definição, um dado que nada mais modificará. Mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa (Bloch, 2001, p. 75).

### 1.1 África de muitas sociedades, estados e a escravidão africana

De acordo com Silvério (2013), o Brasil conta atualmente com a maior população originária de uma movimentação forçada. Em relação às ciências humanas, em especial à história, retratar os deslocamentos desumanos provocados pelo colonialismo e, ao mesmo tempo, demonstrar que os povos colonizados tinham uma história, substituída por outra, imposta, que os colocou na condição de selvagens.

Essa movimentação nos possibilita entender o significado devastador da violência do processo colonial. Ao mesmo tempo, reconhecer que aquele processo de tentar apagar a história dos povos colonizados, coloca-nos a tarefa de recompor em diferentes níveis, contextos e situações a história que está escrita nas práticas sociais.

De acordo com Albuquerque e Filho (2006), a história do negro brasileiro não teve início com o tráfico de escravos. É uma história bem mais antiga, anterior à escravidão nas Américas, à vida de cativos no Brasil. Conhecer a história da África é fundamental para entender como foi possível que milhares de pessoas fossem aprisionadas e trazidas nos porões de navios destinados às Américas.

Para se compreender a trajetória dos negros brasileiros é preciso saber como e por que o continente africano se tornou o maior centro de dispersão populacional do mundo (Albuquerque; Filho, 2006, p. 13).

Para Souza (2008), antes de os europeus tomarem conhecimento da África existiam nela algumas sociedades que merecem ser lembradas, como o império de Mali, que se fortaleceu com a mudança das rotas do deserto, mais para o leste, em direção ao delta interior do Níger.

O primeiro império da África que se tem notícias mais precisas é o Mali, centro de troca e de concentração de pessoas, graças a rede de rios que fertilizava o transporte na região da curva do Níger. Antes do Mali, Gana, ao norte do rio Senegal, foi um reino poderoso, no qual se davam negócios entre os comerciantes que traziam o ouro do sul e os caravaneiros que iam para os portos do norte da África. Também outros reinos importantes como Iorubás, Daomeanos, Kongo e Monomotapa (Souza, 2008, p. 34).

Para Albuquerque e Filho (2006), na África havia impérios poderosos e bem consolidados como Mali e Kongo. No entanto, existiam pequenas aldeias agrupadas por laços de descendência ou linhagem.

Pequenas aldeias, e grupos nômades de comerciantes, agricultores e pastores, se deslocavam sempre que as condições climáticas ou as oportunidades de negócios assim os obrigassem. Mesmo porque o continente africano caracterizava-se pela desproporção entre o enorme território e o pequeno contingente populacional. Entretanto, a expansão dos reinos, a migração de grupos, o trânsito de caravanas de mercadores, disputa pelo acesso aos rios, o controle sobre estradas ou rotas podiam implicar em guerra e subjugação de um povo a outro (Albuquerque; Filho, 2006, p. 14).

Entre os africanos, a organização social e econômica girava em torno de vínculos de parentesco com famílias extensas, da coabitação de vários povos no mesmo território, da exploração tributária de um povo por outro.

De acordo com Munanga e Gomes (2016), árabes e europeus descreveram em seus relatos a verdadeira África que viram. Alguns falaram com admiração das formas políticas africanas, altamente elaboradas e socialmente aperfeiçoadas. Dentre as quais se alternavam reinos, impérios, cidades-estados e outras formas políticas baseadas no parentesco, como chefias, clãs, linhagens.

Esse processo descrito procura explicitar a vinculação por parentesco como uma das mais recorrentes formas de definir a identidade de alguém. Isso quer dizer que o lugar social das pessoas era dado pelo seu grau de parentesco em relação ao patriarca ou à matriarca da linhagem familiar. Nessas sociedades, a coesão dependia, em grande parte, da preservação da memória dos antepassados, da reverência e dos privilégios reservados aos mais velhos e da partilha da mesma crença religiosa.

Segundo Albuquerque e Filho (2006), antes da ocupação pelos europeus no século XV, a África era habitada por povos com diferentes formas de organização política e social. Assim como demais povos, eles não eram homogêneos e tinham suas próprias experiências históricas. Esses contatos deram ao mundo ocidental a impressão de que se tratavam de povos bárbaros, integrados à história com o estabelecimento do tráfico de escravos da África para a América.

Nas considerações dos autores, importa assinalar que essa impressão, naturalmente, vinha de uma visão eurocêntrica; enquadrando os povos de outras partes do mundo com base na experiência europeia. Tudo o que não se parecesse com a civilização e a cultura europeia, e que não se ajustasse a seus valores e costumes, seria visto como inferior.

Souza (2008) mostra que no início do século XV, quando os portugueses chegaram na região do Kongo, encontraram uma sociedade hierarquizada com aglomerados populacionais que funcionavam como capitais regionais e uma capital central. Chefes de grupos diversos viviam em construções grandiosas, cercados de mulheres, filhos, conselheiros, escravos e ritos. Somente recebiam os que tivessem a nobreza suficiente para gozar de tal privilégio. Faziam contato com o povo na praça das cerimônias públicas.

Além do *mani Congo* e sua corte, moravam nas cidades artesãos, comerciantes, soldados, agricultores e cativos. Quando os portugueses conheceram esse reino, logo viram que seria um bom parceiro comercial e trataram de manter relações amistosas com ele. O *mani Congo* e os chefes que o cercavam também perceberam que poderiam lucrar com a aproximação dos portugueses e logo se associaram a eles. Por mais de três séculos congolese e portugueses mantiveram relações comerciais e políticas pautadas pela independência dos reinos, mas os portugueses acabaram por controlar a região (Souza, 2008, p. 40).

Como afirmam Munanga e Gomes (2016), a estrutura política do Kongo no século XVI tinha como característica principal o Estado com poder centralizado. O grau de aperfeiçoamento desse reino levou alguns autores ocidentais a pensarem que tivesse sido criado pelos portugueses, hipótese que não resiste às provas históricas. As receitas do governo provinham dos impostos e do trabalho forçado. O tributo era pago em tecidos de rafia, marfim e em seres humanos capturados; uma parte das receitas vinham também das taxas da alfândega, multas judiciárias e pesca real das conchas marinhas, Nzimbo, na ilha de Luanda. A concha marinha, Nzimbu, servia de moeda. O rei tinha monopólio sobre sua produção e circulação. Um caso único nos reinos africanos.

De acordo com Munanga e Gomes (2016), à véspera da era colonial moderna era comum encontrar imagens positivas sobre a África. Após a conferência de Berlim em 1885, que definiu a partilha colonial da África entre os países europeus interessados em explorar política e economicamente esse continente, as imagens simpáticas começaram a sombreadar.

Nesse contexto, reinos e impérios foram substituídos por imagens de tribos primitivas em estado de guerra permanente, uma contra as outras. A exploração e a dominação brutal às quais foram submetidos os africanos exigiam que fossem considerados como brutos. Para justificar e legitimar a missão pacificadora da colonização, a violência, a humilhação, os trabalhos forçados e a negação da humanidade. Ora em diante qualificados com uma visão negativa e inferiorizante.

Desde os tempos mais antigos, alguns homens escravizaram outros homens, que não eram vistos como seus semelhantes, mas sim como inimigos ou inferiores. A maior fonte de escravos sempre foram as guerras, com os prisioneiros postos a trabalhar ou sendo vendidos

pelos vencedores. Todavia, um homem poderia perder seus direitos de membro de uma sociedade por outros motivos como condenação por transgressões, crimes cometidos, impossibilidade de pagar dívidas; ou mesmo os direitos de sobreviver independentemente, por falta de recursos. A escravidão existiu em muitas sociedades africanas bem antes dos europeus começarem a traficar escravos pelo oceano Atlântico (Souza, 2008, p. 47).

A esse respeito, Munanga e Gomes (2016) mostram que a palavra escravidão não foi inventada com base na deportação dos africanos e de sua escravização em outros continentes. Trata-se de uma prática antiga na história da humanidade. Textos bíblicos e escrituras santas falam da escravidão dos israelitas no Egito antigo, onde trabalhavam nos rebanhos dos faraós. Tem-se eco do trabalho escravo nas literaturas sobre antigas civilizações egípcias, gregas e romanas.

Albuquerque e Filho (2006) fazem uma análise sobre a escravidão antes da chegada dos portugueses. As cáfilas seguiam do Norte da África para as savanas sudanesas levando espadas, tecidos, cavalos, cobre, contas de vidro e pedra, conchas, perfumes e sal. No retorno, depois de meses, traziam ouro, peles, marfim e, cada vez mais, escravos

Entre 650 e 1800, o tráfico de escravos vitimou cerca de 7 milhões de pessoas, sendo que vinte por cento delas morreram no deserto. Essa tendência só acentuou ao longo do tempo. Pessoas capturadas na África negra eram escravizadas no Egito, Líbia, Tunísia, Argélia e Marrocos. Esse tráfico voraz de gente explica a presença de negros nas populações árabes. A escravidão doméstica foi dando lugar à escravização em larga escala, à partir do século XV, com a presença europeia na costa da África, esse processo ganhou dimensão intercontinental e fez da África a principal região exportadora de mão de obra (Albuquerque; Filho, 2006, p. 19).

Já Souza (2008) destaca que

A escravidão estava mais presente nas capitais dos reinos, nas cidades estados e nos grandes centros de comércio, onde havia maior circulação de riquezas. Além dos escravos serem integrados nessas sociedades também eram uma mercadoria importante na rota do Saara. Parte dos cativos obtidos por guerras ou ataques a aldeias desprotegidas, era negociada com comerciantes que os levariam para o norte da África. Além de serem comercializados entre as sociedades africanas não islamizadas nas rotas do Saara e Saara, estas sim islamizadas, os escravos estavam entre as mercadorias exportadas para a península Arábica pelos portos da costa oriental, pelos quais podiam ser levados para a Pérsia e a Índia, junto com mercadorias de luxo (Souza, 2008, p. 49).

Os reinos africanos possuíam uma organização social complexa, que incluía a escravidão. Entretanto, a escravidão que existia no próprio continente não era igual à escravidão ocidental. O escravo não era uma propriedade, sua condição envolvia relações militares, econômicas e políticas que o tornavam mais próximo de um servo medieval do que de uma simples mercadoria. Na maioria das vezes, oriundos de povos vencidos em guerras, que deviam obediência aos vencedores.

Todavia, quando os primeiros europeus chegaram à Costa Atlântica Africana, entre outras coisas, interessaram-se por escravos, abrindo mais uma frente de comércio de pessoas, mas este já era um conhecido dos povos africanos.

De um modo geral, todas as grandes nações europeias se envolveram no tráfico de pessoas e disputaram sua fatia nesse negócio lucrativo. Holandeses, franceses, espanhóis e, principalmente, os portugueses, lançaram-se na conquista dos mercados africanos.

Para Albuquerque e Filho (2006), os europeus mostraram interesse em conseguir ouro, já os reis africanos Jalofos queriam produtos que costumavam adquirir com os caravaneiros do deserto. Os portugueses não conseguiram o ouro tão desejado. Porém, zarparam abastecidos de escravizados, como faziam os mercadores do Saara. Formou-se uma rede comercial em que eram incluídos não apenas os portugueses, mas que também ampliava os lucros dos comerciantes africanos. Esses últimos trocavam escravos e ouro por sal, arroz, tecidos de lã, panos de algodão e outros produtos.

De acordo com Albuquerque e Filho (2006), estima-se que entre 1500 e 1535, os portugueses levaram ao castelo de São Jorge entre 10 e 12 mil escravos entregues pelos africanos Mandingas, e muitos outros adquiridos no Golfo do Benim, onde as caravelas portuguesas passaram a navegar com mais frequência a partir do final do século XV. Há estimativas que 75% das pessoas vendidas nas Américas foram vítimas de guerras entre povos africanos.

De fato, a ambição por escravos reorganizou de tal maneira o mapa político africano que alguns reinos experimentaram o apogeu nos séculos XVII e XVIII, graças ao tráfico negreiro Daomé, Achanti e Oió. No final do século XVI, as cidades Iorubanas participavam tão ativamente desse comércio que a região do golfo do Benin passou a ser conhecida como Costa dos Escravos.

Os pesquisadores destacam que os portugueses concluíram, então, que a empreitada conquistadora não valia a pena. O comércio de escravos certamente lhes traria mais lucros e menos trabalho, onde concentraram suas forças. Uma vez que os próprios africanos se lançavam à procura de cativos

Luanda rapidamente se tornou uma grande feira de comércio de gente. Angola, desde os fins do século XVI até a primeira metade do século XVIII, foi o maior fornecedor de escravos para as Américas portuguesa e espanhola. Entre 1571 e 1591 foram embarcados da região de Angola mais de 52 mil africanos para o Brasil.[...]A saga dos africanos seguiu seu curso, por um lado eles buscavam integrar-se com o lucro no circuito comercial Atlântico, por outro, viviam a trágica experiência da escravidão em massa (Albuquerque; Filho, 2006, p. 33).

Nesse sentido, os europeus no continente africano representaram a integração da África negra ao grande circuito comercial, quando determinou os rumos da sociedade do Novo Mundo, que incluía a região que veio a se tornar o Brasil.

Munaga e Gomes (2016) afirmam que, de acordo com algumas versões da história, o tráfico humano e o sistema de escravidão já existiam na África. No entanto, essa questão é um assunto carregado de emoção e afetividade. Os africanos não ficam à vontade quando se toca no assunto, porque se sentem acusados de terem sido corresponsáveis pelo tráfico de seu próprio povo, por terem, através de alguns de seus dirigentes tradicionais, participado do tráfico.

Por sua vez, o que deve estar em questão não são os homens ou continentes que se envolveram com o tráfico, mas sim o sistema escravista como tal e o tráfico que o alimentava, hoje considerado como uma das maiores tragédias da humanidade (Munanga; Gomes, 2016).

Foram milhões de homens e mulheres arrancados de suas raízes que morreram nas guerras de capturas na própria África. Nas longas caminhadas para os litorais de embarque, nas condições de confinamento, falta de comida e de higiene nos armazéns humanos construídos nos portos de embarque da carga humana, na travessia, enfim, nas condições de trabalho e vida reservadas a eles nos países de destino que ajudaram a construir e desenvolver.

## **1.2 África e africanos no tráfico atlântico**

Para Albuquerque e Filho (2006), antes de investir maciçamente no tráfico africano, os colonos portugueses recorreram à exploração do trabalho dos povos indígenas que habitavam a costa brasileira. As comunidades indígenas não se firmaram como fornecedoras regulares de cativos, dificultando a formação de redes comerciais que atendessem à demanda de mão de obra. Assim, logo foram substituídos por escravizados africanos.

A escravidão foi um tipo de trabalho forçado imposto às populações nativas. O indígena escravizado era chamado de negro da terra, distinguindo-se assim do negro da guiné, como era identificado o escravo africano nos séculos XVI e XVII. Quando a oferta de escravos indígenas começou a declinar, os africanos começaram a chegar em maior quantidade para substituí-los (Albuquerque; Filho, 2006, p. 13).

Reportando-se a esse fato, Munanga e Gomes (2016) afirmam que existia um belo discurso carregado de boas intenções. A missão civilizadora tinha como a verdadeira intenção a dominação política do outro pela invasão de seu território. Bem como a exploração econômica de suas riquezas naturais e sujeição cultural que pretendia substituir a cultura, a

religião e a visão de mundo dos povos indígenas por outras, consideradas melhores ou superiores.

Configura-se uma manifestação de luta de classes. Criou-se uma estratégia de dominação, que se cristalizou no racismo. Ao afirmarem que os escravos, por serem negros, eram inferiores, e por serem inferiores, eram passíveis de serem escravizados. Assim como na escravidão clássica os escravos eram chamados de bárbaros e, com isso, justificar-se-ia a sua escravização. Na escravidão moderna, pelo fato de os escravos serem indígenas, inicialmente, e, depois, negros, povos divergentes dos padrões estéticos europeus dominantes, a mesma estratégia justificadora foi empregada (Moura, 2020, p. 19).

De fato, a resistência dos povos indígenas ao processo de escravização teve duas consequências notáveis: a sua massiva exterminação e a busca por africanos. Abriu-se caminho ao tráfico negreiro que trouxe ao Brasil milhões de africanos, escravizados para fornecer a força do trabalho necessária ao desenvolvimento da colônia.

De acordo com Albuquerque e Filho (2006), a preferência pelos africanos fez com que os portugueses se voltassem para o tráfico na África na segunda metade do século XVI. Com o aumento da procura por escravizados no Brasil, o tráfico passou à condição de grande negócio. No decorrer do tempo, traficantes com bases comerciais em Portugal foram gradativamente perdendo espaço para traficantes domiciliados no Brasil.

Como afirmam Albuquerque e Filho (2006), no século XVIII, o comércio para Benguela e Luanda já era feito diretamente do Brasil, sem a intermediação exclusiva de comerciantes portugueses. Até a sua proibição, em 1850, o tráfico transatlântico fez grandes fortunas no Brasil. Nas cidades portuárias, os traficantes exibiam riqueza e poder.

Essa afirmação fica também explícita em Souza (2008), afirmando que, em meados de 1580, começaram a chegar com frequência ao Brasil escravos trazidos de algumas regiões da África. Os três principais pontos de apoio dos portugueses no comércio com a Costa Africana Atlântica eram: [1] as ilhas do Cabo Verde, de onde atuavam na região de Gâmbia, e na costa entre o rio Volta e o Níger; [2] a ilha de São Tomé, de onde atuavam tanto no golfo da Guiné quanto na região do Congo e Angola; [3] Luanda, de onde atuavam na costa e parte do sertão ao sul do rio Congo. A partir do fim do século XVIII, eram os brasileiros que dominavam o comércio entre a Costa da Mina e Salvador, também entre Luanda e o Rio de Janeiro.

Albuquerque e Filho (2006) enfatizam que, através do tráfico, os portugueses puderam colonizar o território que chamaram de Brasil. Sem a participação dos africanos, dificilmente os portugueses conseguiriam ocupar terras descobertas no processo de expansão marítima.

Indígenas, africanos e seus descendentes, desbravavam matas, ergueram cidades e portos, abriram estradas. Desde meados do século XVI, grande número de africanos desembarcaram em cidades litorâneas como Salvador, São Vicente (São Paulo), Rio de Janeiro e Recife. A partir desses primeiros núcleos de povoados, a ocupação avançou para o interior, seguindo direções diversas. Foi na condição de escravos que africanos e seus descendentes chegaram aos locais mais remotos da colônia (Albuquerque; Filho, 2006, p. 43).

Sob esse aspecto, é necessário destacar que apesar da escravidão, os africanos foram atores culturais importantes e influenciaram profundamente as formas de viver e de sentir das populações. Transmitiram à sociedade em formação elementos valiosos da sua cultura. A multiplicidade de povos e etnias para aqui transportados por força do tráfico fizeram do Brasil um espaço privilegiado de tradições africanas múltiplas, que ainda continuam a moldar e a colorir culturalmente o país.

Segundo Munanga e Gomes (2016), todos os africanos foram trazidos ao Brasil através da rota transatlântica, envolvendo povos de diferentes regiões geográficas

África Ocidental, de onde foram trazidos homens e mulheres dos atuais Senegal, Mali, Níger, Gana, Togo, Benin, Costa do Marfim, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Guiné e Camarões. África Centro-Ocidental, envolvendo os povos do Gabão, Angola, República do Congo e República Democrática do Congo (antigo Zaire), República Centro-Africana. África Austral, envolvendo povos de Moçambique, da África do Sul e Namíbia (Munanga; Gomes, 2016, p. 20).

Já Albuquerque e Filho (2006) informam que a maioria dos escravizados trazidos para o Brasil vinha da região da Senegâmbia, denominada Guiné pelos portugueses. Eram deportados membros de diversos povos, como Manjacas, Balantas, Bijagós, Mandigas, Jalofos, entre outros. Todavia, no decorrer do século XVI até a primeira metade do século XVIII, os chefes políticos e mercadores forneceram de Angola a maior parte dos escravos utilizados em todas as regiões do Brasil. A região de Angola foi a principal área exportadora de pessoas para as províncias de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Souza (2008, p. 83) destaca quem eram os africanos trazidos para o Brasil, dividindo o período de escravização em diferentes e principais momentos da história

Em meados de 1440 a 1580, escravos da chamada Alta Guiné, na região do rio Gâmbia, o primeiro momento. No segundo momento que vai cerca de 1580 a 1690, Luanda foi o porto pelo qual os portugueses mais comercializaram escravos, períodos das guerras angolanas, que faziam muitos prisioneiros serem vendidos como escravos, um período de grande crescimento da produção açucareira no Nordeste do Brasil. No terceiro momento que vai de 1690 até o final do tráfico, tanto os portos angolanos como os portos da Costa da Mina forneceram escravos para o Brasil, havendo uma ligação estreita entre Salvador e Costa da Mina, e Rio de Janeiro com Angola. Dessa forma, chegaram mais escravos de origem sudanesa ao Nordeste, e mais escravos de origem banto ao Sudeste, e redistribuídos a partir desses dois portos brasileiros. Ao norte do país, pelos portos de São Luís do

Maranhão e Belém do Pará, chegaram escravos vindos da Alta Guiné, principalmente de Bissau e de Cabo Verde, e também da região de Angola. Além dessas regiões, no século XIX também a Zambézia passou a fornecer escravos para o Brasil a partir da colônia portuguesa de Moçambique, pois apesar da distância e dos custos maiores, a vigilância britânica, num momento que era grande a procura por eles, fez que essa rota fosse vantajosa.

Os africanos que aportaram no Brasil eram originários das seguintes regiões: África Ocidental, os povos sudaneses e/ou Iorubas (Nagôs, Ketus, Egbás); Gegês (Ewês, Fons); Fanti-Ashanti (genericamente conhecidos como Mina); povos islamizados (Mandigas, Haussas, Peuls); África Central, os povos Bantos (Bakongos, Mbundo, Ovimbundos, Bawoyo, Wili, isto é, Congos, Angolas, Benguelas, Cabindas e Loangos); África Oriental (os povos conhecidos como Moçambiques) (Silvério, 2013, p. 13).

Nesse sentido, para Munanga e Gomes (2016), na literatura e outros textos sobre o assunto, diz-se geralmente que os africanos escravizados no Brasil foram trazidos do litoral de Angola, do litoral de Moçambique e do golfo de Benin. Mas, de fato, teriam vindo do interior de outras áreas, países e grupos étnicos, cuja documentação foi, em grande parte, queimada sob as ordens de Rui Barbosa, ministro das relações exteriores no Brasil.

Albuquerque e Filho (2006) mostram que, no interior da África, o escravizado era obrigado a percorrer longas distâncias até alcançar os portos de embarque no litoral, muitos não resistiam à longa caminhada, às doenças e aos maus tratos. Nos portos, eram alojados em grandes barracões ou em cercados, à espera de que as cargas humanas dos navios fossem completadas e os cativos partissem para um mundo completamente desconhecido. Completando o número de pessoas, eram conduzidos aos navios negreiros. Antes de entrar nas embarcações, eram marcados a ferro quente no peito ou nas costas com os sinais que identificavam a qual traficante pertenciam.

Segundo Albuquerque e Filho (2006), nos séculos XVI e XVII, uma caravela portuguesa podia transportar cerca de 500 cativos e um bergantim podia transportar até 200. Nos últimos anos do tráfico, a média de escravos transportados por navios era de 350. Além da fome e sede pela pouca ingestão de água, maus tratos e superlotação, havia, ainda, o sofrimento de deixar seus entes queridos para trás, com pouca chance de voltar a revê-los, o que debilitava física e mentalmente povos africanos.

Depois de serem submetidos a diversas situações desumanas, ver seus companheiros de viagem morrer por suicídio, doenças e maus tratos, os escravizados desembarcavam no Brasil, sendo postos à venda. Nesse momento, tinham a certeza de que o destino que os esperava não era bom. No entanto, estabeleceram entre si diversos laços de amizade.

Dos mercados nos quais eram negociados, os africanos partiam para onde os levassem seus senhores ou comerciantes, que os revendiam. Podiam ir para os engenhos, trabalhar nas plantações de cana-de-açúcar, casas-grandes ou em alguma atividade ligada ao processamento do açúcar. Trabalhar nas minas, batear o ouro nos rios ou procurar veios subterrâneos. Trabalhar nas cidades, servindo de carregadores, trabalhando nos serviços domésticos, aprendendo um ofício (Souza, 2008, p. 88).

Para Albuquerque e Filho (2006), após a longa travessia oceânica, os africanos desembarcavam nos portos do Brasil. Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém e São Luís eram os grandes portos importadores e distribuidores de escravizados para diversas regiões da colônia.

No século XVIII Salvador e Recife se firmaram como os grandes centros distribuidores dos africanos que desembarcavam na colônia, daqueles centros seguiam para o Norte, Maranhão, Pará, Rio Amazonas e Mato Grosso. No final do século XVII e começo do XVIII, com a descoberta de ouro e diamantes nas Minas Gerais, Rio de Janeiro passou a dominar a distribuição do grande volume de escravos destinados as minas. Mas também de Salvador muitos escravos seguiam a pé até a região mineira. No século XVIII, Belém e São Luís tornaram-se centros importantes de venda de africanos para toda região Amazônica. Muitos dos africanos desembarcados em Belém eram trazidos diretamente da África, mas, no início do século XIX, muitos outros vinham do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Ceará (Albuquerque; Filho, 2006, p. 53).

Nessa linha de argumentação, Moura (2020) afirma, sobre a distribuição dos escravos no Brasil, que todas as regiões geográficas tinham uma porcentagem significativa de escravizados entre a sua população total.

A população negra foi distribuída da seguinte maneira: Bahia com irradiação para Sergipe, de onde os negros escravos distribuídos para campos de plantações de cana-de-açúcar, fumo e cacau. Para serviços domésticos urbanos. Posteriormente, para os serviços de mineração na zona diamantina. São Paulo e Rio de Janeiro, onde os negros foram encaminhados para os trabalhos das fazendas açucareiras e cafeiras da Baixada Fluminense e para os serviços urbanos. Pernambuco, Alagoas e Paraíba, focos de onde irradiou uma enorme atividade nas plantações de cana-de-açúcar e de algodão do Nordeste. Maranhão com irradiação para o Pará, foco onde predominou a cultura do algodão. Minas Gerais com irradiação para Mato Grosso e Goiás, com o trabalho escravo voltado para a mineração, durante o século XVIII (Moura, 2020, p. 18).

Ainda de acordo com Moura (2020), o Brasil foi o país que teve a maior porcentagem de escravizados desembarcados. Segundo suas estimativas, foram importados aproximadamente 40% do total de 9,5 milhões, seis vezes mais do que os desembarcados nos Estados Unidos: 6%, e bem mais que o dobro dos que foram para a América espanhola: 18%, ou para o caribe inglês e para o francês: 17%.

Enfim, configura-se, de um lado, a relevância numérica de escravizados no Brasil e, de outro, sua distribuição abrangente, atingindo todo o território nacional. Determinando a especificidade do escravismo brasileiro em relação aos outros países.

### **1.3 O fim do tráfico transatlântico e a escravidão no Brasil**

Conforme Albuquerque e Filho (2006), desde o século XIX, o tráfico humano de pessoas vinha sofrendo forte pressão para ser abolido. Externamente, a Inglaterra era o país que tinha posição mais agressiva contra o sistema escravista, isto é, depois de ter se beneficiado enormemente dele. A Inglaterra foi, de fato, a segunda potência traficante do Atlântico, menor apenas que Portugal/Brasil em número de escravos transportados em seus navios.

O parlamento inglês decretou o fim do tráfico para suas colônias em 1807. No ano de 1833, aboliu também a escravidão. Uma potência poderosa da época pretendia impor a mesma decisão sobre os demais países, sendo o Brasil um dos seus grandes alvos.

De acordo com Costa (2010), possuir escravos era o ideal da grande maioria da população que, com raras exceções, não parecia ver outras alternativas para o problema da mão de obra. Não é, pois, de estranhar que, apesar das promessas de cessar o tráfico feito pelo governo brasileiro à Inglaterra, por ocasião da Independência, o tráfico continuasse ininterrupto.

Albuquerque e Filho (2006) salientam que, em 1817, D. João VI, príncipe regente português, concedeu à marinha britânica o direito de visita e de busca em navios suspeitos de comércio ilícito de escravizados. Em 7 de novembro de 1831, o parlamento brasileiro aprovou a lei que proibia a importação de africanos. Mas a pressão pela abolição não partiu apenas dos ingleses; diversos setores da sociedade brasileira se manifestaram contrários à continuação do comércio de gente.

Para Costa (2010), foram as pressões internacionais que levaram, finalmente, à aprovação da lei de 1831, que proibiu o tráfico de escravos. A pressão veio da Inglaterra depois que o Parlamento Inglês abolira o tráfico em suas colônias.

Desse modo, causaram-se irritações nos grandes beneficiários do sistema escravista, interessados principalmente na continuidade do tráfico, quando os navios negreiros com destino ao Brasil eram apreendidos por navios britânicos.

Costa (2010, p. 26) afirma que a lei de 1831 foi simplesmente ignorada. Mesmo sendo ilegal o tráfico, este continuava considerado legítimo, e fortunas continuavam sendo feitas

Para grande irritação dos representantes britânicos no Brasil, o número de escravos introduzidos no país anualmente aumentou ainda mais. Entre 1831 e 1850, quando a nova lei foi aprovada, mais de meio milhão de escravos foram introduzidos no país, em total desrespeito à lei de 1831.

Políticos brasileiros vinham manifestando publicamente sua posição favorável à abolição do tráfico, jornais dessa época traziam artigos condenando os horrores da escravidão. Fato importante é que a lei de 1831 não foi rigorosamente implementada pelas autoridades brasileiras. A entrada de africanos aumentou significativamente, estimulada pelo crescimento da cultura cafeeira no sudeste. Estima-se que, nos últimos 20 anos de tráfico ilegal, cerca de um milhão de escravos desembarcaram no Brasil (Albuquerque; Filho, 2006, p. 59).

Segundo Costa (2010), em setembro de 1850, os deputados brasileiros aprovaram a Lei Eusébio de Queirós, proibindo definitivamente o tráfico negreiro. Segundo a nova lei, a importação de escravos foi considerada ato de pirataria e, como tal, deveria ser punida.

No artigo *Nos achamos em campo a tratar da liberdade: a resistência escrava no Brasil oitocentista*, Reis (2000) destaca que, durante a maior parte do século XIX, a escravidão no Brasil experimentou uma vigorosa expansão, associada ao incremento da lavoura de exportação, o crescimento das cidades, a intensificação do tráfico de escravos. Durante o século XIX, período que o país mais recebeu povos africanos. Certamente, apesar da proibição desse comércio em 1831, ele prosseguiu até 1850. Na primeira metade do século, estima-se que entraram no país mais de um milhão e meio de africanos, principalmente através do porto do Rio de Janeiro, o maior porto escravista do Atlântico.

Apesar de todos os obstáculos para a execução da lei, o simples fato de ela existir criava uma situação nova. Por mais identificadas que as elites estivessem com o contrabando, e por mais unidas que estivessem na defesa da escravidão, elas estavam divididas por rivalidades políticas e pela luta incessante pelo poder (Costa, 2010, p. 27).

Para Albuquerque e Filho (2006), a abolição do tráfico teve algumas consequências. Desde então não havia como renovar a população escrava. Logicamente, o número de africanos tendeu a diminuir. O preço dos cativos aumentou rapidamente depois de 1850, com isso, a concentração de escravos ficou cada vez mais com os proprietários mais ricos.

Como afirmam Albuquerque e Filho (2006), a partir de 1850, o tráfico interno intensificou-se, em especial as transferências de escravos das regiões nordestinas para as plantações de café do sudeste brasileiro. Depois da proibição, calcula-se que mais de 200 mil

escravos foram deslocados para essa região. No auge do tráfico interprovincial, entre 1873 e 1881, estima-se que 90 mil negros entraram na região Sudeste. De Minas Gerais saíram, também, cerca de 10 mil cativos.

Importante assinalar, novamente, que homens e mulheres foram submetidos a uma outra forma de desenraizamento. A indisciplina dos escravos vindos das províncias do norte certamente aprofundou as tensões que, em breve tempo, poriam fim ao escravismo no Brasil.

Segundo Costa (2010), depois da longa travessia atlântica e do desembarque em algum porto das grandes cidades do Brasil, ou em alguma praia deserta após a proibição, onde não havia nenhuma fiscalização, os africanos logo compreenderam que sobreviver era o grande desafio.

Contudo, perceberam que viver sob a escravidão significaria se submeter à condição de servidão e estariam, portanto, passíveis de serem leiloados, vendidos, comprados, permutados por outras mercadorias e, até mesmo, doados.

Desse modo, sobretudo, significava ser submetido ao domínio de seus senhores e trabalhar de sol a sol nas mais diversas ocupações. Por muitos anos, a maior parte da riqueza produzida, consumida e exportada no Brasil foi fruto da exploração do trabalho de pessoas escravizadas.

As mãos escravas extraíram ouro e diamantes das minas, plantaram e colheram cana, café, cacau, algodão e outros produtos tropicais de exportação. Também trabalhavam na agricultura de subsistência, na criação de gado, na produção do charque, nos ofícios manuais e nos serviços domésticos. Nas cidades, encarregavam-se do transporte de objetos e pessoas, mão de obra empregada nas diversas construções, vendedores ambulantes e quitandeiras, que povoaram as ruas das grandes e pequenas cidades brasileiras (Albuquerque; Filho, 2006).

Os campos de algodão prosperaram em diversas regiões. Em Minas Gerais, a região tornou-se um fenômeno de utilização maciça e diversificada de mão de obra escrava. Não somente na nascente lavoura cafeeira, mas naquela dedicada ao abastecimento interno, às fazendas de gado, às pequenas fundições, à indústria têxtil. A escravidão também ganhou volume nas charqueadas e plantações de chá e cereais sulistas, no Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. Foi, entretanto, nas lavouras de café que o trabalho escravo mais foi usado no século XIX (Reis, 2000, p. 2).

Reis (2000) salienta, também, que a propriedade de escravos não se limitava a grandes senhores de engenho. Fazendeiros e mineradores, tanto no campo como na cidade, também eram pequenos escravistas. Trabalhadores das pequenas lavouras, no trabalho de rua ou no de

casa. Por todas essas características, os escravos marcaram em profundidade os costumes, o imaginário, a cultura e até mesmo o próprio perfil étnico-racial da população brasileira.

Como ressalta Souza (2008), fazia muita diferença ser escravizado ou livre, pois, à princípio, o escravo era destituído de qualquer direito. Todavia, a diferença maior era entre negros e brancos, uma vez que na sociedade escravista brasileira, a cor da pele era a marca mais evidente da posição considerada inferior da pessoa escravizada. Por mais uma das estruturas de controle social sobre a população escrava, mesmo quando esta circulava livremente pelas ruas e caminhos.

Pode-se caracterizar o Brasil colonial e imperial como uma sociedade escravista, e não apenas que possuía escravos. A escravidão fora montada para a exploração econômica, ou de classe, mas ao mesmo tempo ela criou a opressão racial.

Concomitantemente, Albuquerque e Filho (2006) enfatizam a escravidão como muito mais que um sistema econômico. Revelam que ela moldou condutas, definiu desigualdades sociais e raciais, forjou sentimentos, valores e etiquetas de mando e obediência. Devido a ela, instituíram-se os lugares que os indivíduos deveriam ocupar na sociedade.

Senhores severos, mas paternais, ao lado de escravos fiéis, pareciam simbolizar uma espécie de “boa escravidão”. O Brasil construiu sua própria imagem manipulando a nação de um mal necessário, a escravidão teria sido, por aqui, mais positiva do que negativa (Schwarz, 2012, p. 51).

Essas concepções estão presentes na análise de Souza,

O que era certo na relação entre escravos e senhores é que um obedecia e o outro mandava. Recorrendo a castigos físicos caso estivesse insatisfeito e usando esses castigos não somente para dobrar a vontade do escravo em particular, mas também para que seu caso servisse de exemplo a outros. Nesse sentido, o escravo aprendia como tornar sua vida menos difícil, buscando satisfazer o senhor e manter a maior autonomia possível. Aprendia assim, se movimentar dentro das estruturas de opressão e controle da sociedade escravista (Souza, 2008, p. 95).

Desse modo, Munanga e Gomes (2016) afirmam que, durante muitos anos, no Brasil, acreditou-se que o africano escravizado sofrera de maneira passiva todos os maus-tratos praticados pelos senhores. Essa crença interferiu e interfere, ainda hoje, no imaginário construído em nossa sociedade, à respeito dos nossos antepassados africanos e dos seus descendentes na atualidade, negros e negras.

Albuquerque e Filho (2006) mostram que o escravo não era um ser passivo cuja obediência podia ser mantida. Em suas lutas cotidianas impuseram limites à dominação escravista, jamais se acomodaram. Interferiram no seu próprio destino e modificaram o

mundo à sua volta. Recorrendo às lembranças do que haviam vivido na África e às experiências acumuladas ao longo da vida no cativeiro.

A sobrevivência significou abrir caminhos para tornar a vida mais suportável, e isso significava esforço cotidiano para modificar e mesmo subverter as condições de domínio escravista. Através de diversas e criativas maneiras os escravos buscaram tirar proveito da ideologia paternalista. Além das fugas e revoltas, os escravos desenvolveram formas sutis de resistência cotidiana. Era preciso criar espaços próprios para amar, constituir família, criar filhos, brincar, folgar, cultuar deuses africanos e os que passaram a venerar no Novo Mundo (Albuquerque; Filho, 2006, p. 69).

A esse respeito, entender as condições de vida dos homens e mulheres que viveram sob o cativeiro é fundamental para compreendermos as bases da sociedade escravista e como os escravos buscaram superar a dominação.

De acordo com Albuquerque e Filho (2006), no século XIX, a maioria dos engenhos baianos possuía entre 60 e 80 escravos. Contudo, havia propriedades operando com mais de 200 cativos. Nas fazendas de café do sudeste brasileiro, os escravos trabalhavam de 15 a 18 horas diárias, sob as vistas de um supervisor, chamado de feitor. Nas regiões de mineração, em meados do século XVIII, os escravos representavam cerca de 30% da população de Minas Gerais, tanto ali como nas áreas de mineração do Mato Grosso e de Goiás. Escravizados estavam ligados às tarefas contínuas de construção de açudes, tanques e represas de córregos para facilitar a exploração do ouro.

Entretanto, é certo que com condições de trabalho desgastantes, os escravizados dos garimpos ficavam muito tempo com parte do corpo mergulhada na água. Suspeita-se que viviam menos do que seus parceiros dos engenhos e fazendas de café.

Ao que tudo indica, nas cidades trabalhavam como carregadores, pedreiros, pintores, carpinteiros, marinheiros, canoeiros, cocheiros, carroceiros, sapateiros, barbeiros, alfaiates, ferreiros, costureiras, bordadeiras, parteiras, enfermeiras, e uma infinidade de outros profissionais especializados sem os quais as cidades não funcionariam. Nos sobrados urbanos encontravam-se domésticas, cozinheiras, amas de leite. As escravas eram utilizadas também na venda de doces, mingaus, bolos, caldo de cana e outras receitas africanas. Nas cidades portuárias poderiam, ainda, ser exploradas sexualmente.

Nas grandes plantações e nas roças, cidades e campos, os escravos constituíram uma importante força de trabalho. Vendedores ambulantes, artesãos, carregadores, empregados domésticos, carreiros, na sua maioria escravos, percorriam as ruas das cidades em uma incessante labuta (Costa, 2010, p. 23).

A pesquisadora Souza (2008) destaca que, entre os escravos, havia os mais diferentes grupos e as mais variadas personalidades. Emprestando uns aos outros crenças, ritos religiosos, lendas e conhecimentos práticos; formando uma cultura africana no Brasil diferente das que existiam em África, pois misturava elementos de várias delas.

Criações culturais, crenças misturadas, dialetos criados no Brasil, acompanhavam laços sociais que os africanos desenvolviam na situação de cativo. O mais comum era buscarem se aproximar dos que lhe eram mais familiar, vindos da mesma região. Eram tecidas relações entre africanos que chegavam ao Brasil, principalmente a partir dos seus locais de trabalho e moradia (Souza, 2008, p. 91).

Para Albuquerque e Filho (2006), as comunidades negras dividiam-se em diversos grupos. A administração pública muitas vezes acirrou rivalidades, tentando impedir a criação de uma frente comum contra a sociedade escravista. Entretanto, o mundo das ruas e do trabalho criavam possibilidades imensas de aliança entre escravos de origens e profissões diversas.

Como afirmam Albuquerque e Filho (2006), as comunidades negras no Brasil foram formadas em meio à desagregação familiar resultante do tráfico e às adversidades da vida escrava.

A condição escrava dificultou a formação e consolidação de famílias e comunidades, uma vez que amigos e parentes podiam ser separados pela venda para proprietários diferentes. Para sobreviver ao cativo, os escravos e escravas buscaram acionar relações aprendidas na África e as aqui inventadas. Os vínculos formados a partir do trabalho, família, grupos de convívio e religião foram fundamentais para a sobrevivência e para a recriação de valores e referências culturais (Albuquerque; Filho, 2006, p. 95).

Realmente, a comunidade foi fonte importante de recursos para enfrentar e transformar as condições da vida escrava. Terreiros e irmandades também tiveram sua importante contribuição (Albuquerque; Filho, 2006, p. 103).

Desse modo, na família, nas irmandades, nos terreiros e nos grupos islâmicos, os escravizados, africanos e seus descendentes estabeleceram vínculos que permitiram a recriação de valores e referências culturais de suas vivências na África. Podendo, com base nisso, inventar seus próprios meios de tornar-se livre.

Nesse sentido, Albuquerque e Filho (2006) informam que as irmandades, permitidas pelas autoridades eclesiásticas como meio de acomodação dos africanos, foram importantes meios de afirmação cultural e de solidariedade étnica. Muitos setores das elites toleravam os ritos religiosos, por conveniência política, acreditando que, assim fazendo, os negros não se rebelariam.

Africanos e afro-brasileiros não tinham liberdade para cultuar seus santos e deuses. Em algumas situações, de acordo com interesses, tinham permissão para o fazer. E permissão não significa liberdade.

A Constituição do país, promulgada em 1824, definiu o catolicismo como religião oficial do Império. Outras religiões eram permitidas desde que não ostentassem templos. Mas as religiões afro-brasileiras não estavam incluídas nessa tolerância legal, consideradas práticas ilegais e, muitas vezes, criminosas (Albuquerque; Filho, 2006, p. 111).

Através das informações expostas, percebe-se que a comunidade foi parte importante de recursos para enfrentar e transformar as condições da vida escrava. Nos seios destas, os escravos puderam preservar grande parte da cultura a africana e transmiti-la aos seus filhos e netos. Para entrar no mundo das senzalas é preciso estudar as famílias, grupos religiosos e a amizade.

#### **1.4 A resistência negra no regime escravista**

Como afirma Schwarcz (2012), no Brasil, a Abolição, quando alcançada, fora tida como uma dádiva, no sentido de que teria sido um presente da monarquia, e não uma conquista popular.

A mão de obra escrava e a presença africana no Brasil não podem ser entendidas apenas como respostas passivas diante de um ambiente adverso. Na verdade, eles inventaram suas condições de vida e de sobrevivência no regime escravista de duas maneiras principais pela negociação e pelo conflito. As formas de negociação incluíam tanto demandas por terras e melhores condições de trabalho, como o da defesa de uma vida espiritual autônoma. Mas, quando a negociação falhava, seja por intransigência do senhor ou impaciência do escravizado abria-se caminho para o conflito com fugas individuais e coletivas, formação de quilombos e revoltas escravas (Schwarcz, 2012, p. 40).

Para Albuquerque e Filho (2006), as sociedades escravistas na Américas foram marcadas pela rebeldia escrava. Onde quer que o trabalho escravo tenha existido, senhores e governantes foram regularmente surpreendidos com a resistência. Fugir sempre fazia parte dos planos dos escravizados.

Tal resistência assumiu diversas formas, desobediência sistemática, lentidão na execução das tarefas, sabotagem da produção e as fugas individuais e coletivas foram algumas delas. Havia fugas reivindicatórias, ausências temporárias do trabalho, das quais o fugitivo costumava retornar por conta própria depois de alguns dias, forma de pressionar o senhor a negociar melhores condições de trabalho, moradia, alimentação, trocar o feitor, cumprir acordos já firmados, ser vendido a outro senhor. Essas fugas não somente traziam prejuízos econômicos, como expunham os limites da dominação senhorial. Mas o escravo que fugia nem sempre voltava, estes dependiam da solidariedade de outros escravos, libertos e livres. Buscavam abrigos em fazendas, povoados e cidades, onde podiam misturar-se aos

negros livres e libertos, e também recorriam aos quilombos (Albuquerque; Filho, 2006, p. 117).

De acordo com Moura (2020), os escravizados negros, para resistirem à situação em que se encontravam, criaram várias formas de resistência, a fim de se salvaguardarem social e mesmo biologicamente do regime que os oprimia. Recorreram a diversas formas de resistência, como as guerrilhas, as insurreições urbanas e os quilombos. Essa última representa uma forma contínua de protestarem contra o escravismo.

Munanga e Gomes (2016) afirmam que o processo de luta e organização negra, existente desde a época da escravidão, pode ser caracterizado como resistência negra. Várias foram as formas de resistência durante o regime escravocrata, como a insubmissão às regras do trabalho nas roças ou plantações onde trabalhavam. Os movimentos espontâneos de ocupação das terras disponíveis, revoltas, fugas, abandono das fazendas pelos escravos, assassinatos de senhores e de suas famílias, quilombos, organizações religiosas, entre outras. Essas foram algumas das estratégias utilizadas pelos negros na sua luta contra o regime escravista.

Nessa linha de argumentação, Munanga e Gomes (2016) destacam que quilombo não significa refúgio de escravos. Trata-se de uma reunião fraterna e livre, com laços de solidariedade e convivência resultante do esforço dos escravizados de resgatar sua liberdade e dignidade por meio da fuga do cativeiro e organização de sociedade livre.

Para Albuquerque e Filho (2006), os quilombos são diferentes denominações para o mesmo fenômeno nas diversas sociedades escravistas nas Américas, os grupos organizados de negros fugidos. No Brasil, esses grupos também foram chamados de mocambos. Os quilombos podiam estar escondidos nas florestas, montanhas, longe das cidades. Todavia, no Brasil, muitos negros e rebeldes estavam reunidos em pequenos grupos nos arredores dos engenhos, fazendas, vilas e cidades, em lugares conhecidos por seus senhores e autoridades.

É necessário destacar que fugir e se juntar a outros rebeldes sempre foi uma estratégia de luta, desde que os escravizados chegaram aos territórios brasileiros até as vésperas da abolição.

De acordo com Moura (2020), os quilombos tinham várias formas de organização, algumas pequenas, outras maiores. Todos tinham o mesmo objetivo: fugir do sistema escravista. Não havia uniformidade naquilo que poderíamos denominar de modelos econômicos.

Há pelo menos sete tipos fundamentais: os agrícolas, que prevaleceram por toda parte do Brasil, os extrativistas, característicos do Amazonas, onde viviam de drogas

do sertão, os mercantis, também na Amazônia, que adquiriram, diretamente de tribos indígenas. Mineradores, em Minas Gerais, Bahia, Goiás e Mato Grosso. Pastoris, no Rio Grande do Sul, que criavam o gado nas campanhas ainda não apropriadas e ocupadas por estanceiros. Os de serviço, que saíam dos quilombos para trabalhar nos centros urbanos. Predatórios, que existiam um pouco por toda parte e viviam dos saques, nos últimos tipos, a agricultura não estava ausente, mas desempenhava um papel subsidiário (Moura, 2020, p. 51).

Na obra de Moura (2020), encontramos que a organização dos quilombos era muito variada, dependendo do espaço ocupado, de sua população inicial, da qualidade do terreno em que se instalavam e das possibilidades de defesa contra as agressões das forças escravistas. Em movimento contrário à monocultura, característica da agricultura escravista, as comunidades quilombolas praticavam a economia policultora. Ao mesmo tempo distributiva e comunitária, capaz de satisfazer as necessidades de todos os seus membros. Quando os quilombos se consideravam já estabilizados, organizavam tipos de governos que determinavam a harmonia da comunidade e eram responsáveis por ela. Como em Palmares, o quilombo mais famoso dentre eles, havia um governo altamente centralizado, com monarquia eletiva.

No quilombo em Minas Gerais, que chegou a reunir mais de dez mil aquilombados, localizado entre os municípios de São Geraldo e Ibiá, havia um modelo de organização e disciplina, de trabalho comunitário. Havia obediência incondicional àquele que era escolhido como chefe da comunidade, assim foi com Ganga-Zumba e Zumbi em Palmares (Moura, 2020, p. 56).

Como informa Silvério (2013), Palmares foi uma comunidade africana autônoma estimada em 20 mil membros, em sua maioria povos bantos oriundos de Angola e Congo. Tentaram organizar a comunidade segundo os padrões de sua sociedade de origem. Resistiram tanto aos holandeses, quanto aos portugueses, até serem finalmente derrotados em 1695.

Reportando-se a esses fatos, Albuquerque e Filho (2006) mostram que Palmares fora uma comunidade quilombola que, no século XVII, ocupava a Serra da Barriga. Essa região se estendia do rio São Francisco, em Alagoas, até as vizinhanças do cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco. Após mais de 65 anos de combates, o mais importante quilombo Brasileiro fora vencido. Zumbi, então líder, permaneceu escondido na mata que tão bem conhecia. Mas no dia 20 de novembro de 1695, foi capturado. Para o Rei Quilombola foi reservada a decapitação.

De acordo com Munanga e Gomes (2016), o português parece ter sido o idioma mais comum em Palmares, talvez pela necessidade de agregar negros de diversas culturas. No

início dos quilombos, as mulheres eram raras, o que motivou o sequestro de moças livres e escravas. Não se tem registro sobre trabalhos que as mulheres realizavam, provavelmente trabalhavam nas roças, na fabricação de potes e cestos. Nas atividades militares não existem muitos registros de mulheres envolvidas, mas algumas figuras femininas assumiram destaque político em Palmares, como a Acotirene, uma mulher negra que liderou um quilombo.

De acordo com Moura (2020), Palmares foi a maior manifestação de rebeldia contra o escravismo na América Latina, durou quase 100 anos. Durante esse período, desestabilizou regionalmente o sistema escravocrata. Não se tem nenhum documento escrito pelos palmarinos durante sua existência, de tudo isso surge uma dificuldade fundamental de se conseguir uma visão interna da república, certamente seguiam, como os outros quilombos, a tradição africana de comunicação oral.

Na África, a tradição oral é praticamente responsável pela transmissão da memória coletiva e da consciência social. Como coroamento dessa dificuldade, há todo um passado da historiografia tradicional conservadora, ideologicamente comprometidas com o valor do colonizador. Esse filão historiográfico procura esconder ou minimizar a importância sociológica, histórica, política e humana que foi Palmares, apresentando tão importante fato histórico como um simples valhacouto de bandidos marginais (Moura, 2020, p. 59).

Segundo Moura (2020), Palmares foi a negação, pelo exemplo de seu dinamismo econômico, político e social, da estrutura escravista colonialista. O seu exemplo era um desafio permanente e um incentivo às lutas contra o sistema colonial em seu conjunto. Sendo considerado um lugar de bandidos e não uma nação em formação. Quando houve a sua destruição, no massacre da Serra da Barriga, os mercenários de Domingos Jorge Velho não perdoaram nem idosos, tampouco crianças.

Nesse sentido, a eliminação de seus habitantes, a tentativa de apagar da consciência histórica do povo esse efeito, pode ter sido em decorrência de sua importância social, política e cultural.

Albuquerque e Filho (2006) mostram que Palmares mudou a forma como o combate à fuga era organizado. A repressão ficou mais refinada. Os episódios da Serra da Barriga tiveram como consequência a criação do cargo de capitão do mato. Este comandava os ataques aos quilombos e perseguia escravos fugidos, mas, nem por isso, outros quilombos deixaram de existir, onde quer que houvesse pessoas submetidas a escravidão.

Assim que foi descoberto o ouro em Minas Gerais, no final do século XVII, um grande número de escravos passou a compor a população local. A região montanhosa, de difícil acesso, o grande número de escravizados e a liberdade de movimento que a atividade

do garimpo proporcionava favoreceram o grande número de quilombos em toda área mineradora em Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás. Ao longo de todo século XVIII, os proprietários se queixavam de roubos, raptos e assassinatos promovidos por quilombolas em toda a região. Sabe-se que um quilombo em particular preocupava as autoridades coloniais: o quilombo do Ambrósio, onde viviam cativos que se diziam obedientes apenas a seus próprios reis e rainhas. Em 1759, o quilombo do Ambrósio foi destruído. O chefe Bartolomeu Bueno do Prado foi premiado com grande quantidade de terras, como recompensa pela destruição do quilombo (Albuquerque; Filho, 2006, p. 125).

Em consonância com Albuquerque e Filho (2006), durante a primeira metade do século XIX, os escravos da Bahia ficaram conhecidos em todo país pelas rebeliões que promoviam. Eles deixavam claro que não iriam se sujeitar sem luta. Naquele mesmo período, a vitória negra em São Domingos, atual Haiti, deixou os senhores em desassossego. Temia-se que o desfecho haitiano enchesse de ânimo os escravos do Brasil.

De fato, esse não era um medo infundado, pois encontramos na bibliografia consultada registros sobre escravizados e libertos que sabiam a respeito de rebeldes em São Domingos, e os tinham como exemplo. A grande concentração de escravos tornou o Recôncavo Baiano especialmente propenso a revoltas escravas.

Negros de diferentes lugares no mundo foram profundamente influenciados pelos acontecimentos da ilha de São Domingos, no Haiti. O líder da revolução ocorrida em 1791, chamado Toussaint – tendo, depois, adotado o nome de Louverture –, foi um escravo culto e cristão, nascido na diáspora de pai africano, exercendo a função de cocheiro. Foi aclamado no mundo inteiro por seu gênio militar, suas capacidades de administrador, sua humanidade e sua habilidade política (Silvério, 2013, p. 49).

Segundo Reis (2000), a Revolução Francesa também estimulou a rebeldia negra no continente americano, por vias indiretas. Naquele momento, em que a França se via, ela própria, dividida por uma revolução, em sua colônia antilhana, diferentes senhores entraram na luta pelo poder. Os escravos aproveitaram-se da situação e da retórica revolucionária para agir. A Revolução Haitiana destruiu uma das mais lucrativas colônias europeias e criou um Estado negro nas Américas. Transformado num símbolo de resistência escrava em todo hemisfério, um lembrete que era possível vencer a classe senhorial.

Ainda em Reis (2000),

O “haitianismo” se tornou a expressão que definiria a influência daquele movimento sobre a ação política de negros, escravos e livres, nos quatro cantos do continente americano. O Brasil não ficou de fora. Em 1805 apenas um ano após a proclamação

da independência haitiana por Jean Jacques Dessalines, seu retrato decorava medalhões pendurados nos pescoços de milicianos negros no Rio de Janeiro. Em 1814, na Bahia os escravos falavam abertamente nas ruas sobre os sucessos nas Antilhas francesas. Nas conjunturas revolucionárias de 1817 e 1824 no Nordeste, o Haiti esteve na ordem do dia. Na revolução pernambucana de 1817, ao lado da corrente anti colonialista liderada pelos proprietários rebeldes, insinuaram-se tendências mais radicais constituídas por pretos interessados numa revolução social inspirada na que ocorrera na colônia francesa (Reis, 2000, p. 5).

Entretanto, talvez mais do que fomentar o desejo de liberdade nas senzalas, o Haiti alimentou pesadelos em casas senhoriais, palácios governamentais e mesmo em clubes rebeldes.

Conforme Albuquerque e Filho (2006), a regularidade das revoltas parecia demonstrar que o Brasil podia mesmo vir a ser a próximo Haiti das Américas.

A ameaça rebelde na Bahia se repetiu por muitos anos, ocorrendo um grande número de revoltas. A mais séria delas aconteceu em 1835, em janeiro daquele ano a capital foi surpreendida pela denúncia de que os malês como eram conhecidos os nagôs muçulmanos tramavam um grande levante. Os muçulmanos eram muitos sabiam ler e escrever em árabe e sonhavam com uma Bahia governada por africanos. O plano era fazer uma revolta num domingo de festa religiosa, dia de grande número de escravos nas ruas, isentos do controle dos seus senhores. Os malês foram descobertos e derrotados. A revolução dos malês trouxe apreensão em todo o país, além do medo de que a revolução do Haiti se repetisse no Brasil, agora tinha um exemplo bem mais próximo. Não foi à toa que na maioria das províncias, principalmente nas de maior população cativa, a exemplo do Rio de Janeiro e Minas Gerais, foram adotadas medidas mais duras de controle da escravidão (Albuquerque; Filho, 2006, p. 136).

De acordo com Munanga e Gomes (2016), a revolta dos Malês teve resultados e repercussões importantes que serviram para questionar e abalar a estrutura do regime escravista, no plano nacional e internacional. Além de disseminar o pânico e provocar o aumento do controle escravo em todo o Brasil. Rebeldes conseguiram, também, reavivar os debates sobre a escravidão e o tráfico de escravos da África, de uma forma mais crítica.

A escravidão sempre foi acompanhada de um forte movimento de resistência, e várias revoltas tiveram a presença negra como personagem central na luta pelo fim desse regime desumano, conhecidas como revoltas urbanas. Como a revolta dos Alfaiates na Bahia, em 1798. Revolta Cabanagem no Pará, 1835-1840. Revolta Sabinada Bahia, 1837-1838. Revolta Balaiada, Maranhão, 1838-1841 (Munanga; Gomes, 2016).

De acordo com Albuquerque e Filho (2006), na vida cotidiana, os escravos estabeleceram maneiras miúdas de resistir, tecidas na rotina de trabalho. Um escravo descontente não apenas poderia formar quilombos e promover revoltas, mas também poderia sabotar a produção do senhor, fingir estar doente para diminuir sua jornada de trabalho,

envenenar as pessoas das casa grande, desobedecer sistematicamente e até negociar sua venda para um outro senhor que mais lhe agradasse.

De toda maneira, não somente de revoltas e quilombos foi feita a resistência escrava no Brasil, o que estava em jogo era continuar autor da sua própria história, apesar da escravidão.

Para Munanga e Gomes (2016), há de se tomar cuidado para não olharmos para os negros escravizados e suas formas de luta e de resistência durante o regime da escravidão com os olhos do século XXI, condenando a ação violenta que adotaram. A resposta dada por eles naquele momento estava diretamente relacionada ao regime que lhes era imposto e ao tratamento recebido no interior da sociedade escravista da época.

Reis (2000) salienta que é possível entender os escravos como sujeitos históricos ativos, políticos e, por isso, históricos. No sentido de que a história não passou por eles incólume. Foram capazes de desenvolver uma visão crítica da sociedade em que viviam e uma visão de futuro redimido.

Os escravos, obviamente, dispunham de poucos recursos políticos, mas não desconheciam o que se passava no mundo político dos homens livres. Aproveitaram-se das divisões entre eles, selecionaram temas que lhes interessavam do ideário liberal. Fizeram política sim, mas com linguagem própria filtrando seus interesses, ou ainda combinando elementos da cultura escrava com o discurso da elite liberal. Fizeram da religião africana ou do catolicismo popular instrumentos de interpretação transformação do mundo. Embora fossem derrotados na maioria das vezes, os escravos rebeldes marcariam limites além dos quais seus opressores não seriam obedecidos. Constituíram -se força decisiva para a derrocada do regime que os oprimia (Reis, 2000, p. 16).

Munanga e Gomes (2016) informam que essas formas de organização negra revelam que os africanos escravizados no Brasil e seus descendentes, integrantes de diferentes etnias, eram produtores de cultura. Por mais humilhante e opressor que tenha sido o regime de escravidão, ele não conseguiu roubar a humanidade dessas pessoas.

No contexto dessas considerações, é tempo oportuno para não olharmos o negro que viveu sob o regime de escravidão como alguém que nasceu para obedecer e servir. O que aconteceu, foi que a ele fora imposta essa condição. Pode-se dizer que, sem o trabalho escravo, certamente a história teria acontecido de uma maneira diferente.

Elegemos algumas iniciativas para mostrar quão rica e vasta é a história dos negros no Brasil. Trata-se de reconhecer a força e a importância do povo negro no país, conhecer a sua história e contá-la para as novas gerações.

## 1.5 O fim da escravidão e o Pós-abolição

Albuquerque e Filho (2006) mostram que a luta pela liberdade assumiu diversas formas, que incluíam fugas, quilombos e revoltas. No Brasil escravocrata havia também como conseguir a liberdade por vias legais, a forma mais comum era através de um documento chamado de Carta de Alforria, ou Carta de Liberdade, escrito pelo senhor ou algum representante seu, quando o indivíduo deixava de ser escravo passava a ser chamado de liberto ou forro, o que não significava estar inteiramente livre.

As alforrias podiam ser de dois tipos gratuitas, onerosas e pagas. As alforrias gratuitas eram concedidas geralmente em retribuição aos bons serviços prestados ao senhor. Concedidas para aqueles que tinham relações mais próximas com os seus senhores. Estima-se que 65 a 75% das alforrias eram feitas a título oneroso ou tinham cláusulas restritivas, elas exigiam que o escravo pagasse ao senhor por sua liberdade em forma de dinheiro, mercadoria ou alguma combinação dos dois. Entre os alforriados a mulher era quem mais recebia a Carta de Liberdade (Albuquerque; Filho, 2006, p. 146).

Após a independência, negros livres e libertos saíram às ruas para reivindicar maior participação política em várias províncias do novo país.

Durante o período regencial (1831-1840) no século XIX quando as elites regionais se dividiram, cada um defendendo projetos políticos próprios para governar o país após a abdicação de Pedro I em 1831, negros aproveitaram a ocasião para protestar contra a opressão e reivindicar direitos de cidadania. Por outro lado, abolir a escravidão não interessava as elites brasileiras, visto que ainda dependiam do investimento de escravos (Albuquerque; Filho, 2006, p. 163).

Ao longo do século XIX barreiras raciais definiram limites à ascensão social dos escravizados e seus descendentes. A cor da pele era um elemento poderoso de classificação social dos indivíduos. Apesar de não haver discriminação legal, como havia no Estados Unidos (Albuquerque; Filho, 2006).

Nesse sentido, muitos negros libertos e livres se envolveram nas causas sociais do seu povo. Estiveram à frente do movimento abolicionista em diversos lugares do país. Saíram às ruas para protestar, denunciaram senhores, deram coberturas para escravizados fugidos e escreveram em jornais, artigos sobre a escravidão. Além disso, participaram ativamente das reivindicações por melhores condições de vida.

Albuquerque e Filho (2006) afirmam que, na segunda metade do século XIX, especialmente depois da proibição do tráfico, em 1850, o debate sobre a abolição da escravidão se intensificou no Brasil. Para boa parte das elites brasileiras ficou evidente que o fim do tráfico teria como consequência lógica o fim do cativo. Desde então, possuir escravos passou, aos poucos, a ser privilégio de pessoas mais ricas.

O cenário de absoluta ausência do reconhecimento da dignidade da pessoa humana em relação aos negros escravizados é o nascedouro das leis abolicionistas, iniciadas do conjunto de manobras sociais empreendidas entre o período de 1870 a 1888, em prol da libertação dos escravos. Dentre elas, a Lei do Ventre Livre, n. 2.040, de 28 de novembro de 1871, libertou todas as crianças nascidas de pais escravos. Lei dos Sexagenários, n. 3.270, de 28 de setembro de 1885, previu a libertação dos escravos com mais de 60 anos. Embora os beneficiários devessem trabalhar mais cinco anos gratuitamente para o senhor, a título de indenização (Monteiro, 2012, p. 359).

Como afirma Costa (2010), os debates em torno da Lei do Ventre Livre tinham dado à questão da emancipação dos escravos nova dimensão. Ela foi amplamente debatida pela imprensa, e a opinião pública fora mobilizada. Por toda parte, grupos abolicionistas tinham se organizado. A Lei dos Sexagenários caracteriza-se como uma tentativa desesperada daqueles que se apegavam à escravidão.

Importante salientar que a abolição foi se tornando uma causa que contava não somente com o apoio das camadas populares, como também das classes médias e de alguns representantes das elites.

Ademais, Albuquerque e Filho (2006) enfatizam que os escravizados não estavam sós na sua luta contra a escravidão, contaram com o apoio de abolicionistas para batalhar por sua liberdade. Nas últimas décadas da escravidão, as fugas em direção às cidades se intensificaram. Além do apoio das entidades abolicionistas, era possível contar com a ajuda de outros escravos e libertos. Nas cidades, era possível ocultar-se em meio à população negra que se aglomerava nos grandes centros urbanos, grande parte dela livre e liberta. Muitas associações foram criadas por mulheres. Evidenciando a marcante participação feminina no movimento.

Escravizados que, auxiliados pelos abolicionistas e contando com o apoio e a simpatia de uma parte da população, começaram a abandonar as fazendas, desorganizando o trabalho e tornando a situação insustentável. A rebelião nas senzalas foi um ponto culminante do movimento abolicionista (Costa, 2010, p. 91).

Para Monteiro (2012), as legislações de caráter abolicionista culminaram na Lei Áurea, Lei Imperial n. 3.353, de 13 de maio de 1888, sancionada pela Princesa Isabel durante sua terceira e última regência, aproveitando-se da ausência do Imperador D. Pedro II, que se encontrava em viagem ao exterior. Em um único artigo, declarou extinta a escravidão no Brasil: “Art. 1º É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil”.

Procedendo-se à interpretação literal e teológica da norma, extrai-se que a finalidade da Lei Áurea foi a imediata extinção da escravidão no Brasil.

A lei colocava fim em uma instituição de mais de três séculos, por ela senhores não seriam indenizados, nem se cogitara qualquer forma de reparação aos ex-escravos. Entretanto, a escravidão foi extinta no auge de um movimento popular de grandes proporções (Albuquerque; Filho, 2006, p. 194).

De acordo com Albuquerque e Filho (2006), na ausência de qualquer iniciativa séria por parte do governo para garantir um futuro digno aos brasileiros, após o dia 13 de maio, um grupo de libertos da região de Vassouras, no Rio de Janeiro, endereçou uma carta à Rui Barbosa, então figura importante da política nacional. Na carta, reivindicavam que os filhos dos libertos tivessem acesso à educação.

No entanto, não encontramos na bibliografia consultada se a carta teve resposta. Verificamos, no período, que nenhum plano educacional foi elaborado tendo em vista a inclusão social dos filhos de ex-escravos.

Schwarcz (2012) salienta que, por um lado, a lei tinha garantido a liberdade, por outro lado, a igualdade jurídica não passava de uma mentira. Como se a lei decretasse que, ainda que a liberdade conseguida pela Lei Áurea fosse negra, a igualdade não os pertencia.

A questão é que não queriam pensar em uma sociedade de oportunidades iguais, muito pelo contrário, a preocupação estava em garantir que as desigualdades se mantivessem.

De acordo com Monteiro (2012), se no primeiro momento a Lei Áurea significou a libertação dos escravos, no momento seguinte, condenou-os a viver como vítimas do sistema. Uma vez que se encontraram livres, contudo, sem possuírem estudo, documentos, dinheiro, moradia, emprego, escola, bem como outras espécies de assistência social proporcionadas pelo Estado.

Desse modo, a referida lei chegou de forma inadequada, haja vista que a abolição não foi acompanhada por medidas de inserção na sociedade, não oferecendo melhores condições de vida e cidadania para a população negra.

Monteiro (2012) informa que alguns escravos plantaram pequenas roças de subsistência. Os que não quiseram permanecer na atividade agrícola migraram dos campos para os grandes centros à procura de emprego, precários em sua grande maioria, inaugurando, dessa forma, a mão de obra marginalizada. O mercado de trabalho não conseguiu absorver todo o contingente, o que os levou, naturalmente, a constituir um grande número de desempregados.

Passada a euforia dos momentos da Lei Áurea, de 1888, foram ficando claras as falácias e incompletudes da medida,

Se a lei significou um ponto final no sistema escravocrata, não priorizou uma política social de inclusão desse grupo. A imprensa era a de que seria preciso apagar o “passado negro” (Schwarcz; Starling, 2018).

A literatura sobre as relações raciais sustenta que a especificidade do racismo no Brasil é a ausência de discriminação legal. As barreiras raciais não são de ordem institucional. Trata-se de um racismo oculto e implícito (Domingues, 2004, p. 133).

De acordo com Schwarcz e Starling (2018), após a abolição, as populações de origem africana foram marcadas por um racismo silencioso, expresso por uma leitura hierarquizada e criteriosa. Imagens como a de preguiça se associaram rapidamente aos negros e mestiços, definidos como desorganizados social e moralmente.

Nessa mesma linha, negros foram considerados preguiçosos, malandros e vadios. Juízos de valor que, em certa medida, persistem, numa evidência de que o preconceito é continuamente alimentado por uma situação de inferioridade. Por todas essas razões, a Lei Áurea decretou a liberdade de direito, porém sem a concretizar de fato. Certamente, uma falsa promessa de liberdade.

Como se observa, nos anos que se seguiam à abolição, os sonhos de liberdade, muitas vezes, parecem ter sido transformados em pesadelos, em função das condições que tiveram que passar. Tão logo perceberam que a sua luta não havia terminado. A emancipação fora apenas um passo dado rumo à liberdade. Caberia a eles próprios se organizarem para alcançar seus objetivos.

## **1.6 A resistência negra: das revoltas ao Movimento Negro**

De acordo com Munanga e Gomes (2016), após a abolição, o processo de luta e resistência negra ganhou outros contornos. A nova situação dos negros, de escravizados para libertos, não foi aceita imediatamente pela sociedade brasileira. Por isso, além da libertação oficial instituída na lei, os negros brasileiros, após a abolição, tiveram que implementar um longo e árduo processo de construção de igualdade e de acesso aos diversos setores sociais.

Necessário destacar que, durante esse período, quanto mais retinta a cor da pele, maiores poderiam ser as barreiras raciais. Impedidos de frequentar diversos locais, dificuldade para assumir cargos políticos ou vagas conquistadas em concursos públicos. Além disso, a

violência policial e os tratamentos racialmente desiguais, como se a escravidão ainda existisse, eram práticas discriminatórias recorrentes no período que sucedeu o fim da escravidão.

Ao longo do século XIX, a discriminação fundamentada na religião e na descendência foi perdendo terreno. Critérios de diferenciação racial ganharam o sentido moderno, científico, que o termo raça passou a incorporar.

As teorias raciais tinham por base argumentos biológicos, convincentes, e tiveram grande aceitação no Brasil entre 1870 e 1930, relacionavam as características físicas dos indivíduos à capacidade intelectual. De modo, a humanidade passou a ser classificada a partir de estágios civilizatórios as nações europeias eram o modelo de sociedade mais adiantadas, e os povos africanos e indígenas eram tidos como mais atrasados e bárbaros (Albuquerque; Filho, 2006, p. 204).

Albuquerque e Filho (2006) salientam que, não por acaso, a ideia de raça teve grande repercussão no Brasil justamente nos últimos anos da escravidão e na Primeira República (1889-1930). A consequência da miscigenação era um dos mais polêmicos temas das teorias raciais.

O processo de abolição brasileiro carregava consigo uma singularidade: uma crença enraizada de que o futuro levaria a uma nação branca. Tingidos pela entrada maciça de imigrantes vindos de países como Itália e Alemanha, introduziu-se no Brasil um modelo original que, em vez de apostar que o cruzamento iria gerar a falência do país, descobriu nele as possibilidades do branqueamento. Dessa forma, paralelamente ao processo que culminaria a libertação dos escravos, iniciou-se uma política agressiva de incentivo à imigração (Schwarcz, 2012, p. 39).

Daí os investimentos na imigração de trabalhadores europeus e as barreiras para a vinda de negros e asiáticos. Aos imigrantes caberia o papel de civilizar costumes e embranquecer as peles, remediando, na lógica da época, os danos de séculos de escravidão de africanos.

Albuquerque e Filho (2006) enfatizam que, em 1890, para estimular a imigração europeia, o recém-instaurado Governo Republicano mandou divulgar no exterior que os estrangeiros dispostos a trabalhar no Brasil eram bem-vindos, exceto africanos e asiáticos. Para fazer cumprir essa determinação, a polícia estava autorizada a impedir o desembarque de negros e asiáticos nos portos do país.

O ideal de embranquecimento continuou a fazer parte explícita dos projetos do governo brasileiro até a década de 1930. Com isso, foi se estabelecendo no Brasil a ideia de

raça como critério fundamental e perverso de classificação social, fazendo das características físicas e culturais das pessoas justificativa para a desigualdade (Albuquerque; Filho, 2006).

Sem dúvida, as revoltas desse período evidenciavam que os negros estavam cientes das mudanças políticas e sociais que a Abolição e a República deviam representar. Estando dispostos a ir adiante na luta contra a discriminação racial e pela efetivação de seus direitos.

De acordo com Costa (1999), a Abolição não é propriamente uma causa da República, melhor seria dizer que ambas, Abolição e República, são sintomas de uma mesma realidade, ambas são repercussões, no nível institucional, de mudanças ocorridas na estrutura econômica do país, que provocaram a destruição de esquemas tradicionais.

Conforme Schwarcz (2012), é preciso destacar que a Primeira República foi marcada por movimentos de contestação e de reivindicações de todo tipo. A exemplo, a Revolta da Vacina e a Revolta Armada da Marinha. Além do mais, não se conhecem os ganhos institucionais do período, sendo muitas as manifestações negras expressas em jornais de classe ou em demandas políticas. O que não se verificaram foram as formas de discriminação pautadas na lei.

O mito da democracia racial constitui uma ideologia cuja premissa básica é sustentar a ausência tanto da discriminação legal quanto de qualquer barreira para o livre progresso do negro da sociedade brasileira. Tal ideologia foi, paradoxalmente, endossada em alguns aspectos pela Imprensa Negra, embora a denúncia de caos cotidiano de discriminação racial fosse constante (Domingues, 2008, p. 50).

Para Schwarcz (2012), o branqueamento como modelo foi uma espécie de descoberta local, ao menos como teoria oficial, amparada pelo Estado, no início do século XX. Da mesma forma que, no Brasil, a raça se apresenta como uma situação passageira e volúvel.

A oportunidade do mito se mantém para além de sua desconstrução racional. Isso faz com que, no Brasil, mesmo se aceitando o preconceito, a ideia de harmonia racial se imponha aos dados e à própria consciência da discriminação. Difícil de flagrar, a discriminação no Brasil combina inclusão com exclusão social (Schwarcz, 2012, p. 111).

Segundo Domingues (2004), o racismo nesse período foi perverso pois, primeiro, privou o negro de direitos fundamentais no exercício da cidadania, no campo da educação, saúde, política e lazer. Segundo, eliminou as chances de o trabalhador negro concorrer em condições de igualdade, nas velhas e novas oportunidades de emprego.

Segue-se que na música, nos esportes e no corpo da lei somos um país que, sem dúvida, inclui, e não divide, por meio de critérios raciais. Por outro lado, se nos atermos aos dados do lazer, trabalho, dentre outros, a realidade é bastante complexa.

Os grupos empobrecidos e descendentes de escravizados, apesar da abolição da escravidão e da Proclamação da República, continuaram a viver em completa desigualdade. Contudo, não somente de opressão viviam eles.

De acordo com Munanga e Gomes (2016, p. 107), é importante lembrar que a movimentação, a reação e a resistência que fazem parte da história do negro brasileiro constituem momentos importantes da história do Brasil.

Além disso, a população negra nunca aceitou passivamente essa situação, e lutou pela construção de sua cidadania através da organização do movimento negro.

Na Revolta da Chibata, movimento liderado por um negro, que se opôs ao modo como eram tratados os marujos da marinha brasileira, no início do século XX. A Frente Negra Brasileira, uma forma de organização política que surge a partir da ação de militares negros paulistas pós-abolição, com intenções de se tornar uma articulação nacional. Teatro experimental do Negro-TEN, cujo projeto político pedagógico destacava a educação como forma de garantir a cidadania para o povo negro e que tinha a arte e o teatro como instrumentos de expressão cultural e política. Movimento das mulheres negras que destaca a articulação entre raça e gênero dentro das relações étnicas/raciais na sociedade brasileira de um modo geral e dentro dos movimentos sociais específicos (Munanga; Gomes, 2016, p. 108).

Viver em comunidade, na cidade de São Paulo, foi a solução encontrada pela população negra. Essa solução foi pensada para resistir contra o preconceito e a discriminação racial, segundo os desajustes de ordem social, política, cultural e existencial, decorrentes de sua exclusão do mercado de trabalho e da vida pública institucional (Domingues, 2004, p. 379).

Nesse sentido, as associações negras funcionaram como uma forma de organização das manifestações políticas e ideológicas da comunidade negra. Desenvolveram, em certa medida, laços de identidade e orgulho racial.

## **1.7 A produção cultural e artística dos negros no Brasil**

No decorrer do processo histórico brasileiro, homens e mulheres negras sempre lutaram e resistiram bravamente a toda forma de opressão e discriminação. Forjaram formas elaboradas de lidar com a vida, com o corpo, além de expressões musicais múltiplas.

Construíram uma estética corporal que está impregnada na cultura do povo brasileiro. Por meio de resistência política, religiosa, artística, musical e da sensibilidade para com a ecologia, o negro produz, participa e vivencia a cultura brasileira (Munanga; Gomes, 2016).

Para Munanga e Gomes (2016), no Brasil, algumas tradições de matriz africana tornaram-se mais destacadas que outras, como o candomblé, a umbanda e o congado. Esse passado e o modo como foi construído interfere e interferirá em nossas crenças e nas formas de inserção e de vivência do mundo atual, independentemente da etnia.

O candomblé e demais religiões afro-brasileiras tradicionais formam-se em diferentes áreas do Brasil, com vários ritos e com nomes locais derivados de tradições africanas diversas: candomblé na Bahia, xangô em Pernambuco e Alagoas, tambor de mina no Maranhão e Pará, batuque no Rio Grande do Sul e macumba no Rio de Janeiro (Munanga; Gomes, 2016).

De acordo com Albuquerque e Filho (2006), quando se inaugurou o século XX, as religiões afro-brasileiras já estavam solidamente assentadas na sociedade brasileira, cultuavam-se os voduns, deuses da nação Jeje. As orações e a maioria dos cultos secretos e interditados aos não iniciados. Da mesma forma que os candomblés baianos e a umbanda carioca cresceram logo depois da abolição e nas primeiras décadas do século XX. Apesar da forte repressão policial, a partir de 1930, a umbanda espalhou-se por todas as regiões do país, de modo que o Brasil passou a conhecer, pelo menos de nome, divindades como Iemanjá, Ogum, Oxalá.

Munanga e Gomes (2016) informam que as religiões afro-brasileiras formaram-se em sincretismo. Resultado da fusão de diferentes elementos culturais com o catolicismo, e, em grau menor, com as religiões indígenas.

A característica do culto católico de adorar mais de um santo, possibilitou a construção de relações entre os santos e os deuses cultuados pelos africanos. Com a umbanda, acrescentaram-se à vertente africana as contribuições do espiritismo Kardecista francês, especialmente a ideia de comunicação com os espíritos dos mortos através de transe, com a finalidade de praticar a caridade entre os dois mundos, na construção de uma paz eterna (Munanga; Gomes, 2016, p. 142).

O Segundo Congresso Afro-brasileiro teve como consequência a criação da União das Seitas Afro-Brasileiras da Bahia, a entidade foi um marco na luta pelo respeito às religiões afro-brasileiras. Um dos seus atos foi encaminhar uma carta ao governador Juracy Magalhães, solicitando que prevalecesse o princípio da liberdade religiosa e que a polícia fosse desautorizada a perseguir os candomblés. Apesar dessa investida e da repercussão do Congresso, só em janeiro de 1976, o então governador Roberto Santos assinou o ato

administrativo que garantiu a liberdade de culto para as religiões afro-brasileiras (Albuquerque; Filho, 2006).

Nesse sentido, independentemente da crença religiosa, é importante que tenhamos mais informações sobre as práticas religiosas não cristãs e que as possamos compreender, não simplesmente as julgar com base no que considerarmos como verdade. Tais julgamentos podem facilmente deslizar para o campo do preconceito, da discriminação racial e do racismo.

De acordo com Munanga e Gomes (2016), através do som do berimbau, atabaque, pandeiro e agogô, cadência, ginga do corpo, da simulação de um combate e da improvisação das cantigas e ladainhas, era expressada uma maneira de ser e existir. A capoeira, como manifestação cultural, é um tema muito debatido e recebe abordagens diferentes. Segundo esses autores, a história da capoeira passou por quatro fases importantes.

A do início da escravidão, quando escravizado, usava apenas o instinto de sobrevivência, tentava usar o seu corpo para livrar-se do sofrimento e fugir. A da área dos quilombos, na qual a capoeira já era uma das armas necessárias aos quilombolas para a defesa. A da proibição oficial da capoeira após a abolição, e por fim, a sua liberação, no ano de 1932 (Munanga; Gomes, 2016, p. 154).

Na primeira metade do século XIX, a capoeira era praticada pelos escravos e libertos. Jogar capoeira consistia no uso da agilidade corporal e no manejo da navalha para golpear os adversários. Para a polícia, tratavam-se de vadios e desordeiros, sempre dispostos a afrontá-la com violência (Albuquerque; Filho, 2006).

Albuquerque e Filho (2006) destacam que, na década de 1880, quando a campanha republicana foi intensificada, o envolvimento de capoeiras em disputas partidárias agitou a vida política nacional. Ao contrário do que muitos pensam, ser abolicionista não significava ser republicano no Brasil do final do século XIX.

Entre 1888 e 1889 foi formada uma organização chamada Guarda Negra. Dela faziam parte negros alguns deles capoeiras que defendiam a monarquia e a família real. Eles se organizaram no Rio de Janeiro e na Bahia em nome do Terceiro Reinado no Brasil, sob o governo da princesa Isabel, a quem deviam gratidão pelo ato que aboliu a escravidão no Brasil. Com o apoio inicial do abolicionista negro José do Patrocínio e de outros políticos importantes, o grupo usava dos golpes de capoeira para dispersar as reuniões dos republicanos (Albuquerque; Filho, 2006, p. 247).

Além disso, quando a República foi proclamada veio a revanche, a capoeira passou a ser contravenção prevista no Código Penal de 1890, com pena de dois a seis meses de prisão (Albuquerque; Filho, 2006)

Segundo Munanga e Gomes (2016), embora reprimida e perseguida, a capoeira continuou seu percurso. Às escondidas, nos quintais, nas praias, nos terreiros, após a abolição

da escravidão e com o advento da República, exercitavam e aperfeiçoavam a sua prática e a transmitiam para as futuras gerações.

Segundo Albuquerque e Filho (2006), o reconhecimento social e a descriminalização da capoeira e do candomblé não significaram o fim dos preconceitos e, nem mesmo, da perseguição policial. O preconceito continuou presente nas páginas dos jornais, nas políticas governamentais e nas ações da polícia. Entretanto, representou uma conquista importante na história das lutas dos negros e revelou as dinâmicas políticas e culturais próprias às relações raciais no Brasil.

Além disso, as comunidades negras pobres de várias cidades do país vinham experimentando transformações importantes. A juventude periférica dos grandes centros passou a exibir novas formas de comportamento, de falar, de vestir e de protestar.

Acerca das relações entre música, juventude e resistência negra, pode-se tomar como exemplo dois estilos musicais: o *funk* e o *rap*. Ambos possuem a mesma origem. A música negra americana, que incorporou a sonoridade africana, baseada no ritmo e na tradição oral.

Jovens da periferia que geralmente não tem acesso a uma formação musical, o *rap* e o *funk* são dos poucos estilos que lhes permitem realizar-se como produtores musicais e artistas. As letras tematizam as relações afetivas entre jovens, esses temas são coerentes com o sentido que atribuem a si mesmos. Nem sempre esses jovens percebem que, ao se inserirem no jogo do mercado de consumo, eles acabam reproduzindo, nos seus gestos e nas letras de suas músicas uma série de desigualdades sociais, as quais as juventudes negra e da periferia nos seus diversos movimentos culturais tenta superar. Sobretudo, em relação às letras de algumas músicas com uma leitura preconceituosa sobre as mulheres (Munanga; Gomes, 2016, p. 163).

Baseando-se nas reflexões propostas neste capítulo, percebe-se que o comércio de africanos e africanizados foi uma tragédia, um crime contra a humanidade, que provocou muito sofrimento e que está vivo até hoje na memória, na história e nos lugares de memória.

No entanto, ofertou cenário para a afirmação da cultura que nos une e que compartilhamos. Assim, faz-se necessário que a população brasileira tenha acesso à história e à cultura africana e afro-brasileira, que por muito tempo foi omitida, distorcida e cheia de visões estereotipadas.

Trata-se de reconhecer que existe uma produção cultural que é realizada pelos negros, a qual possui uma história ancestral que remete à origem africana. Assim, dança, música, religião, ritos, tradições possuem algo peculiar que é próprio da ancestralidade africana (Gomes, 2017, p. 21).

Ao que tudo indica, conhecer a história e historiografia de nosso país é, justamente, conhecer um pouco desses segmentos populacionais que o constituíram, que trouxeram

bagagens culturais ricas e variadas, que merecem, em outro momento, uma maior descrição e aprofundamento, devido a sua riqueza e, ao mesmo tempo, sua complexidade. Ser negro no Brasil, atualmente, tem um sentido muito forte de reencontro com essas origens, tradições e com essa autoafirmação.

## CAPÍTULO 2: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO NEGRO NO BRASIL E OUTRAS HISTÓRIAS

O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecidos durante os quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio [...] No limite, não existe um documento verdade. Todo documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo (Le Goff, 2003).

### 2.1 Educação e escravidão no Brasil

O que significa ser cidadão? Ser integrado ou transformar-se em brasileiro? Ex-escravos e seus filhos não precisaram ser alertados para reconhecer que, entre a herança e o legado do cativo, estavam suas identidades reinventadas em parentescos, visões de mundo, lembranças e recordações, tudo permanentemente modificado e reconstruído (Gomes, 2005, p. 12).

Além disso, havia muito em disputa. Para a população negra, não era apenas uma aposta num futuro melhor, mas o desejo de bancar o próprio jogo.

A educação brasileira teve seu início, propriamente dito, com o fim do regime de capitanias. O Brasil ficou sob o regime de capitanias hereditárias entre 1532 e 1549. Tal regime terminou quando D. João III criou o Governo Geral, na primeira administração deste, com Tomé de Souza, aportaram aqui o Padre Manoel de Nóbrega e dois outros jesuítas. Eles foram os primeiros professores (Ghiraldelli, 2005, p. 28).

No entender de Paiva (2007), desde que chegaram no Brasil, os jesuítas estabeleceram escolas e começaram a ensinar a ler, escrever e contar. As letras deviam significar adesão plena à cultura portuguesa. No contexto brasileiro havia negros e indígenas.

Nesse período, evidencia-se a exclusão dos negros do processo de escolarização. A educação escolar se mostrava como difusora da crença cristã e do preparo de negros e indígenas para servir aos interesses políticos, econômicos, religiosos e culturais dos europeus.

Nessa linha de argumentação, Gonçalves e Silva (2000) complementam que alguns casos de escolarização de escravos em mãos de jesuítas se devem muito mais à necessidade de os submeter a um rígido controle de seus senhores do que a um projeto com vistas a mudar o destino dos cativos

Se proibia o alfabeto na “casa grande”, inclusive a descendentes dos fidalgos e dos afortunados portugueses, sobretudo os africanos escravizados estavam impedidos de

aprender ler e escrever, de cursar escolas quando estas existiam. Embora, a alguns fosse concedido, a alto preço, o privilégio se fossem escravos em fazendas de padres jesuítas. Estes visando a elevação moral de seus escravos providenciavam escolas, para que os filhos dos escravizados recebessem lições de catecismo e aprendessem as primeiras letras, sendo-lhes impendidos entretanto, almejar estudos de instrução média e superior. Nessas escolas dos jesuítas, as crianças negras eram submetidas a um processo de aculturação, gerada pela visão cristã de mundo, organizada por um método pedagógico de caráter repressivo (Gonçalves; Silva, 2000, p. 135).

Basicamente, nas discussões propostas por Ghiraldelli (2005), aos jesuítas coube, praticamente, o monopólio do ensino escolar no Brasil durante um tempo razoável, em torno de 200 anos. Durante esse tempo, eles fundaram vários colégios com vistas à formação de religiosos. Ainda que os filhos da elite da colônia não quisessem, todos eles, tornarem-se padres, tinham de se submeter a tal ensino, eram os únicos colégios existentes. Os colégios jesuítas tiveram grande influência sobre a sociedade e a elite brasileira.

Como já foi dito no capítulo anterior, acerca da educação dos africanos trazidos ao Brasil, podemos destacar que alguns sabiam ler e escrever. Em uma rebelião de escravos ocorrida em Salvador, no ano de 1835, foram encontrados amuletos nos corpos dos revoltosos mortos. Esses amuletos continham papéis escritos em árabe, produzidos por escravos mulçumanos e utilizados com a finalidade de proteger quem os portava. O levante em questão, conhecido como revolta dos Malês, revelou que africanos que foram trazidos para o Brasil não pertenciam a sociedades desorganizadas, iletradas, mas eram capazes, do ponto de vista intelectual.

Por outro lado, Albuquerque e Filho (2006) mostram que houve o letramento de alguns escravos. Afirmam, ainda, que a aprendizagem realizada de maneira informal aconteceu por meio da observação das aulas recebidas pelas sinhás-moças nas fazendas. Os escravos domésticos, que estavam mais próximos das famílias dos senhores, poderiam ter mais chances de aprender a ler e a escrever.

A Companhia de Jesus foi expulsa de Portugal e do Brasil quando o Marquês de Pombal, então ministro de Estado em Portugal, empreendeu uma série de reformas no sentido de adaptar aquele país e suas colônias às transformações econômicas, políticas e culturais que ocorriam na Europa. Com a expulsão dos jesuítas, a mão de obra para o ensino começou a ser alterada. Ainda que os professores continuassem, por um bom tempo, a ser os que haviam sido formados pelos padres da Companhia de Jesus (Ghiraldelli, 2005, p. 31).

No artigo intitulado *Estudos Menores e Reformas Pombalinas*, Gomes e Rosa (2014) enfatizam que longo foi o período em que a Igreja dispôs do ensino, segundo os seus princípios. Contudo, à medida que foi divulgada a influência do Iluminismo, a preponderância

da Igreja sobre o ensino foi enfraquecendo. O Iluminismo se caracterizou, essencialmente, pela preocupação de limitar os poderes da Igreja em áreas de interesse social, como as do ensino, da assistência e da justiça. Essa movimentação fez com que surgisse uma nova mentalidade acerca da educação.

Ainda em Gomes e Rosa (2014), em 28 de junho de 1759, foi publicada uma “Geral Reforma”, esse alvará extinguiu em definitivo todas as escolas jesuítas, ficando proibidas, em absoluto, de todos os estudos. A partir de então, foram criadas aulas régias gratuitas de gramática latina, de grego e de retórica. Essa mesma lei impôs, pela primeira vez, uma centralização régia, esse tipo de ensino com a criação do cargo de diretor-geral dos estudos. Este tinha como funções fazer cumprir as disposições do diploma, ficando a ele subordinados todos os professores dessas mesmas disciplinas.

Com a expulsão dos jesuítas, nasceu o que, de certo modo, pode-se chamar de ensino público, um ensino mantido pelo Estado e voltado para a cidadania, uma noção que, forjada segundo o Iluminismo, requisitava do indivíduo a compreensão de seus direitos e deveres em uma sociedade que passava a exigir das pessoas uma gradual independência de pensamentos e discurso. Desapareceu o curso de humanidades, ficando em seu lugar as aulas régias. Os professores, por eles mesmos, organizavam os locais de trabalho e, uma vez tendo colocado a “escola” para funcionar, requisitavam do governo o pagamento pelo trabalho do ensino (Ghiraldelli, 2005, p. 31).

Após a Lei do Ventre Livre, exigia-se que os senhores de escravos tomassem a seu encargo as crianças livres até a idade de oito anos. No caso de abandono, previa-se que essas crianças fossem encaminhadas a instituições estatais criadas para esse fim.

Gonçalves e Silva (2000) fazem uma análise sobre o descontentamento dos senhores de escravos, o que levou a um complexo processo de negociação entre parlamentares e proprietários, desembocando, em setembro de 1871, a lei nº 2.040. Essa lei isentava os senhores de qualquer responsabilidade quanto à instrução das crianças nascidas livres de mulheres escravas

Educadas seriam apenas aquelas que fossem entregues pelos proprietários ao governo, mediante indenização em dinheiro. Diz o texto da Lei que “o governo poderá entregar a associações por eles autorizadas os filhos das escravas, nascidos desde a data desta lei, que sejam cedidos ou abandonados pelos senhores delas, ou tirados de poder destes em virtudes de maus tratos”. Na falta dessas associações ou estabelecimentos criados para tal fim, essas crianças seriam enviadas a pessoas designadas pelos juizes de Órfãos, que se encarregariam de sua educação. Foi no calor deste embate que o governo, através do Ministério da Agricultura, passou a destinar recursos a estabelecimentos públicos com o intuito de atender a educação dos ingênuos e libertos. Tal iniciativa começa a vigorar em 1872 uma ano após a

promulgação da Lei do Ventre Livre. Além da capital, seis províncias acolheram os estabelecimentos supracitados: Piauí, Pernambuco, Goiás, Minas Gerais, Ceará e Pará. Documentos e estudos mostram que os proprietários de escravos não entregaram a crianças ao Estado, tampouco as educaram (Gonçalves; Silva, 2000, p. 137).

Outra reforma importante foi a Reforma do Ensino Primário e Secundário, proposta por Leôncio de Carvalho em 1879, que instituiu a obrigatoriedade do ensino dos 7 aos 14 anos e eliminava a proibição de os escravizados frequentarem as escolas públicas.

Segundo Gonçalves e Silva (2000), o decreto de Leôncio de Carvalho visava tornar livre o ensino primário, secundário na Corte e o superior em todo Império, tendo como público-alvo os livres e libertos, desde sua origem. As escolas noturnas eram vetadas aos escravos, tal veto caiu em abril de 1879, um ano após a criação dos cursos de jovens e adultos, com a reforma do ensino primário e secundário apresentada pelo próprio Leôncio de Carvalho.

Como se observa, alguns estudos registram que, em algumas províncias, escravizados frequentavam escolas. Já em outras, vetava-se completamente sua presença e também a de negros libertos e livres.

Em *Os negros na legislação educacional e educação formal no Brasil*, Almeida e Sanchez (2016) destacam que a escola imperial, voltada ao ensino de comportamentos adequados, combativa às culturas populares, sob um modelo eurocêntrico de ensino de sociedade desejada, visava principalmente à homogeneização cultural e à invenção de uma cidadania nacional, e era vista como uma condição de progresso do Brasil.

Escolas imperiais garantiam o acesso de muitos negros e libertos à escola, sem promover todavia, ações visando à criação de condições materiais objetivas de permanência dessa população na instituição. As dificuldades para a frequência e sucesso das crianças negras na instituição escolar eram de dois tipos, a pobreza e a discriminação social e racial (Almeida; Sanchez, 2016, p. 237).

Com a Reforma do Ensino Primário e Secundário de Leôncio de Carvalho, nome em referência ao ministro que defendia a adoção da educação de adultos, dos cursos noturnos e da autorização de frequência dos escravos à escola, instituiu-se a obrigatoriedade do ensino dos 7 aos 14 anos. Ademais, caiu veto que proibia a frequência de escravizados nas escolas públicas. Alguns passaram a frequentar escolas profissionais, a partir daí, tornaram-se aptos para promover o letramento de outros negros em espaços informais (Almeida; Sanchez, 2016).

Certamente, o letramento em espaços informais fora mais uma forma de acesso ao conhecimento escolar primário, que se configurava antes mesmo que a escravidão fosse legalmente extinta.

Para Dantas (2012), a Lei Áurea não estabeleceu nenhum tipo de política pública visando à inclusão social dos egressos do cativeiro e de seus descendentes. Após as comemorações do dia 13 de maio de 1888 e da Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, seguiu-se um período de tensão, no qual ex-escravos e seus descendentes procuraram se distanciar do passado da escravidão. Nas primeiras décadas republicanas estavam em jogo as possibilidades e os limites de sua liberdade e cidadania.

Carvalho (2007) afirma que a República resultou da aliança de três forças bem distintas entre si: uma facção do Exército, fazendeiros do café ligados ao capital internacional e setores da camada média. Sua proclamação foi indiretamente facilitada por três fatores: o desprestígio do regime imperial, o processo da abolição dos escravos e o enfraquecimento momentâneo das oligarquias ditas tradicionais.

Ghiraldelli (2005) enfatiza também que o surgimento da República Brasileira ocorreu por obra de um movimento militar com apoio variado de setores sociais que lidavam com a economia cafeeira e que estavam, então, descontentes com a política econômica do Imperador. O Império não conseguiu sobreviver às modernizações que ocorreram no final do século XIX no Brasil.

Ao que tudo indica, nessa época o país passou por uma expansão da lavoura cafeeira, em conjunto com o fim do regime escravocrata e a consequente adoção do trabalho assalariado. Com a República, desapareceu o poder moderador do Imperador. A partir disso, há uma certa descentralização do poder.

No início da República, houve um privilégio do “entusiasmo pela educação”, que não durou muito. Segundo Ghiraldelli (2005, p. 39),

Em 1920, surgiu entre alguns grupos de intelectuais a ideia de republicanização da República. Era como se, depois de duas décadas, as promessas governamentais de criar um Brasil diferente daquele que existiu sob o Império não tivessem sido realizadas. No campo da educação havia um dado em favor dessa reclamação, em 1920, 75% da população em idade escolar ou mais era analfabeta. Para os olhos de alguns, era como se a República não tivesse de fato tornado algo realmente público, o ensino não aparecia como prioridade.

Para Carvalho (2007), desse processo a educação surge como uma das vias de civilização, de formar o cidadão para a República que se anuncia, de se ascender o país ao estágio das nações desenvolvidas. Esse intenso debate fez-se acompanhar, em vários estados,

da realização de inúmeras reformas educacionais, visando a uma organização e estruturação do seu sistema de ensino. Para tanto, os republicanos estabeleceram, na Consituição republicana de 1891, declarações de estímulo ao ensino primário, secundário e superior, bem como a laicização do ensino, numa tentativa de alterar a direção e o desenvolvimento da educação no país.

De acordo com Barros (2005), no período em que a lei da abolição constrói uma suposta igualdade entre todos os brasileiros, o acesso à educação pode ser entendido como uma das fontes de poder. Se durante a vigência do regime escravista a diferenciação se dava pela posição de livre em oposição a escravo ou ex-escravo, no período em que se debate a abolição, e, portanto, a igualdade, novos mecanismos tiveram de ser acionados para manter a desigualdade.

Segundo Schwarcz e Starling (2018), sobretudo nas áreas rurais, os libertos se misturaram à população camponesa, aderiram ao modo de vida caipira e caboclo de São Paulo, tomaram parte na produção agrícola das fazendas em Minas Gerais, assim como atuaram na economia açucareira e na cultura do algodão do Nordeste. O que se sabe é que esse vasto segmento se habituara a desenvolver roças volantes e a se deslocar sazonalmente.

O acesso à escola era o elemento de manutenção do poder. A escola não era legalmente proibida aos negros, entretanto, sua presença era vetada através de mecanismos sutis de discriminação. Acredita-se que dificuldades criadas, e não superadas, no acesso à escolarização da população negra resultaram na manutenção da desigualdade de acesso e de permanência na escola (Barros, 2005, p. 91).

Não se pode deixar de considerar que esse período é um dos mais importantes para a história da educação no Brasil. Foi então que se delinearam e se firmaram ideias pedagógicas que orientaram a evolução educacional e as buscas por soluções para os problemas da educação, como o movimento contra o analfabetismo, a busca da extensão quantitativa e a melhoria qualitativa da escolaridade, o movimento pela profissionalização dos educadores e a mobilização da sociedade pelo ensino elementar (Carvalho, 2007, p. 57).

Entretanto, apesar de todo um período fértil, o país apresentava uma situação de escolarização bastante deficitária, com relação à população letrada e ao grande número de analfabetos.

Nas últimas décadas do século XIX, o cenário da educação voltada para a população negra era apresentado nos debates e discussões acerca da abolição da escravidão. Barros (2005) destaca que, dentro do contexto de entusiasmo pela educação, no período era desejável

uma educação para o trabalho, liberdade para a construção da nação. O acesso à escola por essa camada pode ser visto como emblemático das mudanças que os discursos apresentavam como necessárias.

Uma das maiores preocupações do período era de que maneira manter os trabalhadores escravos em seus postos de trabalho após a libertação. Um dos meios aventados para a inclusão no mundo do trabalho livre seria a escolarização dos futuros ex-escravos, já que a escola era vista então como local de disciplinarização de corpos e mentes. A exigência de organizar o trabalho livre trouxe simultaneamente, a necessidade de educar o homem para o trabalho. Lendo mais profundamente o debate, pode-se perceber que a preocupação do período seria como manter o controle sobre a massa (Barros, 2005, p. 80).

Segundo Dantas (2012), os movimentos de mobilização evidenciam o quanto a população negra estava atenta aos projetos políticos em vigor, que insistiam em lhes negar os direitos que a Abolição e a República deveriam concretizar.

As organizações negras tiveram importante papel na ampliação do debate sobre a situação do negro e na luta contra as desigualdades raciais. Instituições fundadas por homens e mulheres negros, decididos a ocupar seu espaço na sociedade. Os negros estiveram presentes em revoltas urbanas e rurais, em mobilizações por melhores condições de vida, autonomia e igualdade de tratamento, no movimento operário, imprensa, organização de espaços próprios, como associações dançantes, clubes recreativos, centros cívicos, grupos carnavalescos e times de futebol (Dantas, 2012).

## 2.2 História da Frente Negra Brasileira

As organizações negras são fundamentais na luta contra as desigualdades raciais no Brasil. Algumas delas têm história no século XIX, outras foram criadas em resposta à discriminação e às condições de vida do negro no século XX. Neste tópico, trataremos dessas organizações, suas estratégias de luta, formulações políticas, ideológicas, denúncias específicas. Todas essas estratégias estavam veiculadas por uma imprensa militante.

Logo depois da abolição, já circulavam jornais voltados para as populações negras. Pereira (2012, p. 100) informa que

O Treze de Maio, do Rio de Janeiro (1888), o Exemplo, de Porto Alegre (1892). Um conjunto de jornais publicados na cidade de São Paulo a partir da década de 1910, que nos anos de 1920 passaram ter um caráter de denúncia da discriminação racial. De onde surgiram alguns dos fundadores da Frente Negra Brasileira em 1931.

Albuquerque e Filho (2006) afirmam que as ações paulistanas contribuíram decisivamente para o surgimento de uma imprensa negra e para a criação da Frente Negra Brasileira.

A mobilização promovida por jornais e associações criaram um ambiente favorável à criação de uma entidade negra nacional nos moldes dos partidos políticos e com pretensões eleitorais. Seus fundadores julgavam que a organização de uma grande associação era a mais eficaz forma de lutar contra o preconceito de cor que barrava a ascensão social e econômica dos negros. Apesar de inicialmente a FNB se dedicar,

sobretudo, às mesmas atividades educacionais, esportivas e sociais de outras associações negras, logo ela evoluiu para a luta política (Albuquerque; Filho, 2006, p. 26)

**Quadro 1** - Cronologia da Frente Negra Brasileira.

Cronologia	
1931	16 de setembro de 1931 - criação da Frente Negra Brasileira. As primeiras reuniões foram realizadas no salão das Classes Laboriosas, próximo à praça da Sé, em São Paulo. Primeiro presidente: Arlindo Veiga dos Santos.
1932	Revolução Constitucionalista. Criação da Legião Negra para lutar a favor dos paulistas. Entrada, na guarda civil, de 200 homens indicados pela Frente Negra Brasileira. Transferência da sede fretenegrina para a rua da Liberdade, 196.
1933	Criação do jornal <i>A Voz da Raça</i> , órgão oficial da Frente Negra. Candidatura do presidente da entidade, Arlindo Veiga dos Santos, à Constituinte.
1934	Posse da segunda diretoria. Presidente: Justiniano Costa.
1936	A Frente Negra é registrada como um partido político.
1937	Extinção da Frente Negra Brasileira, por meio de decreto do presidente Getúlio Vargas, que colocava na ilegalidade todos os partidos políticos. Implantada a ditadura do Estado Novo em 1937, a Frente Negra Brasileira foi enfraquecida e extinta.

**Fonte:** BARBOSA, Márcio. **Frente Negra Brasileira-depoimentos**. São Paulo: Quilombhoje, 1998, p.13.

Pereira (2012) afirma que a criação da Frente Negra Brasileira somente foi possível pois, antes mesmo do final do século XIX, dois tipos de organizações foram criadas por negros: a imprensa negra e os grêmios, clubes ou associações de negros, o Club 13 de Maio dos Homens Pretos, inaugurado no Rio de Janeiro em 1902, e o Centro Cívico de Palmares, criado em São Paulo em 1926.

No contexto de mudanças sociais, favorecedor de estratégias de mobilidade social que emergiram os primeiros movimentos de protestos dos negros com o formato de um ator coletivo moderno, que se constrói na cena política, lutando contra as formas de dominação social. Essa tendência foi mantida praticamente ao longo de todo o século XX. Em momentos cruciais da história republicana encontramos registros dos movimentos negros, o mais emblemático foi o promovido pela Frente Negra Brasileira, em 1931, na cidade de São Paulo, mobilizando em torno de 100 mil militantes (Gonçalves; Silva, 2000, p. 139).

De acordo com Gonçalves e Silva (2000), na cidade do Rio de Janeiro, o protesto racial se organizou em torno do Teatro Experimental do Negro, liderado por Abdias

Nascimento e Guerreiro Ramos, mas isso já no final de 1940. Desempenhando um papel significativo na discussão referente à Carta Constitucional, em 1946, com a derrocada da Ditadura do Governo Vargas.

Como afirma Pinto (2013), a ideia da formação da entidade começou a ser articulada por um grupo de jovens negros, homens e mulheres, que tiveram sua entrada barrada na casa de boliche Luiz Gama, situada no largo do Arouche. O momento político também era propício ao surgimento de instituições desse tipo.

Munanga e Gomes (2016), ao analisarem a Frente Negra Brasileira, destacam que

A Frente Negra Brasileira foi fundada em 16 de setembro de 1931. Sua sede central situava-se na rua da liberdade, 196, na cidade de São Paulo. Sua estrutura organizacional era bem complexa muito mais do que a quase inexistente dos jornais negros que a precederam e possibilitaram o seu aparecimento. Era dirigida por um grande conselho, constituído de vinte membros, selecionando-se, dentre eles, o chefe e o secretário. Havia, ainda um Conselho Auxiliar, formado pelos Cabos Distritais da Capital. Dentre os seus fundadores encontra-se o militante negro, dramaturgo, ator e ex-senador da república Abdias Nascimento. Criou-se, ainda, uma milícia fretenegrina, organização paramilitar. Os seus componentes usavam roupas brancas e recebiam rígido treinamento militar. Inicialmente houve muita incompreensão por parte da sociedade da época em relação aos objetivos dessa organização. Diziam que seus integrantes estavam fazendo uma discriminação ao contrário. No entanto a Frente Negra foi conseguindo a confiança não somente da população mas, também, das autoridades (Munanga; Gomes, 2016, p. 116).

Diante desse panorama, Kaçula (2023) afirma que a FNB, criada em 16 de setembro de 1931 por um grupo de lideranças negras no estado de São Paulo, expadiu-se como grupos homônimos em vários estados, à exemplo do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Bahia. Proporcionando à população negra excluída e marginalizada não apenas assistência social, mas meios para enfrentar e combater o preconceito.

De acordo com Pinto (2013), o número de associados da entidade aumentou rapidamente. Depoimentos a esse respeito são contraditórios. Alguns falam em 6 mil associados em São Paulo e 2 mil em Santos. Existem indicações de números bem maiores, mas sem especificar se esses números se referem apenas à São Paulo, ou se incluem também os sócios das delegações de outros estados.

Nessa mesma linha de argumentação, Gomes (2005) afirma que com a adesão e força política inicial, a FNB transformou-se quase numa febre. Surgiu em um momento de crise econômica e de transformações políticas, atraindo milhares de pessoas. No debate sobre a inclusão de vários setores sociais, a população negra e suas lideranças perceberam o momento

para politizar a questão racial. Com grande adesão, surgiram filiais da FNB em várias cidades paulistas e também nos estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia e Rio Grande do Sul.

Contudo, importa destacar a década de 1930 como um momento particularmente importante na vida política brasileira. No entanto, não se pode afirmar que antes não existiam organizações e lutas ideológicas. O que se pode dizer é que, a partir dessa época, o negro começou a se posicionar mais enfaticamente sob o ponto de vista político e ideológico. Na década de 30, as rivalidades foram muito intensas no meio negro e, logo após a criação da Frente Negra, houve uma grande cisão do movimento, justamente por motivos ideológicos.

Kaçula (2023) mostra que, ao passo que a Frente Negra Brasileira se organizava como núcleo político-social com abrangência nacional, a situação política do país estava passando por mudanças e algumas tensões nas disputas de poder, com ações repressivas por parte do Estado brasileiro.

Como afirma Gomes (2005), os estatutos da FNB, publicados no Diário Oficial e registrados em novembro de 1931, muito revelam sobre suas perspectivas de atuação política. Fundada na cidade de São Paulo, tinha o objetivo de se tornar uma referência e conseguir abrangência nacional. Não era apenas uma associação, e sim uma frente que deveria alcançar várias regiões e reunir lideranças e iniciativas.

Kaçula (2023), ao analisar tal acontecimento, destaca que

Os anos de 1930, período em que a intelectualidade negra paulistana cria a Frente Negra Brasileira. Getúlio Vargas assume o Governo Provisório do país. Politicamente falando uma das características desse governo era o autoritarismo sob o qual o Brasil foi governado. Vargas alcançou o poder por meio da Revolução de 1930, foi eleito presidente de maneira indireta a partir de 1934, e, em 1937, implantou uma Ditadura com censura e perseguição de opositores (Kaçula, 2023, p. 62).

Quando, em novembro de 1930, logo após o triunfo revolucionário, instituiu-se o Governo Provisório sob a chefia de Getúlio Vargas, poucos poderiam imaginar que Vargas permaneceria no poder por quase 15 anos (Fausto, 2013, p. 91).

Para Kaçula (2023), no final da década de 1920, existia uma forte insatisfação com o sistema oligárquico que controlava a política brasileira. Essa insatisfação seria levada a um novo patamar por conta da eleição presidencial de 1930. Durante essa disputa, o presidente Washington Luís deveria ter apoiado um candidato mineiro como parte do acordo existente entre as oligarquias de São Paulo e Minas Gerais. O presidente, no entanto, decidiu apoiar um candidato paulista, Júlio Prestes. Então a oligarquia mineira rompeu com São Paulo, aliou-se à oligarquia gaúcha e lançou Getúlio Vargas como candidato.

A eleição aconteceu em clima de rivalidade. O vencedor foi Júlio Prestes. Uma parte da chapa de Vargas não aceitou a derrota. Quando o vice-presidente da chapa de Vargas, João Pessoa, foi assassinado em Recife, os membros da aliança liberal deflagraram um movimento armado contra o presidente. Esse movimento armado, conhecido como Revolução de 1930, foi iniciado em 3 de outubro de 1930 e estendeu-se até o dia 24 de outubro do mesmo ano, resultando na deposição do então presidente Washington Luís. Uma junta militar assumiu o comando do Brasil, barrou Júlio Prestes à presidência e, em 3 de novembro de 1930, anunciou que Getúlio Vargas assumiria provisoriamente a presidência do Brasil (Kaçula, 2023, p. 63).

O Governo Vargas durou 15 anos, iniciando-se em 1930 e encerrando-se em 1945, seus anos foram divididos em três fases: Governo Provisório (1930-1934), Governo Constitucional (1934-1937) e Estado Novo (1937-1945).

Diante disso, Kaçula (2023) afirma que:

O Estado Novo foi um regime ditatorial arregimentado por Getúlio Vargas, instituído em 10 de novembro de 1937. Desde 3 de novembro de 1930, Vargas governava o país. O primeiro foi o Governo Provisório (1930-1934) que perdurou até a reconstitucionalização do país. Com a decretação da Constituição de 1934 iniciou-se o Governo Constitucional. A previsão das eleições presidenciais era para o ano de 1938, e em 1937 iniciaram as campanhas dos candidatos ao cargo. Candidataram-se às eleições o integralista Plínio Salgado, o governador de São Paulo Armando Vieira Sales, e o candidato José Americo Almeida. Getúlio Vargas não havia se candidatado, pois pretendia dar continuidade ao governo por meio de um golpe de Estado (Kaçula, 2023, p. 63).

Domingues (2016) destaca que, com o golpe de Estado de 3 de outubro de 1930, Getúlio Vargas alcançou o poder no Brasil. Abriu-se uma conjuntura de polarização política, as forças mobilizaram-se em duas frentes, a da esquerda e da direita. Contudo, tanto as organizações políticas de base popular, quanto os partidos das elites não incluíam em suas propostas a luta a favor da população negra. Abandonados pelo sistema político tradicional, o grupo Homens de Cor fundou a Frente Negra Brasileira.

No início, a FNB foi instalada num modesto “escritório” no Palacete Santa Helena, mas com o número de adesões crescia rapidamente, a sede social foi transferida para um casarão da Rua Liberdade, 196, na região central de São Paulo. A sede era imensa. No seu interior havia salas da presidência, secretaria, tesouraria, reuniões e dos diversos departamentos. Mantinha-se um salão de beleza, barbeiro, bar, local para jogos, gabinete dentário, posto de alistamento eleitoral. Contava-se também com um espaço para funcionamento de uma escola, de cursos profissionalizantes, de grupo teatral e de um grupo musical, além de um salão para a realização das festas e cerimônias oficiais (Domingues, 2016, p. 337).

Dialogando com o texto de Kaçula (2023), verificamos os aspectos mobilizadores de sociabilidade e resistência político-social aos quais as lideranças intelectuais da FNB estavam ligadas na década de 1930. Sendo importante, pois por meio dessas relações que se

compreende o contexto histórico da formação e amadurecimento das relações étnico-sociais no Brasil. Relações carregadas de complexidade nas lutas de classes e disputas por espaços de poder.

Em que pese todo esse momento da história política da história do Brasil, há de se considerar o fato de que o movimento modernista estava em pleno processo de desenvolvimento no país e influenciou aquela geração de intelectuais que procuravam compreender a dinâmica sociocultural desse fenômeno e sua relação com as demais iniciativas socioculturais da época. No caso da FNB, o período que se estendeu ao longo da década de 30 foi marcado com inúmeras discussões acerca das correntes ideológicas que estruturavam a entidade (Kaçula, 2023, p. 64).

Segundo Albuquerque e Filho (2006), a FNB muitas vezes atuou como uma espécie de central sindical de trabalhadores negros. Assegurar o lugar destes no mercado de trabalho com garantias legais era uma de suas metas. Uma das reivindicações ao governo de Getúlio Vargas era o fim da imigração europeia, para que os trabalhadores nacionais tivessem mais oportunidades de emprego. A FNB também se ocupava da mediação entre empregadores e trabalhadores domésticos e operários. Além disso, pregava a admissão de negros aos quadros do funcionalismo público.

Para Kaçula (2023), um dos principais líderes da FNB, Arlindo Veiga dos Santos, defendia ideologias integralistas que estavam se instalando na estrutura política brasileira no início da década de 1930:

O então fundador e presidente da Frente Negra Brasileira, Arlindo Veiga dos Santos era um entusiasta e ideólogo do Patrimonismo, movimento monarquista, nacionalista, antissemita e eletista. O pensamento político e as disputa de poderes, narrativas e ideologias que se formavam naquele período foram preponderantes para que houvesse o surgimento de uma formulação de ideias conservadoras mesmo nos nichos de sociabilidades cujo os indivíduos eram parte excluída da estrutura social brasileira. Arlindo Veiga foi um dos importantes articuladores e defensores de uma postura independente do negro, defendia um projeto negro onde essa população pudesse se inserir nos espaços de poder (Kaçula, 2023, p. 64).

De acordo com Kaçula (2023), essa postura patrimonista estabelecida nas ideias de Arlindo Veiga dos Santos surge, sobretudo, devido ao contato com as ações políticas da Ação Integralista Brasileira-AIB, criada na primeira parte do governo de Getúlio Vargas, quando houve um intenso movimento contra a política centralista getulista, que tinha no centralismo a forma de manter em seu poder todas as forças políticas que lideravam os principais estados que movimentavam política e economicamente o Estado Brasileiro.

No Brasil, após a formação de pequenos grupos de direita na década de 1920, surgiu a Ação Integralista Brasileira, em outubro de 1932, sob o comando de Plínio Salgado, jornalista e escritor nascido no interior de São Paulo,

Segundo cálculos aproximados a AIB chegou a abranger em torno de 150 mil pessoas no auge de seu prestígio em 1937. Seus membros incluíam sobre tudo pessoas de classe média e das Forças Armadas, mas também muitos trabalhadores. Próxima ao facismo, a organização se definia como nacionalista, com um conteúdo mais cultural do que econômico. Seu lema se concentrou em 3 palavras: Deus, Pátria e Família. Em 1937 quando implantado o Estado Novo a AIB também foi fechada como todos os partidos políticos (Fausto, 2013, p. 98).

Importante salientar que existe uma certa ambiguidade na posição política da FNB nesse período, representada por Arlindo Veiga, pois a mesma entidade que defendia a inclusão do negro nas estruturas sociais de poder econômico, político e educacional, era a que, segundo Kaçula (2023), apresentava uma proposta ancorada com o pensamento político integralista. Muito dessa visão devia-se ao fato de Arlindo Veiga dos Santos ser um dedicado militante monarquista que nutria simpatia pelo fascismo. Prezava com muita determinação regras de disciplina e autoridade.

Diante disso, Munanga e Gomes (2016) destacam que existe uma visão de que a Frente Negra teria sido uma organização conservadora de direita. Critica-se o fato de que a Frente não se interessava por uma transformação mais profunda na ordem social e nas relações e comportamentos, limitando-se a afirmar a existência do preconceito de cor. Outra crítica refere-se ao fato de que a Frente desprezava a democracia liberal, mantendo a admiração pelo fascismo europeu, com alguns líderes monarquistas.

De acordo com Pinto (2013), embora, por mais de uma vez, Arlindo Veiga dos Santos tivesse negado a influência das suas posições políticas na fundação do Patrianovismo e em sua atuação como presidente da Frente Negra Brasileira, percebia-se nitidamente sua influência na filosofia de organização que ele procurava imprimir nessa entidade. Pautava-se por uma disciplina rigorosa, uma hierarquia rígida.

A posição nacionalista e anticomunista de Arlindo Veiga dos Santos certamente influenciou as suas atitudes e, conseqüentemente, as da Frente Negra perante o cenário político brasileiro. O negro, ao ser libertado, ficou abandonado, indisciplinado, sem saber qual caminho tomar. Essa situação levou a Frente Negra a adotar aquela linha de conduta para fazer valer a sua autoridade diante da população negra. Por isso, muitos dizem que ele era facista (Pinto, 2013, p. 135).

A questão deve ser refletida de outra perspectiva. As condições de vida eram incertas. Não existiram políticas públicas no país que visassem a proporcionar à população negra chances de conseguir uma boa qualidade de vida. A Frente Negra ofereceu a essa população possibilidades de organização, educação e ajuda no combate de discriminação racial. Incentivou a conquista de posições dentro da sociedade e a aquisição de bens.

Sem dúvida, a Frente Negra Brasileira foi conservadora, expressava aspirações dos negros de classe média e teve concepções políticas limitadas. No entanto, tentou oferecer aos afro-brasileiros condições de se integrarem à sociedade capitalista e conseguiu resposta popular, como prova o grande número de associados que conquistou (Munanga; Gomes, 2016).

Nessa linha de argumentação, configura-se como uma das grandes mobilizações negras no contexto urbano, e sua trajetória é um capítulo importante da história do povo afro-brasileiro.

### **2.3 Envolvimento político**

A luta do negro não se resumiu apenas em reivindicar um lugar no cenário socioeconômico. Se essa reivindicação, por si só, já tinha uma conotação política, esta passa a se expressar mais especificamente à medida que o negro começa a cogitar ocupar, de fato, um espaço político dentro da sociedade, a se organizar politicamente (Pinto, 2013, p. 156).

Como afirma Pinto (2013), é incontestável o apoio da Frente Negra Brasileira ao regime que se instalou com a Revolução de 1930 e ao chefe do Governo Provisório. Embora as lideranças negras chegassem a reconhecer que o governo de Getúlio Vargas era uma ditadura.

Um grupo de fretenegrinos sob liderança de Guaraná Santana, fundaram a Legião Negra, que lutaram ao lado dos paulistas na Revolução. No entender de alguns líderes, a situação criada pela Revolução de 30 havia sido propícia para a organização do negro, para a defesa dos seus interesses morais e materiais (Pinto, 2013, p. 137).

Importante salientar que, em 1932, eclodiu em São Paulo a Revolução Constitucionalista, clamando pelo cumprimento da Constituição e se insurgindo contra os novos arranjos das elites oposicionistas no Pós-revolução de 30. Em meio à mobilização dos mais variados setores da sociedade paulistana, surgiu a Legião Negra

Consta que o principal idealizador da Legião Negra era Joaquim Guaraná de Santana, um integrante da Frente Negra Brasileira. Seu efetivo chegou a ter 1.600 soldados, entre homens e mulheres (Gomes, 2005, p. 70).

Em 9 de julho de 1932, foi deflagrada a Revolução Constitucionalista, um conflito armado que envolveu São Paulo e o Governo Central. A FNB manteve sua posição de neutralidade no conflito. No entanto, um grupo de fretenegrinos decidiu romper com a entidade e, sob a liderança de Guaraná Santana, fundou a “Legião Negra”, um batalhão que cerrou fileiras para defender São Paulo (Domingues, 2008, p. 170).

De acordo com Barbosa (1998), com a atuação da Legião Negra os negros ficaram importantes, participaram ativamente da Revolução de 1932, desfilavam de caminhão pela cidade e recebiam flores. Uma das grandes conquistas da Frente Negra Brasileira foi ter conseguido essa inclusão do negro na Guarda Civil. Além de receber um bom salário para a época, tiveram a oportunidade de colocar seus filhos para estudar em escolas, colégios e construir suas casas próprias, ou adquirir suas propriedades.

Para Pinto (2013), Getúlio Vargas, por intermédio do comandante da 2ª Região Militar, general Goés Monteiro, e do chefe da polícia de São Paulo, Cordeiro de Faria, ordenou que a Guarda Civil de São Paulo aceitasse a inscrição de negros. Teria também interferido a favor dos negros por ocasião das pressões que vinham sofrendo por parte de comerciantes de direita, que se manifestavam contra sua presença ali.

A aptidão política de que, aos poucos, vai se revestindo a Frente Negra Brasileira culmina, por sua vez, com sua formalização como partido político. Depois de negar por muitas vezes o caráter político-partidário da organização, a Frente Negra acaba por se registrar como um partido político

Só com os pontos de vista educacionais, recreativos, esportivos, acreditavam não poder chegar até lá. Tinham que dar aquela motivação política, aquele respeito, congregar os elementos negros para que pudessem apresentar os seus candidatos com os objetivos da Frente Negra. Ter também um certo peso na vida política nacional. Assim criaram o Partido Político da Frente Negra (Pinto, 2013, p. 164).

De acordo com Pinto (2013), a Frente Negra Brasileira, voltando atrás da sua decisão de atuar mais diretamente na política partidária apenas no futuro, resolve, de última hora, lançar a candidatura de Arlindo Veiga dos Santos para disputar uma cadeira na Constituinte. Por não haver tempo hábil para as tramitações necessárias à inscrição pela Frente Negra, Veiga dos Santos inscreve-se como candidato avulso.

Arlindo Veiga dos Santos foi uma das maiores lideranças da população negra na primeira metade do século XX, respeitado, inclusive, pela elite intelectual da época. Presidiu a maior entidade negra da história do país: a Frente Negra Brasileira. Aliado à luta política

antirracista, Veiga dos Santos desenvolveu uma ativa produção intelectual (Domingues, 2006, p. 519).

Para Malatian (2015) a geração de negros surgida após a abolição vivenciava, nas cidades, um efervescente questionamento sobre sua inserção social. Assim como Arlindo Veiga dos Santos, nascido 14 anos após a Lei de Treze de Maio, jovens negros haviam conseguido certa escolarização e alguns alcançaram os estudos universitários num contexto de debates nacionalistas que questionaram sua situação na República. Formaram-se grupos intelectualizados e militantes que frequentavam espaços de sociabilidade na cidade de São Paulo, onde Arlindo e seu irmão Isaltino, tiveram atuação destacada nesse movimento de conscientização dos negros.

Domingues (2006), sobre Arlindo Veiga dos Santos,

No dia 12 de fevereiro de 1902, nascia Arlindo Veiga Cabral dos Santos na cidade de Itu, interior de São Paulo. De origem humilde, iniciou naquela cidade seus estudos, em escolas católicas. Ainda adolecente, revelou talento literário e jornalístico tanto escrevendo poesias quanto colaborando em algumas publicações locais. Por problemas financeiros da família, transferiu-se para São Paulo, onde fez o curso universitário na Faculdade de Filosofia e Letras de São Paulo, concluindo o curso em 1926. Um outro campo de atuação de Veiga dos Santos foi a luta pela elevação moral, política e social da população negra (Domingues, 2006, p. 521).

Malatian (2015) salienta a importância que Arlindo Veiga dos Santos atribuía à educação escolar, pois ela constituía seu passaporte para sair do mundo do trabalho doméstico, tornar-se professor durante toda sua vida e alcançar reconhecimento.

Dentro da estrutura de organização da FNB havia um grupo chamado Rosas Negras, formado por mulheres negras que eram responsáveis por organizar todas as atividades culturais, musicais e sociais da entidade. As Rosas Negras tiveram um papel central no processo de organização e expansão das ações políticas da FNB, pois era, também, através dos bailes reuniões e eventos organizados estrategicamente em alguns bairros onde as famílias negras residiam, que a popularização da associação negra se tornou mais potente. Mobilizando a comunidade negra da capital, do litoral e do interior de São Paulo (Kaçula, 2023, p. 73).

Durante a sua existência, que se estendeu de setembro de 1931 até dezembro de 1937, a Frente Negra Brasileira teve dois presidentes. Arlindo Veiga dos Santos, que exerceu o cargo até junho de 1934, ao deixar o cargo de presidente, Arlindo continuou bastante ativo dentro da entidade. Além de colaborar com o jornal oficial *A Voz da Raça*, ele passou a exercer a função de consultor jurídico. A partir de então, Justiniano Costa foi presidente até o fim da entidade. Justiano fora tesoureiro no mandato de Arlindo (Pinto, 2013, p. 92).

Como afirma Fausto (2013), Vargas não necessitou de muitos esforços para desfechar o golpe de Estado, em novembro de 1937. Pela primeira vez, instalara-se no Brasil um regime ditatorial. Na noite de 10 de novembro, ele anunciou o advento do Estado Novo e a entrada em vigor de uma Carta Constitucional, elaborada pelo político mineiro Francisco Campos.

Com o golpe do Estado Novo de Getúlio Vargas, em 10 de novembro de 1937, a Frente Negra, que se caracterizava como partido político foi fechada, junto a outros partidos da época. Instaurada a Ditadura, Raul Joviano do Amaral tentou conservar a organização, fundando a União Negra Brasileira. Porém, a repressão do Estado Novo era muito acirrada. Seu jornal, *A Voz da Raça*, deixa de circular. Em 1938, a União Negra Brasileira deixa de existir (Munanga; Gomes, 2016).

Por outro lado outras associações do gênero também buscaram promover integração do negro à sociedade de forma mais abrangente, como Clube Negro de Cultura Social (1932) e Frente Negra Socialista (1932), na cidade de São Paulo. Sociedade Flor do Abacate, no Rio de Janeiro. Legião Negra (1934), em Uberlândia/MG. Sociedade Henrique Dias (1937), em Salvador. No Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, a Sociedade Beneficente e Cultural Floresta Aurora (1872), criada por negros alforriados, um ano após ter sido assinada a Lei do Ventre Livre em 1871 (Kaçula, 2023, p. 77).

Importante registrar que a FNB se caracterizou como o principal e mais exitoso núcleo político social negro do país, na década de 1930. Nesse esquema de pensamento, a Frente Negra Brasileira foi uma entidade extremamente representativa dos desejos e aspirações da população negra da década de 30. Teve uma atuação política muito marcante, bem como relevantes contribuições no processo de organização social, política e econômica da população negra, sobretudo na cidade de São Paulo.

### **CAPÍTULO 3: IMPRIMINDO IDEIAS: FRENTE NEGRA BRASILEIRA, JORNAL A VOZ DA RAÇA E A MISSÃO DE EDUCAR**

O sonhado movimento de triunfo sobre o tempo e o espaço constitui ofício eternamente inconcluso já, que na verdade, o trabalho com as fontes primárias para a alegria e desestabilização de quem a realiza constantemente se transforma por meio de novos olhares que são lançados para um mesmo objeto de pesquisa, regenera-se pela descoberta de novas pistas que surgem muitas vezes ao acaso, reconstitui-se pela descoberta de antigas trilhas esquecidas, caminhos que sempre existiram e que, de repente, passam a fazer sentido em meio a espessa neblina cotidiana que envolve os homens do presente (Campos, 2004, p. 15).

#### **3.1 Algumas considerações sobre Imprensa e a História da Educação**

As experiências no campo da pesquisa em História da Educação possibilitaram descortinar um novo mundo, mais rico em detalhes e mais dinâmico nas relações sociais, principalmente se seguirmos a trajetória educacional brasileira, em suas especificidades regionais e locais. Desse modo, cabe ao historiador promover uma aglutinação dos fatos que ele localiza na construção de uma história menos excludente. Nessa perspectiva, percebemos que a imprensa se transformou em objeto de referência para apreensão e compreensão do processo histórico-educacional (Carvalho; Araújo; Neto, 2002).

Ler a história do Brasil através dos jornais é fascinate. Em cada página nos deparamos com aspectos significativos da vida de nossos antecessores, que permitem recuperar suas lutas, ideais, compromissos e interesses. Manancial dos mais férteis para o conhecimento do passado, a imprensa possibilita ao historiador acompanhar o percurso dos homens através dos tempos. A imprensa registra, comenta e participa da história. Através dela se trava uma constante batalha pela conquista dos corações e mentes (Capelato, 1988, p. 13).

Nessa linha de argumentação, Luca (2020) afirma que a escrita da história é um processo complexo e rigoroso, que articula passado, presente e futuro. Contrariamente ao que supõe o senso comum, o passado não está morto e acabado, uma vez que o presente, com suas preocupações e desafios sempre novos, convida a reler, reinterpretar e ressignificar o que se perdeu na poeira do tempo. Compreender lutas, sonhos, crenças e (des)ilusões dos que nos antecederam, amplia o nosso próprio mundo.

Diante disso, Janotti (2023) defende que o uso das fontes também tem uma história, porque os interesses dos historiadores variam no tempo e no espaço, em relação direta com as circunstâncias de suas trajetórias pessoais e com suas identidades culturais. Ser historiador do

passado ou do presente, além de outras qualidades, sempre exigiu erudição e sensibilidade no tratamento das fontes, pois delas depende a construção convincente de seu discurso.

Capelato (1988), sobre a imprensa

Em função da vida que se interroga os mortos. Compete, pois, ao historiador fazer reviver as personagens do passado, procurado endendê-las na sua época. Com essa nova postura, a história morta cede lugar a uma nova história viva que se propõe, como meta, captar as transformações dos homens no tempo. A imprensa oferece amplas possibilidades para isso. A vida cotidiana nela registrada em seus múltiplos aspectos, permite compreender como vivem nossos antepassados não só os “ilustres” mas também os sujeitos anônimos (Capelato, 1988, p. 20).

Como afirma Gonçalves Neto (2002), é principalmente através da imprensa que se divulgam e se consolidam as principais representações sociais. E por uma razão muito simples: diferentemente da tradição oral, a palavra escrita pode ser resgatada no futuro e utilizada como documento na construção de interpretações históricas.

Outro fato importante, descrito por Prost (2020), merece destaque

A história faz-se com documentos escritos sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode se fazer, deve-se fazer sem documentos escritos, quando não existem, com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta de flores habituais (Prost, 2020).

Fabricar o seu mel, bela metáfora que remete à ação transformadora e ativa do pesquisador, cujo objeto é dado apenas pelo conteúdo dos documentos, mas construído por meio das demandas do presente, perspectiva que não mais permitiria ignorar as relações entre o movimento vivido e o estudo passado (Luca, 2020, p. 40).

Os periódicos, não especificamente os pedagógicos, transformaram-se num dos mais significativos veículos de divulgação de ideias, valores e representações sociais nas primeiras décadas do século XX, e que, justamente por isso, deveriam ser analisados com vagar pelos historiadores da educação (Campos, 2012, p. 56).

De acordo com Prost (2020), a parte mais apaixonante do trabalho de historiador consiste em levar coisas silenciosas a se tornarem expressivas, as questões históricas nunca estarão encerradas, a história terá que ser continuamente reescrita. A pesquisa histórica consiste em formular uma questão para desencadear a busca de fatos que possam contribuir para lhe fornecer uma resposta, resulta que todas as histórias são, ao mesmo tempo, uma história da história, eis porque em cada época a história deve ser escrita em novas perspectivas.

Como afirma Capelato (1998), os pequenos jornais que expressavam reivindicações específicas de determinados grupos sócio-políticos são muito importantes para os estudos

históricos. Eles existiram desde o Brasil Colônia e se ploriferaram na segunda metade do século XIX. A pequena imprensa de conteúdo sócio-político literário ou de entretenimento, em geral, teve continuidade no século XX.

Jornais e revistas podem contribuir para estudos reflexivos sobre a trajetória da educação, por meio deles manifestam-se, de um modo ou de outro, os problemas educacionais. Revelam-se múltiplas faces dos processos educativos e compreendem-se as dimensões sociais da educação, ultrapassando uma mera descrição das ideias, das reformas, dos programas e das práticas educativas. São os pequenos detalhes, ocorridos no interior do espaço educacional e registrados nos jornais que permitem compreender como as relações foram construídas (Carvalho, 2007, p. 48).

Seguindo na formulação do argumento, Carvalho (2007) mostra que pesquisar a imprensa permite descortinar características singulares do campo educacional, mostrando as relações estabelecidas por seres humanos numa determinada época, tanto no âmbito nacional, como, ainda, no regional e local. Desse modo, possibilita recuperar aspectos pouco considerados pela História da Educação Brasileira, pois por meio de iniciativas desse teor busca-se preencher algumas lacunas, trazendo para o cenário histórico agentes sociais antes desconhecidos, passando a valorizar o seu saberes e suas vivências.

De um modo geral, estudamos a educação considerando-a conforme descrito por Carvalho, Araújo e Neto (2002), em relação ao contexto social no qual se insere, observando que ela só tem significado explicativo dentro de um determinado processo, no qual estão presentes fatores sociais, políticos e econômicos que se influenciam mutuamente.

Educação é uma prática social que se estrutura por meio do que é veiculado pela cultura. A imprensa tem seu lugar na educação dos homens em sociedade (Campos, 2012, p. 56).

As pesquisas que utilizam de jornais não especificamente pedagógicos para falar sobre a história da educação trabalham, na verdade, com um conceito de educação mais abrangente que o da educação escolar. Trata-se de uma concepção que remonta e se mistura à própria ideia de cultura. Uma concepção de educação na qual se vislumbra o processo educativo pelo qual a humanidade elabora a si mesma, em todos os seus vários aspectos, tendo o jornal como veículo mediador por excelência (Campos, 2012).

Assim, buscam-se nas folhas impressas não apenas as questões educacionais literais. Antes disso, são esquadrihados os sentidos que os homens do passado conferiram ao mundo por meio de imagens, palavras, notícias, entrevistas, propagandas estampadas em páginas hoje

amareladas. São perscrutadas as formas como os homens do passado olharam o mundo, deram-se a ver no mundo, buscaram ensinar o outro a olhar esse mundo de uma determinada maneira (Campos, 2012, p. 6).

### **3.2 Imprensa Negra: o jornal oficial da Frente Negra Brasileira**

Historiadores sociais da imprensa demonstram o quanto tais veículos foram e ainda são, inegavelmente, também sujeitos da história, que se incubem de registrar, explicar, discutir e comentar as coisas do mundo (Campos, 2012, p. 48).

O jornal torna-se, portanto, um veículo de divulgação rápida de notícias e ideias. Dessa forma, torna-se um elemento fundamental para se captar as principais representações de uma época, uma vez que centraliza boa parte das opiniões e das atenções da elite intelectual que trabalha na moldagem da cultura (Gonçalves Neto, 2002, p. 206).

Segundo Campos (2012),

Trabalhar com jornais antigos para a escrita da história da educação significa compreendê-los, portanto, muito mais como fragmentos verossímeis da cultura de um tempo e um espaço do que pensá-los como provas fidedignas do passado. Significa reconhecer e problematizar o espaço gráfico dado para esta ou aquela crônica, propaganda, notícia ou artigo. Significa transformá-los também num objeto de pesquisa (Campos, 2012, p. 66).

De acordo com Domingues (2004), havia uma intensa publicação de jornais alternativos voltados para um público específico, dentre os quais se pode destacar os periódicos das colônias estrangeiras. Nesse contexto, de agitada imprensa alternativa, nasceram os jornais negros, ou seja, produzidos por negros e dirigidos à comunidade negra em São Paulo.

Como afirma Domingues (2008), tratou-se de um veículo de comunicação que expressava principalmente os pensamentos de suas lideranças na qualidade de movimento negro, conhecidos como “elite negra”. Importante destacar que esse termo fazia referência ao papel de direção político-ideológica que esse grupo exerceu. Nesse sentido, elite não tem sentido socioeconômico.

A chamada imprensa negra é a parte mais conhecida e citada da mobilização negra nas primeiras décadas republicanas. Tais jornais tinham como objetivo tanto festejar a abolição como refletir a seu respeito. O exercício contínuo da memória não só se fez presente nessas publicações pioneiras como inaugurou e, mais tarde, reorganizou-as e as legitimou (Gomes, 2005, p. 27).

Como afirma Gomes (2005), os periódicos da imprensa negra constuíram-se instrumentos de comunicação de inúmeros intelectuais, grupos, associações e entidades negras, tanto com o seu público específico, chamado de meio negro. Os jornais se propunham, por meio de seus editores, a ser instrumentos de educação e formação.

No final do século XIX, jornais surgiram com o propósito de denunciar as condições de vida, a segregação, a falta de oportunidades, o cotidiano de racismo e a violência experimentada pela população negra.

De acordo com Domingues (2004), era uma imprensa independente, formadora de ideologia de um grupo específico. Em que a população negra desenvolveu uma consciência e solidariedade étnica, que possibilitou sua organização frente à discriminação social, política e econômica

Através das páginas desses jornais noticiavam-se festas, competições esportivas, bailes, casamentos, aniversários, falecimentos, homenagens, cerimônias religiosas e outros eventos ligados ao cotidiano do negro (Domingues, 2004, p. 343).

Kaçula (2023) mostra os principais jornais da imprensa negra que fizeram de suas edições importantes ferramentas de mobilização e organização da população negra ao longo de suas existências

O Alfinete, Alvorada, Auriverde, O Bandeirante, Chibata, O Clarin, O Clarin d'Alvorada, Cruzada Cultural, Elite, Getulino, Hífen, O Kosmos, A Liberdade, Monarquia, O Novo Horizonte, O Patrocínio, O Xauter, Progresso, A Rua, Tribuna Negra e o jornal criado pela Frente Negra Brasileira intitulado "A Voz da Raça" cujo editorial funcionou entre os anos de 1933 e 1937 (Kaçula, 2023, p. 83).

Essa expressiva produção da imprensa negra no Brasil abriu um novo paradigma nas relações políticas sobretudo entre a própria comunidade negra, que passou a ler com mais atenção os enunciados impressos nesses periódicos (Kaçula, 2023, p. 83).

Para Gomes (2005), uma característica desses jornais foi a falta de regularidade e o curto período de existência. A justificativa para tal fato encontra-se na incipiente estrutura montada para sua publicação, na falta de uma política de distribuição e na ausência de recursos.

Eram jornais de circulação restrita e inserção limitada à própria comunidade. Sua distribuição era feita nas associações negras, nos bailes e eventos sociais, ou eram vendidos pelos editores em suas casas de periodicidade irregular. Uma das maneiras de sustentar os jornais era distribuí-los e pedir contribuição para a próxima edição (Domingues, 2004, p. 344).

Portanto, a solidariedade étnica da comunidade negra foi um fator determinante para a existência de uma imprensa específica. A união significava tornar-se mais forte. Certamente, essa tenha sido a possibilidade de os negros expressarem seus anseios de se integrarem à sociedade.

Nessa mesma linha de argumentação, Pinto (2013) enfatiza que os jornais negros lutavam contra todos os obstáculos como as dificuldades financeiras, falta de apoio e mesmo restrição por parte da população negra. Os jornais, às vezes, eram impressos em tipografias improvisadas e o sistema de distribuição era dos mais precários. De um modo geral, essas dificuldades repercutiam negativamente, tanto na periodicidade como na própria existência do jornal.

Se grande parte dessas publicações teve vida breve, algumas conseguiram uma regularidade significativa. Pois uma das atividades mais regulares das lideranças negras e que alcançou êxito relativo foi a publicação de jornais.

Dentre outros, o mais regular deles, *A Voz da Raça*, circulou durante cinco anos, entre 1933 e 1937. A fonte consultada se encontra disponível no acervo digital da Imprensa Negra Paulista da Universidade de São Paulo. O jornal era impresso em larga escala, se comparado com outros jornais da época. Ao que tudo indica não era distribuído somente na cidade de São Paulo, mas nas outras delegações da Frente Negra Brasileira em outras cidades e estados.

Possuía diversas e distintas matérias, variando em diferentes formatos de propagandas como textos e artigos, que não eram produzidos apenas por seus redatores mas, também, pelos fretenegrinos de São Paulo e demais delegações. Era constituído em seu formato por quatro páginas. Uma outra característica do jornal foi o absoluto predomínio masculino. Contudo, por sua complexidade, torna-se difícil mensurar sua total abrangência.

Como já foi dito, Arlindo Veiga dos Santos, importante liderança fretenegrina, mantinha adoração pelo facismo europeu, no campo ideológico, a liderança da instituição era próxima ao facismo e ao integralismo, movimento de extrema direita conhecido pelo lema “Deus, Pátria e Família”. Um fato importante que merece destaque na caracterização geral do jornal foi o subtítulo do jornal: “Deus, Pátria, Raça e Família”, sendo diferente do lema facista apenas pela presença do termo “Raça”. No entanto, não devemos fazer juízo de valor, a questão deve ser entendida de acordo com o contexto da época.

Diante disso, Araujo (2002) afirma que não se deve deixar de indagar a respeito dos interesses representados por um dado jornal, ou seja, dos que o representam, ou nele façam circular suas posições.

O jornal *A Voz da Raça* possuía edições quinzenais de 18 de março 1933 a 28 de abril de 1934, passando a ter edições mensais a partir do mês de maio, de 1934. Nos jornais, a partir do ano de 1936 até o encerramento em 1937, as datas aparecem somente em mês e ano, como pode ser observado no quadro a seguir. As edições do jornal foram publicadas até o mês de novembro de 1937 quando a FNB encerrou suas atividades por forças políticas impostas pela Ditadura do governo de Getúlio Vargas.

*A Voz da Raça* possui 66 títulos, sendo no ano de 1933, 27 títulos. Em 1934, 14 títulos. Em 1935, 5 títulos. Em 1936, 10 títulos. Em 1937, 10 títulos.

No quadro abaixo, podemos ter uma ideia dos meses e anos que o jornal esteve em circulação:

**Quadro 2** - Meses de circulação do jornal *A Voz da Raça*.

1933	1934	1935	1936	1937
1-18/03/1933	28-6/01/1934	42-11/05/1935	47-03/1936	57-01/1937
2-25/03/1933	29-20/01/1934	43-29/06/1935	48-04/1936	58-02/1937
3-01/04/1933	30-03/02/1934	44-31/08/1935	49-05/1936	59-03/1937
4-08/04/1933	31-17/02/1934	45-23/11/1935	50-06/1936	60-04/1937
5-15/04/1933	32-17/03/1934	46-31/12/1935	51-07/1936	61-05/1937
6-22/04/1933	33-31/03/1934		52-08/1936	62-06/1937
7-29/04/1933	34-14/04/1934		53-09/1936	63-07/1937
8-06/05/1933	35-28/04/1934		54-10/1936	64-08/1937
9-13/05/1933	36-26/05/1934		55-11/1936	65-09/1937
10-20/05/1933	37-23/06/1934		56-12/1936	66-11/1937
11-03/06/1933	38-07/07/1934			
12-10/06/1933	39-11/08/1934			
13-17/06/1933	40-15/12/1934			
14-24/06/1933	41-29/12/1934			
15-01/07/1933				
16-08/07/1933				
17-15/07/1933				
18-05/08/1933				
19-19/08/1933				
20-02/09/1933				
21-16/09/1933				
22-30/09/1933				
23-23/10/1933				
24-11/11/1933				

25-25/11/1933				
26-09/12/1933				
27-23/12/1933				

**Fonte:** Quadro construído com base nos dados disponíveis no Instituto de Estudos Brasileiros-IEB-USP.

Como vimos no capítulo anterior, a Frente Negra Brasileira desenvolveu uma série de atividades voltadas para a sociabilidade da população negra na cidade de São Paulo, seu modelo de organização foi um divisor de águas para essa população, sobretudo quando pensamos no processo de inclusão social e valorização da cultura.

### **3.3 Ações educacionais da Frente Negra Brasileira no jornal *A Voz da Raça***

Segundo Gomes (2005), a FNB tinha vários departamentos, dentre eles o de instrução e cultura, que promovia cursos de alfabetização e oficinas de costura. Chegou a propor a criação de uma instituição escolar chamada Liceu Palmares. A ideia era ministrar o ensino dos cursos primário, secundário, comercial e ginásial a alunos sócios da FNB. Em sua sede realizavam-se palestras e seminários. Posteriormente, passaria a funcionar ali uma escola noturna.

Desse modo, Domingues (2019) destaca o protagonismo no campo educacional no Pós-abolição Paulista. Como resposta ao quadro de analfabetismo, articularam várias iniciativas pedagógicas e criaram estabelecimentos de ensino, na esperança de que a instrução fosse resolver todos os problemas em matéria de aceitação social, reconhecimento cultural e exercício pleno da cidadania

A solução encontrada foi fundar projetos experimentais de escolas voltadas especialmente para a comunidade negra. Afinal a educação era avaliada como instrumento estratégico para a melhoria do padrão de vida dessa comunidade. As escolas “étnicas” foram um fenômeno comum em São Paulo no início do século XX (Domingues, 2004, p. 350).

A proposta da Frente Negra era fundamentada na filosofia educacional, acreditando que o negro venceria à medida que conseguisse se firmar nos diversos níveis da ciência, das artes e da literatura. Nesse sentido, seus membros davam um grande valor à educação (Munanga; Gomes, 2016, p. 118).

De acordo com Gomes (2005), muito do que sabemos hoje sobre a Frente Negra foi coletado em matérias do jornal *A Voz da Raça*, que circulou durante quase todos os anos de existência da associação. Como organização, a FNB tinha vários departamentos, instruções de

cultura, musical, médico, imprensa, esportivo, de artes e ofícios, jurídico-social, doutrinário e de comissão de moços.

Sobre o projeto Liceu Palmares, Pinto (2013) discorre que foi elaborado um projeto que funcionaria em todo o estado. Teria sido idealizado por fretenegrinos que frequentaram ou estariam frequentando, colégios como São Bento, Coração de Jesus e Santa Amália e, já conheciam mais a fundo a organização escolar. Pensaram em criar uma escola nos mesmos moldes. Mas não passou de um projeto, pois não conseguiram recursos para o levar adiante.

Como afirma Malatian (2015), Arlindo Veiga dos Santos projetou, em 1933, o Liceu Palmares com Cursos Primário e Secundário, além de Cursos de Alfabetização e Formação Profissional para o comércio que seria por ele dirigido. O projeto Liceu Palmares foi anunciado no jornal. Propunha ministrar ensino Primário, Secundário, Comercial e Ginásial. Contudo, importa destacar que é desconhecido o resultado do projeto, ao que tudo indica, apesar do anúncio político o projeto não se concretizou.

Conforme Gonçalves e Silva (2000), por meio do então presidente Raul Joviano do Amaral, a FNB elaborou uma proposta ousada de educação política com os objetivos de agrupar, educar e orientar. Criou-se uma escola que, só no curso de alfabetização, atendeu cerca de 4 mil alunos. Na escola primária e no curso de formação social foram atendidos em torno de 200 alunos. A maioria eram alunos negros, mas aceitavam-se alunos de outras raças. O curso primário era ministrado por professores formados e regularmente remunerados. Outros cursos foram assumidos por leigos e não remunerados.

Gonçalves (2007) afirma que a Frente Negra criou uma escola nos cursos noturnos, em que professores ministravam aulas gratuitas. Os fretenegrinos que estudavam Engenharia, Biologia e outros cursos, propuseram-se a ministrar aulas. A escola era formada por quatro classes, com professoras nomeadas pelo governo. Nas classes eram aceitos, inclusive, filhos de japoneses.

Ainda que de maneira pouco articulada, as lideranças da FNB foram precursoras em tecer críticas sobre a forma discriminatória como os professores e os estabelecimentos de ensino se relacionavam com os alunos negros. A questão de uma pedagogia interétnica e multirracial não estava colocada da década de 1930. No entanto, só o fato de uma escola reunir somente professores negros, e dezenas ou centenas de crianças, jovens e adultos negros já causava um efeito simbólico (Munanga; Gomes, 2016).

De acordo com Domingues (2016), as conquistas empreendidas pela FNB no campo educacional possibilitaram a inserção condigna de alguns negros na sociedade. Ao mesmo

tempo, contribuíram para o acúmulo de forças do movimento social, que procurou sensibilizar o Estado e a sociedade civil da importância de construção de uma ordem étnico-racial mais justa e igualitária no país. Apesar de todas as dificuldades enfrentadas, sua experiência histórica constitui um capítulo de resistência da população negra.

Ao consultar, organizar e classificar os noticiários, comentários, anúncios e propagandas, constatamos a presença de categorias ligadas à instrução, nessa categoria, foram observados os seguintes códigos: Curso de Alfabetização; Curso de formação Social; Escolas; Eventos Educacionais; Aulas Particulares e Bibliotecas. Os dados quantificados na categoria de análise do ano de 1933 ao ano de 1937 foram enumerados na Tabela 1.

**Tabela 1** - Número de ocorrências vinculadas à categoria sobre Instrução

<b>Códigos:</b>	
<b>Curso de Alfabetização</b>	
<b>Curso de Formação Social</b>	<b>Frequência Absoluta de Ocorrências</b>
<b>Escolas</b>	
<b>Eventos educacionais</b>	
<b>Aulas particulares</b>	
<b>Bibliotecas</b>	
<b>Ano: 1933</b>	52
<b>Ano: 1934</b>	21
<b>Ano: 1935</b>	10
<b>Ano: 1936</b>	14
<b>Ano: 1937</b>	7
<b>Ligados à categoria Instrução</b>	104

**Fonte:** Organizada pela autora, com base na leitura e quantificação do jornal *A Voz da Raça*.

Como apresentado na Tabela 1, dentre esses noticiários, comentários, anúncios e propagandas, 104 estavam ligados a temas sobre a instrução. Os referidos foram encontrados nas páginas com linguagem bastante acessível. Como se observa, é nítida a importância atribuída à instrução.

A educação, tanto como sinônimo de instrução, de escolaridade, quanto no seu sentido mais amplo, abrangendo manifestações de caráter cultural, sempre foi muito valorizada pelas lideranças negras. As associações negras promoviam atividades culturais, como encenação de peças teatrais, palestras e cursos de caráter instrutivo, sessões de declamação, eventos

musicais e algumas chegaram a manter equipamentos culturais, como jornais, revistas, bandas, corpos cênicos, bibliotecas cursos regulares e até escolas (Pinto, 2013, p. 212).

Importante salientar que umas das finalidades da Frente Negra foi justamente difundir a instrução. Desenvolvendo um extenso programa educacional e cultural. O maior e mais importante departamento da FNB foi valorizar a educação. O conceito de educação compreendia tanto a instrução que tinha significado específico de alfabetizar ou a escolarização através de seus outros cursos, ou a educação cultural e moral. A instrução foi a maior e mais importante conquista da FNB.

Em várias edições no jornal *A Voz da Raça* foram encontrados incentivos para que a população negra fosse à escola aprender e aperfeiçoar o manejo das letras alfabéticas.

Para Domingues (2016), o maior e mais importante departamento da FNB foi o de instrução, também chamado de departamento de cultura ou intelectual. Era o responsável pela área educacional da FNB.

Ainda sobre Domingues (2016), a palavra instrução, por sua vez, possuía um sentido mais específico, de alfabetização ou escolarização. Acreditava-se que os negros, na medida em que progredissem no campo educacional, seriam respeitados, reconhecidos e valorizados pela sociedade. A instrução era apontada como uma via para a ascensão social, como uma maneira de ganhar respeitabilidade e reconhecimento. A educação teria o poder de anular o preconceito racial, em última instância, de o erradicar.

As lideranças fretenegrinas valorizavam a prática da leitura, o livro e as bibliotecas eram usados como instrumento de elevação intelectual e moral. Promoveram a criação de bibliotecas através de doações de livros feitos pelos associados, anunciando as doações e criações das bibliotecas nas páginas do jornal *A Voz da Raça*.

As crianças eram objeto de interesse e cuidado especial do presidente da FNB, Arlindo Veiga dos Santos, que buscou por vários meios as atrair e as conservar na associação. Prepará-las para o futuro, educá-las e integrá-las no mundo do trabalho eram as tarefas que sempre procurou desenvolver ( Malatian, 2015, p. 192).

De acordo com Malatian (2015) em 1934, foi designado pelo Governo Estadual uma professora comissionada, Francisca de Andrade, para, juntamente com Jersen Paula Barbosa, lecionarem na FNB, onde atenderiam 90 alunos matriculados.

Seguindo na formulação do argumento, Pinto (2013) aponta que dentre as atividades educacionais desenvolvidas pela FNB, destaca-se o Curso Primário. Ao que tudo indica, foi um curso que, aos poucos, foi se consolidando.

O Curso Primário funcionou na sede da entidade no período diurno e noturno, e parece ter sido o único que recebeu subsídio oficial. O Estado, além de remunerar as professoras, também forneceu mobiliário escolar e material didático. As despesas referentes aos demais cursos eram todas por conta dos sócios da entidade. Em 1934, menciona-se a cifra de 90 alunos matriculados. Em 1936, faz-se referência a 200 alunos matriculados nas escolas primárias e no Curso de Formação Social (Pinto, 2013, p. 218).

**Figura 1** - Escola da Frente Negra Brasileira.



**Fonte:** BARBOSA, Márcio. *Frente Negra Brasileira-depoimentos*. São Paulo: Quilombhoje, 1998, p. 43.

Dialogando com a foto acima, Barbosa (1998) afirma que os negros eram pouco alfabetizados e tinham dificuldades para frequentar a escola. A Frente Negra incentivava porque possuía, dentro da sua sede, uma verdadeira escola. Tinha curso de alfabetização, mas não se dava esse nome, era “Educação Moral e Cívica”. Nos cursos, alguns professores davam aulas gratuitamente. Havia mulheres professoras nomeadas pelo governo, a da esquerda professora Gersen Barbosa e da direita professora Celina Campos. A escola da FNB era formada por quatro classes que aceitavam também os filhos de japoneses que moravam perto.

O curso diurno funcionava em dois turnos: de manhã e à tarde, e oferecia quatro séries primárias, sendo que, nos quatro anos de funcionamento, passaram pelo curso primário cerca de 350 alunos. A maior parte era constituída de negros, mas haviam crianças de origem nipônica, pois a escola funcionava num bairro de grande concentração de população japonesa.

De acordo com Malatian (2015), em 1932 foi iniciado um trabalho de alfabetização de crianças, jovens e adultos. Funcionava, inicialmente, uma escola no período noturno e recebia

alunos de ambos os sexos. Além dos cursos de alfabetização, houve outros de “formação social” ministrados por palestrantes.

De acordo com Pinto (2013) havia na FNB aulas de História e Português, no que se denominava Curso Intermediário, cujas classes atingiam, em média, de 40 a 50 alunos, que não foram encontrados por ela em sua importante pesquisa de doutoramento.

Na leitura do jornal *A Voz da Raça* não foram encontradas referências aos cursos, assim como na pesquisa de Pinto (2013). Apesar das informações disponíveis, permanecem algumas dúvidas sobre essa ação educacional.

Não se pode deixar de mencionar que não foi somente a FNB da cidade de São Paulo responsável pelo desenvolvimento das ações educacionais. Outras delegações também mantiveram escolas ou cursos de alfabetização.

Importante ressaltar que a FNB não tinha seus cursos reconhecidos oficialmente, pois era classificada como um estabelecimento de ensino privado. No entanto, seu esforço foi considerável nessa área, tendo em vista a diversidade de cursos e de atividades culturais que implantou ou planejou implantar. Importa destacar que a escola da FNB foi fundada no bojo de uma jornada de conscientização e mobilização da população negra. Contudo, ela não sistematizou uma proposta de política educacional mais abrangente. Mesmo assim, podemos supor que foi por meio dela que se começaram a ventilar algumas ideias do modo que deveria ser a educação do negro.

Ao organizar e classificar noticiários, comentários, anúncios e propagandas sobre a categoria de análise: Artes e Ofícios, foram observados os seguintes códigos: Curso de Pintura e Curso de Costura. Os dados foram contabilizados e enumerados na Tabela 2.

**Tabela 2** - Número de ocorrências vinculados à categoria sobre Artes e Ofícios

<b>Códigos:</b>	<b>Frequência Absoluta de Ocorrências</b>
<b>Curso de Pintura</b>	
<b>Curso de Costura</b>	
<b>Ano: 1933</b>	4
<b>Ano: 1934</b>	4
<b>Ano: 1935</b>	0
<b>Ano: 1936</b>	0
<b>Ano: 1937</b>	2
<b>Ligados às categorias Artes e Ofícios</b>	10

**Fonte:** Organizada pela autora com base na leitura e quantificação do jornal *A Voz da Raça*.

Além da instrução, havia também outros direcionamentos educacionais, do que poderia ser identificado como educação profissional ou para o trabalho, com aulas de artes e ofícios (Malatian, 2015, p. 190).

A educação, nesse contexto, aparece nitidamente como um mecanismo de ascensão profissional. Diante dessa situação, a Frente Negra se propunha a tomar para si a educação coletiva dos negros, do curso primário até as noções necessárias para as lutas do trabalho cotidiano (Gonçalves, 2007).

Segundo Pinto (2013), não foram encontradas nas ideias veiculadas na imprensa negra qualquer proposta de uma política educacional para o negro. Observa-se que as lideranças negras começaram a externar opiniões a respeito de como deveria ser a educação do negro. Havia a necessidade de uma formação profissional, de uma educação voltada para a profissionalização, para a aquisição de habilidades para o trabalho.

Ao organizar e classificar noticiários, comentários, anúncios e propagandas sobre a categoria de análise: Cultura, foram observados os seguintes códigos: Música, Esporte, Festivais Litero Dramático e Musical, Palestras, Livros publicados pelos fretenegrinos. Os dados foram contabilizados e enumerados na Tabela 3.

**Tabela 3** - Número de ocorrências vinculados à categoria sobre Cultura

<b>Códigos:</b>	
<b>Música</b>	<b>Frequência Absoluta de Ocorrências</b>
<b>Esporte</b>	
<b>Festivais Litero/ Dramático/ Musical</b>	
<b>Palestras</b>	
<b>Livros publicados pelos fretenegrinos</b>	
<b>Ano: 1933</b>	44
<b>Ano: 1934</b>	17
<b>Ano: 1935</b>	6
<b>Ano: 1936</b>	14
<b>Ano: 1937</b>	10
<b>Ligados à categoria Cultura</b>	91

**Fonte:** Organizada pela autora com base na leitura e quantificação do jornal *A Voz da Raça*.

De acordo com Pinto (2013), o negro não se limitou a tratar da educação no nível da denúncia e da reivindicação. Ele tomou iniciativas, na tentativa de melhorar o nível educacional e cultural da população negra.

Ao que tudo indica, como já foi dito, mantiveram, regularmente, cursos de alfabetização, complementação cultural, promoveram eventos, como palestras, sessões de declamação, visando elevar o nível cultural do negro.

Para Pinto (2013), a imprensa negra sempre incentivou, abrindo espaço para a cultura e a educação, publicando poesias, contos, noticiando eventos culturais e educacionais. A preocupação com a educação e cultura se expressava também nos artigos publicados nos jornais, em que editores e colaboradores discutiam diferentes prismas da questão.

Abriam-se portas na associação para o ensino de música instrumental e a formação de conjuntos musicais e bandas, que se apresentavam em eventos promovidos pela FNB (Malatian, 2015, p. 194).

De acordo com Domingues (2004), as associações da comunidade negra procuravam incentivar a prática esportiva, organizando jogos, competições, torneios, em que se disputava a conquista de prêmios e troféus. A modalidade esportiva mais comum era o futebol, entretanto, praticavam-se outras.

Certamente, a FNB mantinha um departamento de esportes. Como era o título de alguns anúncios, verificado também na bibliografia consultada. Foram encontrados anúncios de campeonatos e premiações da organização através de seus sócios.

No entender de Domingues (2004), os negros conquistaram um respeitável grau de consciência racial e de organização coletiva. O mundo se materializava através dos jornais, clubes, entidades beneficentes, times de futebol, escolas, grupos teatrais, literatura, salões de bailes, dentre outros. Esse mundo deve ser entendido como um fenômeno de resitência racial. Recurso que serviu de base para o processo de construção da futura ideologia da negritude e de luta pela conquista da plena cidadania na sociedade brasileira.

De longa data, a população negra em São Paulo se preocupou com o letramento com base em grandes esforços. Criaram grêmios literários, fomentaram um circuito para saraus e, por vezes, publicaram livros (Domingues, 2019, p. 81).

Em sua maioria, a associação se esforçava para oferecer gratuitamente o material escolar e o uniforme, por meio de eventos beneficentes que promovia, como os festivais, conseguia angariar recursos para custear as despesas.

As conquistas da Frente Negra Brasileira possibilitaram o acúmulo de forças do movimento social. Percebe-se, por meio da leitura do jornal, que as lideranças possuíam um olhar crítico sobre a falta de políticas públicas educacionais para a população negra.

Domingues (2019) afirma que a FNB desenvolveu grandes temáticas culturais e repertórios políticos próprios, foram protagonistas de vários projetos de liberdade e cidadania, forjaram trajetórias individuais e coletivas, narrativas desempenharam múltiplos papéis sociais e construíram experiências identitárias singulares. Em vez de anônimos, devem ser vistos como pessoas que fizeram uma leitura diferente dos comportamentos, paradigmas e valores.

O fato é que essa organização se apresenta como exitosa, vitoriosa em sua proposta, feita por negros e negras, possuiu uma série de características específicas. Dentro de uma dinâmica própria, demonstrou capacidade de articulação e, com isso, contribuiu no direcionamento da luta. Com a produção intelectual de pensadores negros, registrou sua história e memória.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É sempre difícil concluir. O risco da “pausa” parece ser imensamente mais perigoso e enganado que o caminho percorrido. Há, por outro lado, a tentação de estabelecer “marcos”, de sobrevalorizar os “achados” ou, como querem outros, as evidências. Por outro lado a provisoriedade da pesquisa, do inacabado envolve pela “cura do medo e, ao mesmo tempo, dificulta enormemente voos mais ousados (Carvalho, 2007, p. 113).

Desejamos deixar, aqui, como ponto de chegada deste trabalho e de partida para outras pesquisas, algumas reflexões. A luta da população negra brasileira é um dos principais marcos históricos na formação da sociedade brasileira. O projeto de “aquilombamento”, organização, formação educacional e profissional empreendido pela FNB colaborou para criar uma massa mais crítica e organizada, no tocante ao desenvolvimento de diversos grupos negros.

Segue-se, de acordo com Domingues (2008), que os jornais não se restringiam a denunciar as mazelas que atingiam a população negra, mas também apregoavam meios para as superar. As soluções propostas foram múltiplas, como reabilitação moral, construção de uma autoimagem positiva, melhoria do nível educacional e instrucional, necessidade de reagir às injustiças e a de atuar politicamente. A mais importante solução vislumbrada passava pela união do negro, o que o fortaleceria.

Em síntese, podemos concluir que as ideias propagadas pelo jornal *A Voz da Raça*, e a relação profícua com a educação, contribuíram para fortalecer valores e regras de conduta. Contudo, não dava destaque apenas para os fatos de cunho escolar, mas abria também espaço para a emissão de opinião sobre o significado de educação.

Cumprir dizer que a FNB, através do seu jornal oficial, articulou uma rede de comunicação que evidencia os valores morais daqueles que a lideraram, bem como buscou influenciar as mentes da população negra. Colaborando para que esse segmento pudesse manter viva a luta e resistência herdadas de seus descendentes, que de maneira forçada foram retirados da África.

Embora não possa ser localizado um projeto educacional específico e sistematizado, é certo que a educação e, sobretudo, a alfabetização tornou-se, no Pós-abolição, uma bandeira que resultou em tentativas de fundar escolas específicas para negros. Aglutinando muitas pessoas, sendo considerada a mais importante associação negra nesse período da história do Brasil.

Não há como avaliar, nesse momento, a especificidade do ensino ministrado nessas escolas e seu direcionamento para uma eventual pedagogia voltada para a população negra.

Mas, por outro lado, existem fortes indícios veiculados pelo jornal *A Voz da Raça*, de sua relevância na Frente Negra Brasileira.

O caminho dos negros e negras afrodescendentes sempre foi marcado por resistências, desafios, avanços e recuos. Devendo, assim, servir como escudo, para ajudar na construção de uma sociedade antirracista, mais justa e igualitária.

Através das informações expostas, resta-nos inferir que não foi nossa intenção produzir verdades sobre as questões da negritude. Esperamos, com este trabalho, romper alguns silêncios que pairam sobre a história do negro africano e brasileiro, e isso significa um passo no caminho que pretende a construção de conhecimento histórico plural, que incorpore a diversidade racial do nosso país.

## REFERÊNCIAS

- A VOZ DA RAÇA (1933-1937). **Acervo Digital da Imprensa Negra São Paulo da Universidade de São Paulo**. Disponível em: <http://biton.uspnet.usp.br/imprensanegra/index.php/a-voz-da-raca> . Acesso em: 27 nov. 2023.
- ACERVO DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/acervodigital>. Acesso em: 30 nov. 2023.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra; FILHO, Walter. **Uma história do negro no Brasil**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.
- ALMEIDA; Marco Antonio Bettine; SANCHEZ, Livia. Os negros na legislação educacional e educação formal no Brasil. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 10, n. 2, p. 234-246, 2016. DOI: <https://doi.org/10.14244/198271991459>. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/download/1459/500/9866>. Acesso em: 5 set. 2023.
- ARAUJO José Carlos. Um capítulo da veiculação da discussão educacional na imprensa do Triângulo Mineiro: A revista A Escola. *In*: ARAUJO, José Carlos; GATTI, Décio Júnior (Org.). **Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Uberlândia: EDUFU, 2002.
- ARAUJO, José Carlos. A imprensa co-participe da educação do homem. **Caderno de História da Educação**, Uberlândia, v. 1, n. 1, jan/dez. 2002. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/307>. Acesso em 5 fev. 2024.
- BARBOSA, Márcio. **Frente Negra Brasileira: Depoimentos**. São Paulo: Quilombhoje, 1998.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARROS, Surya Aaronovich. Discutindo a escolarização da população negra em São Paulo entre o final do século XIX e início do XX. *In*: ROMÃO, Jeruse (Org.). **História da Educação do negro e outras histórias**. Brasília: SECAD - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.
- BASTOS, Maria Helena. Espelho de papel: a Imprensa e a História da Educação. *In*: ARAUJO, José Carlos; GATTI, Décio Júnior (Orgs.). **Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Uberlândia: Edufu, 2002.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história ou ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- CAMPOS, Raquel Discini de. **A princesa do sertão na modernidade republicana: urbanidade e educação na Rio Preto dos anos de 1920**. São Paulo: Annablume, 2004.
- CAMPOS; Raquel Discini de. No rastro de velhos jornais: considerações sobre a utilização da imprensa não pedagógica como fonte para a escrita da história da educação. **Revista**

**Brasileira de História da Educação**, v. 12, n. 1, p. 45-70, 2012. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38775>. Acesso em: 23 jan. 2024.

CAPELATO, Maria Rolim. **A imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CARVALHO, Carlos Henrique. **República e Imprensa: as influências do positivismo na concepção de educação de Honório Guimarães**. Uberlândia: Edufu, 2007.

CARVALHO, Carlos Henrique; ARAUJO José Carlos; NETO, Wenceslau. Discutindo a história da educação: a imprensa enquanto objeto de análise histórica (Uberlândia-MG, 1930-1950). *In*: ARAUJO, José Carlos; GATTI, Décio Júnior (Orgs.). **Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Uberlândia: Edufu, 2002.

COSTA, Emília Viotti. **A abolição**. 9. ed. São Paulo: Editora UNESP. 2010.

COSTA, Emília Viotti. **Da Monarquia a República: momentos decisivos**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

DANTAS, Carolina. Mobilização negra nas primeiras décadas republicanas. *In*: DANTAS, Carolina; MATTOS, Hebe; ABREU, Martha (Orgs.). **O negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

DOMINGUES, Petrônio. **A nova abolição**. São Paulo: Selo Negro, 2008.

DOMINGUES, Petrônio. O “messias” negro? Arlindo Veiga dos Santos (1902-1978) “Viva a nova monarquia brasileira; Viva Dom Pedro III!”. **Revista Varia História**, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 517-536, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-87752006000200015>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/K7h4tBfsCVhMX3pstG3nznf/>. Acesso em: 5 set. 2023.

DOMINGUES, Petrônio. **Protagonismo Negro em São Paulo**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo. 2019.

DOMINGUES, Petrônio. Um “Tempo de luz” Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. *In*: FONSECA, Marcos Vinícius; BARROS, Surya Aaronovich (Orgs.). **A história da educação dos negros no Brasil**. Niterói: EdUFF, 2016.

DOMINGUES, Petrônio. **Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós abolição**. São Paulo: Editora Senac, 2004.

FAUSTO, Boris. A vida política. *In*: GOMES, Angela de Castro (Org.). **Olhando para dentro: 1930-1964**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

GHIRALDELLI, Paulo. **História da educação brasileira**. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

GOMES, Flávio. **Negros e política (1888-1937)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017. DOI: <https://doi.org/10.22409/movimento2017.v0i6.a20923>.

GOMES, Patrícia; ROSA, Teresa. Os estudos menores e as reformas pombalinas. **Revista Interações**. v. 10, n. 28, p. 40-54, mai. 2014. DOI: <https://doi.org/10.25755/int.3911>. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/3911>. Acesso em: 5 set. 2023.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Movimento negro e educação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 15, p. 134-158, 2000. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782000000300009>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/8rz8S3Dxm9ZLBghPZGKtPjv/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 28 jun. 2023.

JANOTTI, Maria. O livro Fontes históricas como fonte. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: CONTEXTO, 2023.

KAÇULA, Tadeu. **A imprensa negra na década de 1930**: Frente Negra Brasileira e o jornal A Voz da Raça. São Paulo: Editora Liber Ars, 2023.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora UNICAMP, 2003.

LIBÂNIO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar**: políticas, estruturas e organização. São Paulo: Cortez, 2012.

LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: CONTEXTO, 2023.

LUCA, Tania Regina. **Práticas de Pesquisa em história**. São Paulo: Contexto, 2020.

MALATIAN, Maria Teresa. **O cavaleiro negro**: Arlindo Veiga dos Santos e a Frente Negra Brasileira. São Paulo: Alameda, 2015.

MONTEIRO, Patrícia. Discussão acerca da eficácia da Lei Áurea. Belo Horizonte. **Meritum**, Belo Horizonte, v. 7 n. 1, p. 355-387. jan/jun. 2012. Disponível em: <http://revista.fumec.br/index.php/meritum/article/view/1208>. Acesso em: 6 jun. 2023.

MOURA, Clóvis. **Quilombos**: resistência ao escravismo. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. 2.ed. São Paulo: Global, 2016.

NETO, Wenceslau Gonçalves. Imprensa, civilização e educação Uberabinha (MG) no início do século XX. *In*: ARAUJO, José Carlos; GATTI, Décio Júnior (Orgs.). **Novos temas em história da educação brasileira**: instituições escolares e educação na imprensa. Uberlândia: EDUFU, 2002.

PAIVA, José Maria. Educação jesuítica no Brasil Colonial. *In*: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Horizonte: Autêntica, 2007.

PEREIRA, Amilcar. O movimento negro no Brasil republicano. *In*: DANTAS, Carolina; MATTOS, Hebe; ABREU, Martha (Orgs.). **O negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

PINTO, Regina Pahim. **O movimento negro em São Paulo: luta e identidade**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 1993.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Autentica, 2020.

REIS, João José. “Nós achamos em campo a tratar da liberdade”: a resistência negra no Brasil oitocentista. *In*: MOTA, Carlos Guilherme Mota (Org.). **Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)**. São Paulo: Editora Senac, 2000.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SCHWARCZ, Lília Moritz; STARLING, Heloísa. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SILVÉRIO, Roberto. **Síntese da coleção História Geral da África: século XVI ao século XX**. Brasília: UNESCO, MEC, UFSCar, 2013.

SOUZA, Marina. **África e Brasil Africano**. São Paulo: Ática, 2008.

## ANEXOS

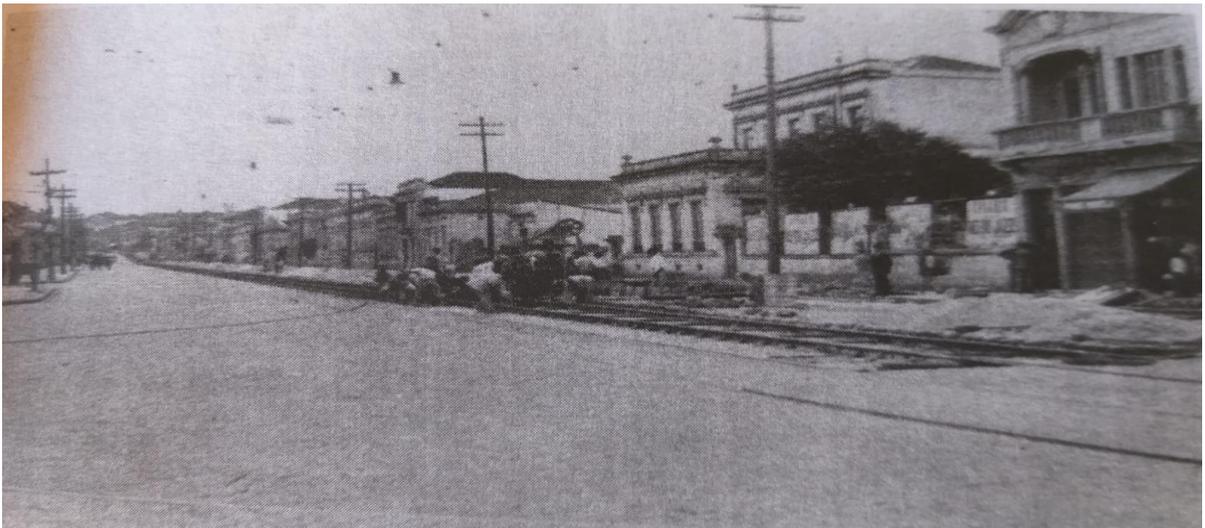
### Anexo A - Arquivo fotográfico sobre a frente negra brasileira

**Figura 2** - Praça da Sé por volta de 1930, local onde a Frente Negra foi criada.



Fonte: BARBOSA, Márcio. **Frente Negra Brasileira-depoimentos**. São Paulo: Quilombhoje, 1998, p. 19.

**Figura 3**- Rua Liberdade. Nesta rua, na Casa Portugal, ficava a sede da Frente Negra Brasileira.



Fonte: BARBOSA, Márcio. **Frente Negra Brasileira-depoimentos**. São Paulo: Quilombhoje, 1998, p. 19.

**Figura 4** - Palestra na Frente Negra Brasileira: Aniversário de Fundação. Em pé, lendo está Arlindo Veiga dos Santos, o primeiro presidente da organização.



**Fonte:** Acervo Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em:

[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_iconografia/icon299056/icon981688.jpg](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon299056/icon981688.jpg). Acesso em: 27 nov. 2023).

**Figura 5** - Aniversário de Fundação.



**Fonte:** Acervo Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em:

[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_iconografia/icon299056/icon981691.jpg](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon299056/icon981691.jpg). Acesso em: 27 nov. 2023).

**Figura 6** - Palestra na Frente Negra Brasileira. O segundo presidente da organização, Justiano Costa, que encontra-se em pé lendo. A mesa coberta pela bandeira Brasileira tem também a bandeira da Frente Negra.



Fonte: BARBOSA, Márcio. **Frente Negra Brasileira-depoimentos**. São Paulo: Quilombhoje, 1998, p. 49.

**Figura 7** - Almoço da Frente Negra. Os de uniforme branco são os componentes da banda frentenegrina.



Fonte: BARBOSA, Márcio. **Frente Negra Brasileira-depoimentos**. São Paulo: Quilombhoje, 1998, p. 49.

**Figura 8** - Banda Musical da delegação da Frente Negra Brasileira.



**Fonte:** Acervo Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em:

[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_iconografia/icon299056/icon981689.jpg](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon299056/icon981689.jpg). Acesso em: 27 nov. 2023).

**Figura 9** - Grupo das Rosas Negras, comissão feminina da Frente Negra que organizava as famosas festas. No meio, sem a faixa, está a presidente do grupo, Benedita Costa. Todas de branco, usam luvas e têm uma rosa preta no peito.



**Fonte:** BARBOSA, Márcio. *Frente Negra Brasileira-depoimentos*. São Paulo: Quilombhoje, 1998, p. 21.

Figura 10 - Visita das crianças fretenegrinas ao Museu do Ipiranga.



Fonte: BARBOSA, Márcio. Frente Negra Brasileira-depoimentos. São Paulo: Quilombhoje, 1998, p. 43.

Figura 11 - Carteira de Identificação da Frente Negra, assinada pelo presidente Justiano Costa.

**FRENTE NEGRA BRASILEIRA**  
UNIAO POLITICO-SOCIAL DA RAÇA  
FUNDADA EM 10 - SETEMBRO - 1930

**Serviço de Identificação**

S. Paulo - (Brasil), 10 de agosto de 1936.

Categoria *caso contrário*

Nome *Placido Damasceno*

Idade *20* anos. Nascido a *11* de *Julho* de *1914*

Estado civil *solteiro* Pai *Genaro Damasceno*

Mãe *Maria José*

Profissão *donatário*

Natural de *Girapora*

Residência *R. Estudant., 284* Estado de *Minas Gerais*

Bairro *Wilderland*

OBSERVAÇÕES:

NOTAS CROMATICAS, etc.

Cutis *preta*

Cabelos *curtos*

Barba *lesta*

Bigodes *mais tu*

Olhos *castanhos*

MARCAS - CICATRIZES, etc.

Retrato tirado em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Presidente Geral da Frente *Justiano Costa*

ASSIGNATURA DO FRENTISTA

*Placido Damasceno*

Não é válido o registro que não tiver o retrato em tamanho

Fonte: BARBOSA, Márcio. Frente Negra Brasileira-depoimentos. São Paulo: Quilombhoje, 1998, p. 103.

**Figura 12** - Carta a Arthur Ramos informando sobre a realização de Congresso Cultural sobre assuntos relativos aos negros e convidando-o a pronunciar na conferência do aniversário da Frente Negra Brasileira.

**FRENTE NEGRA BRASILEIRA**

UNIAO POLITICO-SOCIAL DA RAÇA  
FUNDADA EM 16 DE SETEMBRO DE 1934

Ofício N.º \_\_\_\_\_  
Da Secretaria Geral

Enviado a \_\_\_\_\_

SÉDE CENTRAL:  
RUA DA LIBERDADE, 196  
SÃO PAULO

Signatario \_\_\_\_\_



São Paulo, 30 de Julho de 1937  
Ilmo. Snr.  
Prof. Arthur Ramos.  
Praia do Russel, 16-  
RIO

Saudações

Prezado Patricio:-

Estimo que esta lhe encontre perfeitamente restabelecido da breve enfermidade que tive conhecimento, ainda ha pouco tempo, de que achava-se acamado.

Continuo firme, e cada dia mais animado em trabalhar para ascensão dos humildes em todos os ramos das atividades humanas e especialmente dos negros: vítimas principais do desprezo preconceituoso da nossa sociedade brasileira.

Envio-lhe um rascunho anexo, e uma entrevista que diz algo sobre o Congresso que pretendemos realizar em Outubro proximo.

Com referencia ao escrito, espero o ilustre Professor dizer o que acha, e igualmente peço-lhe uma orientação para o estudo do assunto qual estou iniciando agora, e com pouco conhecimento de psicologia.

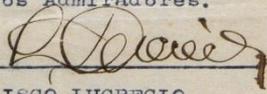
O Congresso de que falo, é necessario ser realizado aqui, mais do que em outros Estados. Isso porque, a influencia ariana no Sul do Paiz, procura apagar todos os feitos historicos do negro, em proveito ao ponto de vista que, dizem, mentirosamente ser superior.

No momento, nada poderei adiantar sobre as demarches, pelo fato de estarmos trabalhando para que ele venha ser oficializado pelo Departamento de Cultura da Municipalidade, sob a direção do snr. Mario de Andrade. Queremos reunir nesta capital, maior numero de intelectuais, entendidos em varias especialidades do ramo, para o melhor brilhantismo do Congresso.

Reiterando a um pedido, para que viesse pronunciar uma conferencia no aniversario da Frente Negra Brasileira, no ano passado, tomamos a liberdade de lembrar-lhe e de antemão confessamos ser indispensavel a sua douta cooperação no referido Congresso Cultural, e que para o mesmo, será V. S. convidado, logo que se formarem as comissões.

Por tudo, fico-lhe profundamente agradecido e reformo a minha leal admiração. Aproveito tambem, para enviar-lhe as recomendações de simpatia de todos cá da casa.

De V. S.  
Patricios Admiradores.



FRANCISCO LUCRECIO.

O PRECONCEITO DE CÔR NO BRASIL, SÓ NÓS, OS NEGROS PODEMOS SENTIR.

Fonte Acervo Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em:

[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/mss1301437/mss1301437.jpg](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1301437/mss1301437.jpg). Acesso em: 27 nov. 2023.

## Anexo B - Capa do jornal oficial da Frente Negra Brasileira "A Voz da Raça"

Figura 13 - A Voz da Raça. Edição nº 01, de 18 mar. 1933.



**A VOZ DA RAÇA**

O PRECONCEITO DE CÔR NO BRASIL SÓ NOS OS NEGROS. PODEMOS SENTIR.

S. Paulo  
Sabado  
18 Março  
Ano 1933

ORGÃO OFICIAL DA "FRENTE NEGRA BRASILEIRA"  
SEMANARIO INDEPENDENTE

Redator: Deodéciano Nascimento — Secretário: Pedro Paulo Barbosa — Gerente: A. de Campos

ANO I — NUM. 1	REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO	ASSINATURA
NUMERO DO TUA . . . \$200	RUA CONSELHEIRO BROTERO N.º 156	SEMESTRE . . . \$4000
NUMERO ATRAZADO . \$400	PROPRIEDADE DE UMA S.A. EM ORGANIZAÇÃO	ANO . . . . . \$28000

DE U S  
PATRIA  
RAÇA e  
FAMILIA

### "A VOZ DA RAÇA"

Com satisfação, assumimos o encargo da direção deste jornal que se destina à publicação de assuntos referentes ao negro, especialmente, não dispensando porém de acolher os de outras referências quando solicitados.

Este jornal aparece na hora em que precisamos tornar público, nos dias de hoje, de amanhã e de sempre, os interesses e comunhão de idéias da raça, porque as outras folhas, altíssimas veteranas, por despeitos políticos, tem deixado de o fazer; porém isso não tem importância; diz o ditado que "a dor ensina a gemer!..." e si não

fosse a dor... este jornal não surgiria e nos continuaríamos marcando passo e sendo alvo da continua atitude dos diários paulistas que, na surdina, vão pondo no cesto os originais que no presente momento o seu assunto vise a moral e a união política do negro.

O seu programa, na parte principal é desprezar as polemicas em geral e trabalhar com afinco, denodo e coragem dentro da concordia e da moral.

Assim sendo, fica entregue a população o organo acima epigrafado — A Voz da Raça.

OS DIRIGENTES

vindas da situação precária dos negros, ou originadas da incompreensão ou mau animo de negros e brancos.

Daremos, todavia, tal demonstração de coragem, perseverança e retidão de caráter;

faremos uma tal obra em nosso Brasil, que A GLÓRIA E A FIDELIDADE DO NEGRO BRASILEIRO A CIVILIZAÇÃO CRISTA HA-DE ESPANTAR TODA A AMERICA.

ARLINDO VEIGA DOS SANTOS

### Francisco Costa Santos

Não existe dentro de São Paulo, e numa grande parte do interior do Estado, quem não conheça o homem, cuja fotografia encima estas linhas; é a do inesquecível baluarte Francisco Costa Santos, que não pertence mais ao numero dos vivos.

Com a saída hoje, do primeiro numero deste modesto

F. N. B. inclusive o Sr. Presidente Geral, muito aprenderam com as sábias lições politicas ou não de Francisco Costa Santos, nós os Frentenegrinos, o consideravamos um portento, um verdadeiro sabio negro, (não ve nisto exagero algum) porque o nosso chorado morto, si bem que não fosse um intelectual, dava lições

a verdade, era assim o nosso saudoso companheiro; a sua vida idealista de um lutador conciente, não poderá de forma alguma ser expressa tão sómente nestas breves linhas, ela será publicada em fazes condignas, para que todos os elementos da Raça, sem favor algum, saibam venerar a memoria daquele, que será imortalizado porque bem o merece, no panteon das nossas justas aspirações reivindicatórias.

O nosso grande morto, na expressão acertada do nosso colega de lutas João de Souza, deixou em nosso meio um vacuo aberto e irreparável, e também uma grande saudade.

Foi um forte, viveu sorrindo, e sorrindo morreu.

No proximo numero, iniciaremos a publicação dos tranzes mais importantes, daquele que se chamou VIEIRA FRANCISCO COSTA SANTOS.

### AOS FRENTE NEGRINOS

Neste gravíssimo momento histórico da NACIONALIDADE BRASILEIRA, dois grandes deveres incumbem os negros briosos e esforçados, unidos num só bloco na FRENTE NEGRA BRASILEIRA: a defesa da Gente Negra e a defesa da Pátria, porque uma e outra coisa andam juntas, para todos aqueles que não querem trair a Pátria por forma alguma de internacionalismo.

A Nação acima de tudo.

O internacionalismo é para os irresponsáveis, que não têm que dar contas de uma Tradição de sangue, de trabalho, de criação, de dor, mas também de glória, visto como "recordar o mal que é já passado, dá depois mais prazer que então cuidado".

A Nação acima de tudo.

E a Nação somos nós com todos os outros nossos patriotas que conosco, em quatrocentos anos, criaram o Brasil. Não podemos, pois, permitir que impunemente uma geração atual, que é um simples momento na vida eterna da Nação, trai a Pátria, quer atirando-se nos erros materialistas do separatismo (que nada mais é do que o efeito da concepção do "materialismo histórico" — a economia, a riqueza material acima de tudo), quer namorando o terra-a-terra socialista na sua mais legítima expressão que desfecha no bolchevismo, pregado pelos traidores nacionais ou estrangeiros, e cuja resposta é e há-de ser o aniquilamento violento, seja ele adotado por cidadãos do povo, seja ele adotado por governos que traíam a Nacionalidade.

O Frentenegrino, como o negro em geral, deve estar atento

nas suas reivindicações de direitos que definimos em nosso manifesto do ano passado; mas, para que seja digno de alcançar esses legítimos direitos no campo social, econômico e político, — é mister cumprir os Mandamentos da Lei que definem, antes de tudo, os deveres do homem, base da legitimidade dos direitos do homem.

Ao Frentenegrino, para que possa alcançar, em época não distante, a satisfação dos seus ideais, é necessária a mais devotada e firme disciplina, condição unica da vitória. Só vencem os batalhões disciplinados, que acatam os chefes e, por isso, em ordem vão para o triunfo. A eles, isto é, aos chefes é que é dado conhecer as operações de conjunto, a movimentação das forças, o nutrimiento do fogo, o deslocamento de postos, tudo debaixo de um critério geral que muitas vezes desnoiteia os soldados que queiram discutir a razão dos movimentos ordenados.

Marchar, porém. Para a frente sempre!

Não dar atenção aos fracos que forem caindo ou desanimando pelo caminho! Os poucos ou muitos bravos que restarem das longas caminhadas de sofrimento e conquista serão suficientes para despedaçar a última trincheira dos inimigos da Pátria e da Raça, que são quasi sempre os mesmos.

Confiantes em Deus, com aquela profunda religiosidade dos nossos Avós, cujo espirito não haveremos de trair, confiantes na nossa Obra e esforço, nós caminharemos firmes entre as mil dificuldades ad-



FRANCISCO COSTA SANTOS

semanario, organo oficial da Frente Negra Brasileira, cuja fundação deve-se em primeiro lugar a esse titan da Raça, prestamo-lhe esta singela e inexpressiva homenagem; assim falamos, porque o nosso saudoso CHICO, merecia cousa muito maior, pois que, soube em boa hora ascultas as necessidades de sua Raça; mas ao mesmo tempo, diremos, a homenagem é inexpressiva, mas é sincera, porque pulsa ainda em nossos corações, essa perda irreparavel... Chico morreu, mas viverá ainda e sempre nos corações bem formados daqueles que sabem avaliar a grandeza da obra, de que foi ele, o primeiro e intemerado iniciador.

No nosso querido CHICO, estava sintetizada, como ainda está, a força e o valor idealista de uma raça.

Era ele o orientador concencioso, conselheiro fiel e o amigo sincero; todos os dirigente da

aqueles que o eram, profetizando mesmo os acontecimentos futuros; era o nosso Chico, um verdadeiro modelo, como chefe de familia, como orientador, como amigo, e muito especialmente como idealista. Foi sem duvida alguma, a falta de compreensão dos nossos irmãos negros, que o matou, mas, contudo, Francisco Costa, apesar do grande pesar que lhe ia n'alma, nunca desanimou os seus companheiros, foi ele o sustentaculo da obra, em todos os casos, ou para todos os casos, por mais grave que lhe parecesse, ele encarava com o mais franco e expressivo sorriso nos labios, encorajando os fracos, pondo em relevo o valor de sua Raça, que na sua expressão "nada deusa temer, a não ser a morte de um ou dois ou dez, que se reverterá em beneficio de uma coletividade".

O nosso CHICO, assim pensava, era e continua sendo essa

### COM VISTAS

ao Dr. Chefe de Polícia

Na noite do dia 12 deste o Corpo Cívico da F. N. B. esteve na sede ensaiando peças de seu repertorio para a proxima representação que brevemente pretende levar a effecto. As 24 horas, terminado o ensaio, retiravam-se para casa diversas senhoritas, acompanhadas de rapazes quando, ao chegarem á rua Conde de S. Joaquim foram abordados por inspectores de segurança, tendo um destes perguntado aos rapazes donde vinham. Foi-lhe respondido que haviam todos saído da sede da Frente Negra Brasileira. O inspector, sem um motivo justificavel deu imediatamente ordem de prisão a todos, ordenando que entrassem para o carro de preso. Tal não aconteceu devido ao protesto dos presentes, pois realmente não havia o menor motivo para que tal medida fosse tomada; todos se portavam dignamente e os rapazes daqui saíram acompanhando as senhoritas para gentilmente conduzi-las ás suas residencias, por cautela, devido ao adiantado da hora.

E' necessario que o Sr. Dr. Chefe de Policia tome uma providencia afim de coibir tais abusos de seus subordinados. A Frente Negra não é uma organização suspeita ou clandestina e por isso deve ser merecedora de respeito, não devendo os seus socios serem detidos ou passar por vexames ao saírem da sede da mesma.

Ai fica, pois, a nossa justa reclamação a S. Ex. para que tal fato não mais se reproduza.

Fonte: Disponível em: <http://biton.uspnet.usp.br/imprensanegra/index.php/a-voz-da-raca>. Acesso em: 27 nov.

## Anexo C - Aspectos gráficos do cabeçalho do jornal “A Voz da Raça”

Figura 14 - A Voz da Raça. Edição nº 01, de 18 mar. 1933.



Fonte: Disponível em: <http://biton.uspnet.usp.br/imprensanegra/index.php/a-voz-da-raca>. Acesso em: 27 nov.

2023.